



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL
MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

MILENA DE OLIVEIRA EVANGELISTA

**DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO NO MATOPIBA:
PRODUÇÃO E ACÚMULO DE RIQUEZA EM UM TERRITÓRIO DE
DESIGUALDADE E FOME**

BRASÍLIA
2025

MILENA DE OLIVEIRA EVANGELISTA

DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO NO MATOPIBA:
PRODUÇÃO E ACÚMULO DE RIQUEZA EM UM TERRITÓRIO DE DESIGUALDADE
E FOME

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sauer

BRASÍLIA

2025

MILENA DE OLIVEIRA EVANGELISTA

DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO NO MATOPIBA:
PRODUÇÃO E ACÚMULO DE RIQUEZA EM UM TERRITÓRIO DE DESIGUALDADE
E FOME

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: 10 de julho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO SAUER**
Data: 29/10/2025 17:52:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Sérgio Sauer – Universidade de Brasília (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **JORG NOWAK**
Data: 25/08/2025 11:22:45-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Jorg Nowak - Universidade de Brasília

Documento assinado digitalmente
 **DERNIVAL VENANCIO RAMOS JUNIOR**
Data: 22/10/2025 20:02:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Dernal Venâncio Ramos - Universidade Federal do Norte do Tocantins

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

dE92d	de Oliveira Evangelista, Milena DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO NO MATOPIBA: PRODUÇÃO E ACÚMULO DE RIQUEZA EM UM TERRITÓRIO DE DESIGUALDADE E FOME / Milena de Oliveira Evangelista; orientador Sérgio Sauer. Brasília, 2025. 107 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) Universidade de Brasília, 2025. 1. Matopiba. 2. Fronteira agrícola. 3. Fome. 4. Desenvolvimento. 5. Contradição. I. Sauer, Sérgio, orient. II. Título.
-------	--

RESUMO

Esta dissertação analisa as contradições ocorridas na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) sobre o desenvolvimento econômico e a manutenção das desigualdades históricas na chamada última fronteira agrícola. Assim, tem como objetivo analisar como o avanço do agronegócio, impulsionado pela financeirização de terras, tem afetado as populações locais em âmbitos sociais e ambientais, com foco no problema da fome e da insegurança alimentar, que são abordados por meio de uma retomada teórica acerca do conceito e das aplicações de segurança alimentar. A partir de abordagens majoritariamente qualitativas, entrevistas semiestruturadas e análise documental, esta dissertação observa o caso do município de Campos Lindos, o maior produtor de *commodities* (principalmente a soja) do estado do Tocantins, que, paradoxalmente, também representa um dos municípios com menores indicadores sociais de bem-estar. No texto, além das problematizações sobre esta contradição, também se descreve a gênese do Matopiba, desde a exploração do território nos anos 60, incremento da Revolução Verde no Brasil durante a ditadura militar, passando pelo Decreto n.º 8.447, de 2015, até os desdobramentos atuais da fronteira agrícola. Esta pesquisa discute conceitos como território, fronteira, extrativismo e *land grabbing*, e analisa como a lógica do capital promove a acumulação de riqueza ao custo da destruição ambiental e exclusão social. A partir das análises propostas pela pesquisa, e também pela deficiência de dados oficiais sobre a segurança alimentar na fronteira — e o que justifica tal deficiência —, compreende-se que o “projeto” Matopiba tampouco visava, ou visa, sanar o problema da fome e dos demais níveis de insegurança alimentar, visto que, desde a concepção de seu território, o Matopiba delineia-se como uma oportunidade sustentável para a agricultura brasileira; contudo, apesar dessa premissa, tem-se mostrado insustentável tanto para o meio ambiente quanto para as populações que historicamente habitam a região.

Palavras-chave: Matopiba, Desenvolvimento, Contradição, Fome.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the contradictions present in the Matopiba region (Maranhão, Tocantins, Piauí, and Bahia) regarding economic development and the persistence of historical inequalities in what is known as Brazil's last agricultural frontier. Thus, this research aims to examine how the expansion of agribusiness, driven by the financialization of land, has affected local populations in social and environmental terms, with a focus on the issue of hunger and food insecurity. These issues are addressed through a theoretical revisitation of the concept and applications of food security. Based on predominantly qualitative approaches, including semi-structured interviews and document analysis, this dissertation investigates the case of the municipality of Campos Lindos, the largest producer of commodities (mainly soybeans) in the state of Tocantins, which, paradoxically, is also one of the municipalities with the lowest social well-being indicators. In addition to problematizing this contradiction, the text also describes the genesis of Matopiba—from the exploitation of the territory in the 1960s, the rise of the Green Revolution in Brazil during the military dictatorship, the enactment of Decree No. 8,447 in 2015, to the current developments in the agricultural frontier. This research discusses concepts such as territory, frontier, extractivism, and land grabbing, and analyzes how the logic of capital promotes the accumulation of wealth at the cost of environmental destruction and social exclusion. Based on the analyses proposed by this research, as well as the lack of official data on food security in the frontier—and the rationale behind this deficiency—it is understood that the 'Matopiba project' neither aimed nor aims to address the issue of hunger and other levels of food insecurity. From the outset, the territory of Matopiba was conceived as a sustainable opportunity for Brazilian agriculture; however, despite this premise, it has proven to be unsustainable both for the environment and for the populations that have historically inhabited the region.

Keywords: Matopiba, Development, Contradiction, Hunger.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos em pesquisas acadêmicas me demonstram o quanto motivações científicas são realizadas, acima de metodologias, dados ou estatísticas, pelo apoio de pessoas. A minha defesa e crença científica baseia-se em pessoas, além de meros objetos das ciências humanas e sociais; essas pessoas são motores inesgotáveis de conhecimento, inspirações, potência e esperança de que um dia “as coisas possam mudar”. O saber científico tampouco me interessaria se suas aplicações não fossem uma tentativa de transformação, ainda que represente a movimentação de um grão de areia. Ser uma cientista social vivenciando a dura e desigual realidade brasileira, felizmente, não me permite ser uma mera espectadora do cotidiano latino-americano durante períodos de desafios humanos e enfrentamento às crescentes ondas de negacionismo e fascismo. O “tecimento” dessa pequena contribuição se deve inteiramente aos diferentes apoios de diferentes pessoas.

Agradeço ao meu “desorientador”, professor Sérgio Sauer, por acreditar no meu potencial, por sua generosidade, por cada encontro, reunião, viagens de campo, apoio e paciência durante todo o mestrado; além de me possibilitar fazer parte de um grupo de pesquisadores excelentes e admiráveis. Agradeço, conjuntamente ao professor Sauer, à FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos) pelo financiamento desta pesquisa, juntamente ao projeto internacional Wealth and Space.

Sou grata por todas as contribuições dos colegas do Observatório de Conflitos Socioambientais do Matopiba que me permitiram ser integrada a pautas, militâncias e pesquisas movidas pelo mesmo motor. Um agradecimento especial à Guadalupe Sátiro, que com muita empatia se fez presente em diversos desafios que enfrentei durante essa pesquisa.

Toda bagagem adquirida é devida ao ensino público, gratuito e de qualidade oferecido pelas Universidades em que tive o privilégio de ser discente: UFSCar e UnB. Agradeço à Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, pelos espaços de conhecimento, desenvolvimento pessoal e acadêmico. Obrigada aos colegas da turma de 2023, esse trabalho tem um pouco de cada um de vocês.

Esse trabalho somente foi possível graças à contribuição e generosidade do professor Dernival Ramos e da professora Rosália Lima, que prontamente me auxiliaram com a parte mais desafiadora dessa pesquisa: o trabalho de campo.

Pelo apoio descomunal, incentivo, amor e cuidado, sou eternamente grata ao companheirismo do antropólogo e meu marido, José Eduardo Francisco. Sob seus cuidados,

trocas e contribuições pessoais e científicas, pude enfrentar com muito mais tranquilidade o desafio do mestrado. Em cada linha desta pesquisa existe o apoio da minha família: José, Vlad, Mika e Rosa.

Sou grata à Camila, que por toda a minha vida nunca me desamparou e esteve presente comigo em nossos melhores (e piores) momentos; tudo fica melhor quando estamos juntas em nossas peripécias e lutas para que essa experiência (a vida) seja um pouco melhor.

Obrigada aos meus pais, que são assíduos leitores e admiradores de cada passo que escolhi trilhar. À Nelda, pelo acolhimento, amor, abraços, refeições e cafés que me tranquilizaram quando mais precisei; obrigada também por me transmitir valores inalienáveis e possibilitar que eu pudesse ter uma vida “poeticamente vivida”. Ao Balbino, pelo amor, incentivo, pelos ensinamentos fundamentais, por sua crença e contribuição à ciência no nosso país e também por ter garantido, arduamente, que eu pudesse ter acesso a uma educação de qualidade em todos esses anos. Obrigada à Dani, por todo o carinho em todo o tempo em que integrou minha família.

Esse trabalho é integralmente dedicado à Alice, Pedro, Laura e Beatriz, que me mostram o que há de melhor e mais puro da vida. É um privilégio poder acompanhar o crescimento e evolução de cada um; são vocês que farão e já fazem do mundo um lugar melhor, mais bonito, divertido e colorido. Também agradeço ao Caio, por estar sempre disponível a me ajudar nos momentos de aperto e também esteve sempre presente nos meus momentos de comemoração.

Agradeço às minhas amigas e irmãs, Alexandra, Luana e Nathália, pelo apoio que me prestaram todos os dias, mesmo que de longe. Ter vocês comigo sempre foi um alívio nos tempos difíceis; ter cada uma em meu caminho faz toda a caminhada valer a pena.

Por seus legados de luta, esperança, trabalho e proteção, agradeço aos meus avós, Edith (*in memoriam*), Joaquim, Aparecida e Lázaro (*in memoriam*).

Pelo cuidado, atenção e generosidade, sou grata à agroecóloga, gestora ambiental e, mais importante, minha tia Nara Augusto de Oliveira. Bem como agradeço pela inspiração, apoio e pela aproximação junto ao PPG-Mader, ao Alberto Abadia dos Santos Neto.

Por fim, entretanto, com máxima importância, agradeço aos verdadeiros responsáveis e locutores desse trabalho: Domingos, Manoel, Raimunda, Zé Maria, Rita, Edmundo, Josefa, Maria das Graças, Vanderlei e Isabella; sou eternamente grata por cada um que me recebeu em suas casas, me concederam suas histórias, lutas e conquistas. Esse é um ensejo para que cada uma de suas re(existências) ressoem e inspirem cada vez mais na luta pela garantia dos seus direitos. Que suas vozes nunca se calem ou sejam esquecidas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Delimitação Territorial do Matopiba	24
Figura 2: Mapa de biomas do Matopiba	29
Figura 3: Matopiba - Evolução de Área Plantada de Soja 2015-2022	35
Figura 4: Matopiba - Desflorestamento - 2015-2022	36
Figura 5: Projeções de Produção anual em toneladas do Matopiba entre os períodos de 2013 a 2033	41
Figura 6: Principais Empresas Mundiais de Produção de Alimentos	56
Figura 7: Brasil - Série histórica de área plantada de soja, milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar 1998 a 2022	56
Figura 8: Tocantins - Série histórica de área plantada de soja, milho, feijão, arroz e cana de açúcar 1990-2021	57
Figura 9: Mapa de tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar	60
Figura 10: Distribuição do indicador social no território do Tocantins em 2000	63
Figura 11: Coeficiente de desigualdade de renda	64
Figura 12: Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e bem-estar	67
Figura 13: Localização de Campos Lindos no Tocantins e Brasil - 2020	69
Figura 14: Localização do Município e do Projeto Agrícola Campos Lindos	71
Figura 15: Índice de Gini Terras entre 2006 e 2017	78
Figura 16: Campos Lindos - TO: Produção (Mil toneladas) e Área Plantada (Hectares) 2013/14 - 2032/33	79
Figura 17: Produto Interno Bruto de Campos Lindos 2010-2021	80
Figura 18: Armazém da empresa Cargill em Campos Lindos	81
Figura 19: Silos da empresa Agi em Campos Lindos	81
Figura 20: Rotatória TO - 226 de Campos Lindos	82
Figura 21: Fachada principal da Câmara Municipal de Campos Lindos	83
Figura 22: Unidade Básica de Saúde de Campos Lindos	84
Figura 23: Matopiba- Índice de Gini da Terra - 2017	87
Figura 24: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos	89
Figura 25: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos	90
Figura 26: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos	90

Figura 27: Bovinos de família entrevistada - Campos Lindos	91
Figura 28: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos	91
Figura 29: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos	92
Figura 30: Fogão a carvão de família entrevistada - Campos Lindos	92
Figura 31: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar	59
Tabela 2: Percentuais de estabelecimentos e suas áreas na região Norte e estado do Tocantins	66
Tabela 3: Campos Lindos, relação de beneficiários com as terras expropriadas	74
Tabela 4: Indicadores socioeconômicos selecionados para Campos Lindos e Tocantins (2010)	86

LISTA DE SIGLAS

CMA	Cúpula Mundial da Alimentação
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSADs	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DUEFD	Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição
FAET	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GITE	Grupo de Inteligência Territorial e Estratégica da EMBRAPA
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCEDER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAF	Secretaria Especial de Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: A “ÚLTIMA FRONTEIRA” AGRÍCOLA DO BRASIL	18
1.1 FRONTEIRA E RURAL NO TERRITÓRIO DO MATOPIBA	18
1.2 GÊNESE DO MATOPIBA: FRONTEIRA, PAPEL DO ESTADO E INVESTIMENTOS CAPITALISTAS	23
1.3 EXPANSÃO DA FRONTEIRA, DESENVOLVIMENTO E ACÚMULO DE RIQUEZA	31
CAPÍTULO 2: A DESIGUALDADE E A FOME NA FRONTEIRA AGRÍCOLA	43
2.1 DEFINIÇÃO POLÍTICA E CONCEITUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR	44
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE E FOME NO BRASIL	49
2.3 RECORDES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, DESIGUALDADE E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CAMPO NO MATOPIBA	54
2.4 DESIGUALDADE E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DO TOCANTINS	61
CAPÍTULO 3: O CASO DE CAMPOS LINDOS, TOCANTINS:	
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA FRONTEIRA	68
3.1 A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO E A “DESAPROPRIAÇÃO”: PROJETO AGRÍCOLA CAMPOS LINDOS	69
3.2 A QUARTA MAIOR ECONOMIA E A EXPANSÃO DOS MONOCULTIVOS	78
3.3 PRECARIEDADE, DESIGUALDADE E FOME EM CAMPOS LINDOS	82
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

O Brasil, historicamente, é representado por seu potencial econômico (agro)exportador, especialmente de bens primários. Desde a invasão portuguesa e o período colonial, as terras despertam interesses mercadológicos para grandes potências mundiais, principalmente devido à vasta disponibilidade, baixos custos e fatores edafoclimáticos favoráveis à produção agrícola (Jesus, 2020).

Já no século XX, particularmente desde os anos 1970, com a chamada modernização conservadora e aumento dos monocultivos e da pecuária, o espaço agrícola tem-se transformado em consonância às mudanças do modo de produção capitalista e interesses neoliberais internacionais, que refletem em impactos tanto na esfera econômica quanto nas sociais, ambientais e culturais. A crise internacional dos preços dos alimentos, em 2007/8, foi um catalisador do processo de “estrangeirização de terras” (*land grab*), ou “corrida por terras” (*land rush*, tradução nossa), e gerenciamento dos territórios pelo agronegócio globalizado (Catsossa, 2019), processo este que encontra suas raízes na adoção da Revolução Verde no Brasil.

O Cerrado é conhecido por seu potencial agrícola, especialmente a partir das inovações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que possibilitaram a correção da acidez do solo do bioma a partir dos anos 1970/80. Mesmo abarcando 30% da biodiversidade do Brasil e 5% de todas as espécies do planeta (ICMBio, 2018), o Cerrado ainda é habitualmente representado como um cenário hostil, deserto, com terras livres e subutilizadas. “A despeito de sua extraordinária relevância socioambiental, o Cerrado é em larga medida desconhecido e inferiorizado. Ele ainda não é visto como referência para pensar a sócio e a biodiversidade brasileira” (ActionAid, 2017, p. 5).

As práticas agropecuárias e os incentivos governamentais criaram uma visão do território que favorece a expansão da fronteira e o crescimento do agronegócio. Com base em projetos e incentivos governamentais estrategicamente desenvolvidos para promover a ocupação territorial do Cerrado (Jesus, 2020), os subsídios dos governos militares possibilitaram a adoção do pacote da Revolução Verde: fertilizantes químicos, venenos e sementes híbridas, aprofundando a artificialização da produção agropecuária. Desde então, a fronteira agrícola segue ocupando cada vez mais áreas do Cerrado, além de bater recordes de produção de *commodities* para exportação a cada ano, sendo a soja a principal delas.

A histórica formação territorial brasileira pode ser representada pela injusta distribuição das terras e concentração fundiária, ocorrida a partir de um processo que

negligenciou interesses e direitos sociais, pautada por abordagens repressivas e violentas com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas que ocupavam os espaços que poderiam beneficiar aos interesses privados (Jesus, 2020). A esfera privada, de certa forma, personificou o interesse público durante séculos (Martins, 1994), de modo que a estrutura fundiária foi moldada no Brasil. Esta herança “[...] tem como marca essencial o impedimento, o desprezo e a intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra” (Carvalho, 2010, p. 396).

A visão que descreve o Cerrado como um “vazio demográfico” que oportuniza grandes lucros, bem como o conceito de fronteira agrícola (Sauer, 2024), propiciou a criação da fronteira do Matopiba, um acrônimo formado pelas siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, delimitada nas porções de Cerrado dos quatro estados. Apesar da exploração presente desde a década de 60, o Matopiba foi formalizado em 2015, quando também foi instaurado o primeiro Plano de Desenvolvimento. O decreto foi revogado em 2016, e um novo Plano de Desenvolvimento foi instaurado apenas em 2023; apesar disso, o extrativismo e a visibilidade do território como ativo financeiro permaneceram.

Segundo Oliveira (2005), a concentração fundiária brasileira tem gerado a maior quantidade de latifúndios registrados da história e uma multidão de famílias sem, ou com pouca terra. Sauer e Leite (2012) corroboram com esta pesquisa a partir da análise de diversos dados relativos ao tema, como o fato de que 0,91% do número total de estabelecimentos rurais detém 43% da área rural do país.

Essa histórica concentração fundiária aprofundou-se com a recente e mundial corrida por terras, fenômeno observado principalmente a partir de 2008, quando o interesse global se voltou para a demanda por alimentos, agroenergias e insumos naturais que poderiam ser obtidos em terras agricultáveis (Sauer; Leite, 2012). Nesse cenário, a expansão das fronteiras agrícolas tornou-se de grande interesse, principalmente por carregar um conceito de “terras vazias” ou espaços vazios e improdutivos, ampliando a expropriação da natureza e a exploração da população (Sauer, 2024). A dinâmica proposta pela fronteira agrícola do Matopiba torna-se, majoritariamente, o ideal de tornar produtivo aquela terra “improdutiva”.

Diante deste contexto, esta pesquisa visa responder, no decorrer do primeiro e segundo capítulos: quais as consequências socioambientais invisibilizadas e provenientes da expansão da fronteira agrícola no norte do Tocantins? E no terceiro capítulo: por que há fome e insegurança alimentar neste território marcado pelos recordes produtivos? Já as perguntas centrais desta pesquisa, desenvolvidas na conclusão, são: por que o suposto desenvolvimento

econômico da região do Matopiba é incapaz de solucionar a fome? Como essas questões são refletidas no município de Campos Lindos?

O recorte espacial da pesquisa, delimitado na porção norte/nordeste do Tocantins, na cidade de Campos Lindos, ocorreu pela constatação da dimensão dual do território: é o estado que possui a maior quantidade de municípios ricos, como Araguaína, enquanto também concentra a maior parte dos municípios injustos, como Campos Lindos, que produzem muito e obtém baixos níveis de indicadores sociais, considerando a pesquisa realizada por Favareto (2019), “Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e bem-estar”.

Esta dissertação utilizou-se de ferramentas metodológicas quantitativas e de fontes secundárias, com informações e dados provenientes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), decretos do Executivo Federal e relatórios públicos. A elaboração da dissertação adotou também metodologias qualitativas, a partir de revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de entrevistas semi-estruturadas. As interpretações seguiram as etapas definidas por Bardin (2011), com a sistematização do material oral e escrito (a fim de realizar comparações), descrição do conteúdo (como as citações literais das entrevistas) e a interpretação das falas dos entrevistados, relacionando-as aos conceitos e referenciais teóricos utilizado nesta pesquisa.

A pesquisa de campo ocorreu durante uma missão ao norte do Tocantins, juntamente à equipe de pesquisadores do projeto internacional *Wealth & Space - Contested geographies of wealth (re-)production in Latin America*, coordenado pelo professor Sérgio Sauer, que objetiva, principalmente, investigar as transformações do espaço da América Latina a partir do sistema capitalista, bem como suas lógicas econômicas, estratégias de acumulação e (re)produção de riqueza a partir de formas de extrativismo. O campo teve início em Araguaína - TO, passando pelo Assentamento Reginaldo Lima, na Barra do Ouro - TO, e finalizando em Campos Lindos - TO, com uma duração de oito dias além do grupo inicial.

Os dados de campo seriam inicialmente coletados por meio de questionário com perguntas fechadas, entretanto, desde a primeira visita a um casal de agricultores, foi identificada a insuficiência do instrumento: os entrevistados não se restringiram a responder às questões fechadas e contavam suas histórias ao mesmo tempo em que respondiam ao questionário. Somente após a primeira conversa foi possível criar um roteiro que delineou as pautas durante as entrevistas, que ocorreram entre os dias 29 de agosto até 3 de setembro de 2024. A opção pela coleta de dados em campo, e não somente uma revisão das pesquisas

existentes, se deu pela necessidade de análise da percepção dos agricultores sobre as influências do Matopiba pelas comunidades que residem em Campos Lindos; e ainda, o entendimento de que o problema da fome não se resume apenas à análise de dados secundários ou estatísticas, mas também se faz necessária a interpretação das peculiaridades culturais e antropológicas ligadas à alimentação.

Os entrevistados reuniram desde pequenos produtores a servidores da educação, representantes de movimentos sociais, comerciantes e representantes da política, assim como vereadores e secretários da Câmara Municipal e Prefeitura. No total, foram doze pessoas entrevistadas, dentre elas, três casais. A conversa foi dominada pelos homens da casa e as mulheres pouco falavam, ainda que várias de suas observações tenham contribuído para a pesquisa. Campos Lindos é um recorte marcante dos conflitos socioambientais violentos vivenciados em todo o território do Matopiba, portanto, não apenas por um cuidado metodológico e sim para garantia de segurança dos entrevistados, seus nomes foram mantidos em anonimato na dissertação.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro discorre, em três seções, sobre os processos históricos que subsidiaram o Decreto Presidencial nº 8.447, de 2015, que delimitou o Matopiba. Também é analisada a contínua exploração do Cerrado, com influência e incentivo direto do Estado, desde a década de 1960, promovendo o fortalecimento do agronegócio a partir da exportação de *commodities* agrícolas, às quais a produção é progressiva ano a ano. São debatidos os conceitos de fronteira, território, *land grabbing*, financeirização, extrativismo e expansão, voltados para análise e interpretação da fronteira agrícola do Matopiba (em sua gênese e manutenção), inserida em dinâmicas capitalistas atreladas à acumulação e reprodução da riqueza por meio da terra.

O segundo capítulo parte do conceito de segurança alimentar e seu histórico, inserido nas discussões internacionais a partir do contexto pós-guerra, quando o abastecimento alimentar interno dos países foi diretamente impactado. O assunto precedeu a criação de órgãos, eventos internacionais e nacionais para tratar do problema da fome, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), as Conferências Mundiais de Segurança Alimentar (CMA) e, no Brasil, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Também é analisado o histórico das políticas brasileiras destinadas à segurança alimentar, sendo elas prioritariamente focadas no aumento da produção de alimentos, ainda que o problema da fome não se resuma à demanda por alimentos, mas também a vieses como a qualidade e diversidade dos alimentos, a

heterogeneidade cultural do país, a falta de acesso à comida e o empobrecimento da população.

O problema da fome está diretamente associado à desigualdade social global, fruto de um sistema capitalista excludente. No contexto do Matopiba, adota-se o viés de que, apesar dos ganhos econômicos, a “última fronteira agrícola” é sustentada pela vasta destruição do Cerrado e do trabalho, bem como da expropriação - expulsão - da população local que tinha na terra seu meio de sobrevivência. Assim, o segundo capítulo também aborda a desigualdade no Tocantins, considerando o desenvolvimento regional e territorial do estado.

O terceiro e último capítulo trata do estudo de caso desta pesquisa: o município de Campos Lindos, no estado do Tocantins, o maior produtor de *commodities* do estado que, entretanto, tem índices de desempenho social e de bem-estar menores do que as médias estaduais. Desde a criação do município, são incentivadas medidas benéficas ao desenvolvimento do agronegócio, com o protagonismo do estado, marcadas pelo “Projeto Agrícola Campos Lindo” que, por meio de decreto, desapropriou 105 mil hectares habitados há décadas por populações locais.

Desta forma, o presente trabalho pretende responder a pergunta “por que a alta produtividade do Matopiba não é suficiente para sanar o problema da fome no território?”. Assim, utiliza-se da pesquisa de campo no município de Campos Lindos como modo de investigação dos efeitos causados pelo avanço da fronteira agrícola na região do Matopiba, com enfoque no estado do Tocantins. A partir dos estudos realizados sobre a estrutura fundiária brasileira, das condições das zonas rurais e dos diferentes níveis de produção entre o agronegócio e a agricultura familiar, serão verificadas as heranças históricas e sociais da política capitalista imposta sobre os biomas, povos originários e pequenos produtores no cenário agrícola brasileiro.

CAPÍTULO 1: A “ÚLTIMA FRONTEIRA” AGRÍCOLA DO BRASIL

Este capítulo é dividido em três seções que objetivam analisar o processo de criação do Matopiba, tratado pelo governo federal como a “última” fronteira agrícola do mundo (Planalto, 2015), bem como a alta das *commodities*, os meios históricos que as possibilitaram e o seu contexto nos processos capitalistas globais.

A primeira seção apresenta um apanhado das contribuições teóricas acerca do conceito de “fronteira” em diversas áreas do conhecimento, e o conceito de “rural” e suas aplicações históricas. Esses conceitos são utilizados para analisar o caso da fronteira agrícola do Matopiba e também o processo de financeirização da terra, que contribuiu para sua incorporação como ativo financeiro, tornando-a uma peça do mercado nacional e internacional.

A segunda seção discorre sobre o histórico brasileiro de exploração do Cerrado, que foi fortemente influenciado e incentivado, inicialmente, durante o período ditatorial, com base na Revolução Verde. Também são analisadas as consequências dessa exploração, como o discurso do *land grabbing* e as justificativas para a expansão da fronteira, baseadas numa ideia de “vazio demográfico” e “zona de sacrifício”, culminando no decreto que delimitou a área do Matopiba em 2015.

A última seção aborda a expansão da fronteira agrícola do Matopiba, inserida nas novas dinâmicas do capitalismo com a financeirização, o conceito de extrativismo e “neoextrativismo” e suas implicações, como a privação do uso da terra, a expulsão de populações locais e, por outro lado, com a concentração de terras e de riquezas (e sua reprodução). Neste contexto, analisa ainda os processos contínuos de expansão da fronteira agrícola, tanto por sua ocupação (por compra ou grilagem de terras), quanto pela evolução do agronegócio, ilustrado pela expansão e aumento da produtividade nas lavouras de grãos (principalmente da soja).

1.1 FRONTEIRA E RURAL NO TERRITÓRIO DO MATOPIBA

As crises climáticas e alimentares no século XXI ultrapassaram o campo das políticas públicas e discussões acadêmicas para adentrar no imaginário da sociedade civil, impulsionando milhões de dólares para produção de filmes e gerando temas de carnavais (Borras Jr.; Sauer, 2016). Em meio às preocupações em volta da iminente escassez de recursos, as dinâmicas neoliberais avançaram em setores antes não explorados pelos agentes

financeiros, mas que passaram a ser englobados no processo de financeirização, como as terras agrícolas (Borras Jr.; Sauer, 2016; Oliveira; McKay; Liu, 2021).

De acordo com Oliveira, McKay e Liu (2021), essa nova dinâmica mobiliza inúmeros sujeitos e órgãos internacionais, de modo que mudanças nas relações de trabalho e formas de apropriação das terras são alteradas, como a submissão de pequenos produtores a grandes empresas, além do uso de ações não oficiais para aquisição de terras.

Desse modo, em razão das relações e estruturas inéditas observadas na questão da terra, torna-se necessário revisar a forma que os conceitos da área são trabalhados pela bibliografia, verificando as semelhanças que os casos recentes possuem com estudos anteriores, além de indagar novas interpretações que se adequem à realidade indicada por pesquisadores contemporâneos.

A conceitualização e análises sobre fronteiras e expansões têm sido discutidas desde o século XIX. Frederick Jackson Turner, em 1921, ao descrever as “terras livres americanas”, compreendeu esta noção inserida em um sistema capitalista individualista e excludente, apontando as terras e os recursos naturais como “praticamente inesgotáveis” (Turner, 1921, p. 169).

Porém, essa perspectiva foi criticada posteriormente por criar um “mito da fronteira” que, tratando as terras como espaços vazios e inóspitos, contribuiu para a ampliação da dominação europeia pela opressão de povos originários e ocupação de seus territórios (Domingues; Sauer, 2023). Foi a partir da exploração da grande fronteira, assim nomeada por Walter Webb (1979) ao se referir a essas terras vazias, que a Europa expandiu seus domínios para extração de recursos, minérios e influência política e econômica.

Ozouf-Marignier (2013) aponta que a Geografia clássica tratou do conceito de território a partir de uma perspectiva a-política restrita ao naturalismo. A partir do início do século XX, a vertente moderna e crítica da Geografia passou a entender que “[...] território remete ao espaço de dominação de um Estado, às questões de circunscrições e de fronteiras”. A autora afirma que os estudos baseavam-se em uma geografia política, de modo que os principais temas eram centrados na expansão territorial de impérios da Europa¹.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1978; 1996) foi um dos principais expoentes a interseccionar aspectos físicos e sociais nos estudos sobre o “espaço”. Segundo Queiroz (2014), partindo de uma análise dialética, Milton Santos diferenciou espaço geográfico de espaço social, onde o primeiro engloba o segundo, ao mesmo tempo em que condiciona e está

¹Segundo Cardin e Albuquerque (2018), Marignier afirma que, até o surgimento de uma geografia humana, esta disciplina focou seus esforços no campo do planejamento referente aos espaços físicos.

condicionado às dinâmicas sociais. Esta análise está na base da noção de território como espaço socialmente construído:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (Santos, 2006, p. 39).

As ciências sociais realizaram estudos na expansão dos conceitos geográficos para abordar temas sociais, o que é observado na afirmação de Georg Simmel (2013, p. 81) em *Sociologia do Espaço*, de que “[...] o limite não é um fato espacial com efeitos sociológicos, mas um fato sociológico que assume sua forma espacialmente”. A preocupação em entender os espaços físicos como interpenetrado e relacionado a outros conteúdos para além da paisagem aumentou nas últimas décadas em decorrência da globalização, principalmente pela crescente influência de órgãos internacionais e movimentos migratórios (Cardin; Albuquerque, 2018), dando centralidade a noções como território, espaço socialmente construído e retomada da noção de fronteira.

Para Schneider (2009), o conceito de território é operado em três perspectivas, ou dimensões, nas ciências sociais: 1) pelas perspectivas marxistas e neo-ratzelianas, que abordam o território a partir de seu uso instrumental e normativo que representam o modo de uso das terras e as relações de poder implicadas no meio; 2) pela relação estabelecida entre elementos imateriais, culturais e simbólicas com o espaço, de forma que o espaço em questão passa a referenciar não somente um local físico, como também identidades e valores; e 3) pela associação entre a região com a economia, centralizando as análises no planejamento para manejo dos recursos naturais, relevos e clima do espaço.

A perspectiva adotada aqui reflete a ideia de território como uma relação dialética entre aspectos materiais, como espaços físicos e recursos naturais e imateriais, englobando dinâmicas sociais, elementos culturais e simbólicos (Santos, 1996; Schneider, 2009). É fundamental, no entanto, considerar a influência exercida por agentes expressivos da política, como órgãos nacionais e internacionais, grandes proprietários de terras e multinacionais, como tem sido o caso da ocupação da fronteira do Cerrado (Cabral; Sauer; Shankland, 2023).

Em relação à dimensão cultural, a Antropologia privilegia as relações entre identidade e território (Marignier; Ribeiro, 2013). Superando a limitação burocrática estabelecida para as fronteiras nacionais, Faulhaber (2001) revisa historicamente a noção de fronteira, evidenciando que a divisão territorial entre os países oculta diversos vetores significativos para a divisão ou diferenciação simbólica. Segundo ele, isso foi fortalecido com a obra “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, de Friedrik Barth, em 1969, formulando o conceito de fronteira como uma relação política e cultural (Faulhaber, 2001).

Já nas décadas de 1980 e 1990, Joseph (2023, p. 4) afirma que “[...] antropólogos e sociólogos, além de outros profissionais, começaram a tomar como foco de investigação a fronteira, não mais como limites políticos, mas sim a partir das relações das populações que residem na fronteira ou que transitam ou circulam por ela”.

Bertha Becker (2015) cunhou o conceito de fronteira como uma forma de apropriação de espaços, enfatizando as relações sociais e as formas previamente estabelecidas nos territórios explorados. Segundo Salomon (2020), Becker considera questões como o espaço social e político como características das fronteiras, incluídas no sistema capitalista mundial, não completamente estruturado e constantemente dinâmico. Ainda de acordo com Salomon (2020), Becker analisou características que compõem uma fronteira, afirmando que a expansão é mutável de acordo com os agentes envolvidos, conjunturas e interesses políticos.

Desse modo, a noção de fronteira adotada neste trabalho delineia-se na ideia de um território explorado que apresenta, em meio às relações sociais, culturais e de trabalho, influências diretas e indiretas do modo de produção e interesses políticos sobre a região delimitada, que pode ser modificada conforme a necessidade ou interesse dos agentes dominantes.

Com isso, assim como o conceito de fronteira não foi isolado dos projetos de expansão e dominação das potências europeias durante o período de colonização, a fronteira agrícola entendida aqui está relacionada a processos de ocupação de territórios para a ampliação de áreas de plantação e produção direcionadas à maximização do lucro. Sob a tutela do Estado, grandes proprietários de terras e multinacionais, este processo desmata quilômetros de florestas e paisagens importantes dos biomas nacionais, além de desocupar povos originários de suas terras, exterminando quadros ambientais e culturais desses locais.

Outro elemento fundamental para essa dissertação é a abordagem do rural como categoria de análise. Segundo Schneider (2009), historicamente, a Sociologia dicotomizou o rural em relação ao urbano, criando sinônimos e ideias de atraso (rural) *versus* modernidade (urbano). Deponti e Freitas (2022) são enfáticas no entendimento de que o rural não está

resumido a temas agrícolas e à fome entre os moradores, apontando a complexidade deste ambiente e a relação interdependente entre zona rural e urbana.

Não obstante à superação dessa dicotomia com o urbano, falta consenso e avanço no tema para a construção de planejamentos e políticas territoriais (Travassos, 2022). Berdegú e Favareto (2019) afirmam que a falta de entendimento sobre as dinâmicas envolvidas na zona rural, como suas estruturas, instituições e agentes ativos, contribuem significativamente para a dificuldade de projetos de desenvolvimento. Perafán *et al.* (2022) reforçam esta dificuldade, apontando para a fragilização e o desmonte de políticas públicas no campo nos últimos anos na América Latina. Destacam que a atuação e coalizão de movimentos sociais, em alianças com outros setores, reivindicam atenção a esses territórios (Perafán *et al.*, 2022).

Uma análise mais completa sobre o tema rural deve observar a atuação de diferentes agentes na constituição política e cultural do campo, tanto na esfera civil quanto na burocrática. Ainda, analisar diferentes interesses e reivindicações movidos por movimentos sociais, pequenos produtores e atores políticos, inclusive representantes do agronegócio. Segundo Favareto *et al.*, (2015, p. 39): “[...] padrões de organização social e de constituição das formas de dominação e exercício da violência e, junto disso, os comportamentos sociais individuais que se constituem em consonância com esses padrões”.

A fronteira do Matopiba é, atualmente, uma representação notória de aspectos político-sociais sobre o delineamento territorial do país, mobilizando (ou suprimindo) as características culturais e históricas do local para maior integração econômica. Em convergência à noção de interdependência entre rural e urbano, esta expansão agrícola reflete a necessidade da incorporação de diversos espaços e culturas à lógica de mercado global, como apontado por Arboleda (2017).

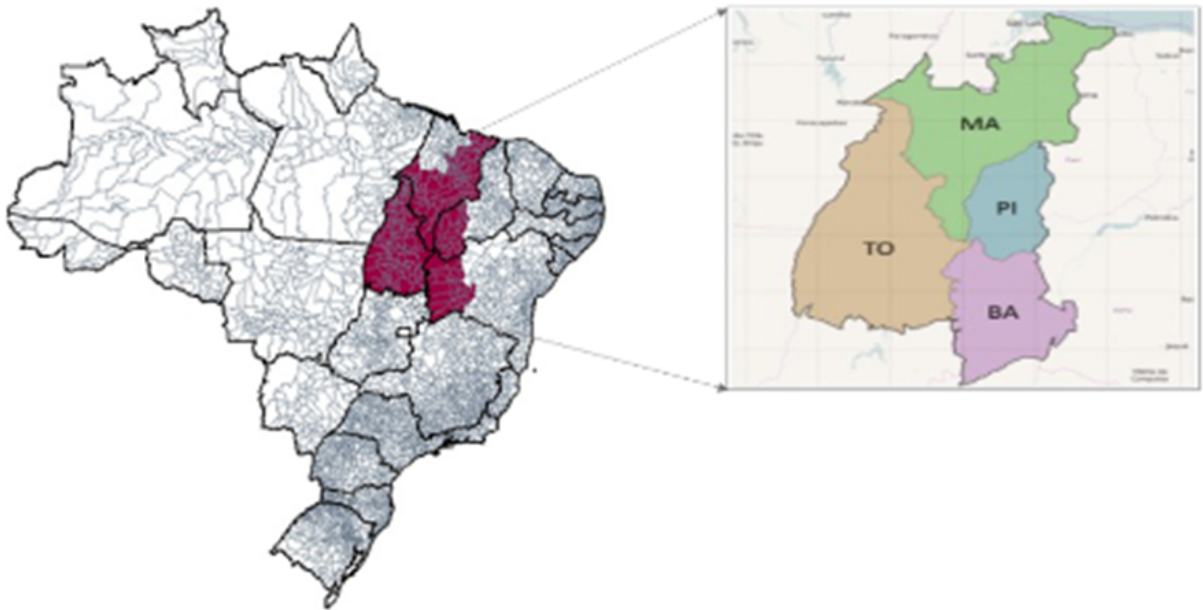
Deste modo, este tópico buscou realizar descrições e análises aprofundadas sobre os conceitos envolvidos na discussão de Campos Lindos - TO, especialmente em elementos territoriais, como o afastamento da dicotomia rural *versus* urbano, o que desmistifica a ideia do município como sinônimo de atraso, além de focalizar na complexidade social e política da região para o estudo voltado às atividades agrícolas e segurança alimentar. Com isso, a análise corresponde às características dentro da fronteira do Matopiba e compreenderá tanto as razões pelas quais o local foi englobado por esta fronteira, quanto os elementos que representam as consequências e a situação atual do município em razão desse arranjo territorial, político e histórico.

1.2 GÊNESE DO MATOPIBA: FRONTEIRA, PAPEL DO ESTADO E INVESTIMENTOS CAPITALISTAS

No contexto brasileiro, as questões referentes ao território e exploração do meio ambiente são herdadas desde o período colonial pela exploração de minérios, além das grandes fazendas de monocultura de cana-de-açúcar e café que moldaram a estrutura fundiária brasileira. Warren Dean (1996) analisa esse sistema aplicado ao bioma Mata Atlântica, que no período colonial teve parte de suas terras doadas para famílias influentes da época para sua exploração, que ocorreu de forma tão intensa que, por vezes, os donatários solicitavam novas porções de terras para que o solo das suas pudessem “descansar”. Aguiar e Porto (2019) analisam que a ampliação das fronteiras agrícolas em direção ao Cerrado a partir da Ditadura Militar (1964-1985) foi motivada pelo fator colonizador, o que incentivou a lógica capitalista na região Centro-Oeste em detrimento das terras indígenas ocupadas. No século XXI, o país intensificou a estrangeirização de suas terras devido às lógicas de lucro promovidas pelo agronegócio e do discurso e a prática do *land grabbing*, que será abordado durante o capítulo. Portanto, observa-se que a forma com que as terras brasileiras são utilizadas correspondem a lógicas específicas no mercado e geopolítica mundial, de maneira que as dinâmicas sociais e culturais presentes no território são mobilizadas e afetadas conforme o modo de produção atual.

Ainda que a porção do Cerrado que hoje constitui a fronteira agrícola tenha sido formalizada em 2015, a extração e exploração do território do Matopiba iniciou-se décadas antes. Matopiba é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados que o constituem: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. As bibliografias que propõem-se a tratar desta “última fronteira agrícola” polarizam-se em dois grandes grupos coordenados por duas narrativas: a primeira, repercutida a partir da noção de desenvolvimento, e a segunda, de degradação e desigualdade.

Figura 1: Delimitação Territorial do Matopiba



Fonte: Embrapa, 2015.

As principais empresas nacionais e grandes conglomerados internacionais baseiam-se na ideia de que a expansão produtiva, especialmente da soja, é benéfica para as populações locais e para a economia como um todo. Essa visão é justificada pelos baixos índices sociais e produtivos das regiões antes do estabelecimento do agronegócio (Favareto, 2019).

Em contrapartida, ambientalistas e autores que tratam das consequências da expansão agrícola veem o modelo produtivo e extrativo aplicado no Matopiba como uma zona de sacrifício, termo cunhado para retratar, nesse caso, o Cerrado, que por sua baixa visibilidade em comparação aos biomas como Amazônia e Mata Atlântica, pode ser sacrificado para garantir a lucratividade ligada ao agronegócio. Em suma, a exploração da natureza e da sociedade seria justificada pelos ganhos produtivos.

A delimitação da fronteira agrícola do Matopiba no Cerrado brasileiro pode ser relacionada também ao “Estado empreendedor”, conceito de Mazzucato (2015). Isso porque o chamado desenvolvimento desse território foi altamente propiciado por ações estatais, como por exemplo, pela criação de infraestrutura para escoamento de produção, além da criação de incentivos fiscais para exploração da área. O chamado Estado empreendedor seria então a viabilização governamental para interesses e investimentos privados (Favareto, 2019).

A gênese dessa delimitação pode ser inicialmente analisada a partir do período desenvolvimentista do Estado brasileiro, desde o começo dos anos 1960 até a década de 1970, marcada pela Ditadura Militar (1964-1985), quando o setor agrícola foi impulsionado por

inovações tecnológicas que contaram com estímulos e subsídios do Estado que, sustentado por um discurso produtivista e por políticas públicas (de crédito, incentivos fiscais e pesquisas), que justificaram a implantação da Revolução Verde no Brasil.

Dessa forma, a agenda dos governos militares priorizou a modernização do sistema agroalimentar dominante sob a narrativa de “milagre do cerrado” (The Economist, 2010), impulsionadora da produção intensiva (monocultura) destinada à exportação, principalmente de soja e carne (Hershaw; Sauer, 2023; Favareto *et al.*, 2019). Seguindo a lógica proposta e imposta pela Revolução Verde, as fronteiras agrícolas produzem, realmente, crescimento econômico, entretanto, “historicamente são zonas de exploração, violência e desigualdade” (Cabral *et al.*, 2023, p. 5, tradução nossa).

A Revolução Verde, adotada pelos governos ditatoriais militares, resultou na instalação massiva da indústria de máquinas agrícolas e fertilizantes químicos, e por consequência, evidenciou a necessidade de um mercado consumidor interno destes produtos, que foi fortemente incentivado pelo Estado (Silva, 1981), que desempenhou um papel substancial para o sucesso de modernização conservadora da agricultura, como ficou conhecida. Além disso, no mesmo período, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), como subsídio de pesquisa para o modelo agropecuário instaurado; também foram disponibilizadas linhas de crédito no Banco do Brasil para o desenvolvimento desse projeto estatal.

O principal instrumento governamental para implantar a modernização conservadora engendrada pela revolução Verde foi o crédito subsidiado. O regime militar, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, alocou grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando elevados investimentos em máquinas e insumos (sementes, fertilizantes, inseticidas etc.). Este pacote tecnológico foi implantado através de crédito subsidiado, associado com as ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados no âmbito do ensino universitário ou técnico (Balestro; Sauer, 2019, p. 8).

A partir de tais análises e panoramas, é possível compreender que o atual modelo do agronegócio, baseado em monocultivos, uso de agrotóxicos, alta mecanização e consequentemente, a exploração da natureza e concentração fundiária, foi altamente sustentado e subsidiado pelo Estado Militar brasileiro (Sauer; Balestro, 2019). Nesse contexto, as variáveis da natureza e dos biomas são meramente controláveis (Ploeg, 2008).

Durante os anos 1970, outros movimentos do Estado intensificaram o desenvolvimento da agricultura brasileira, como o Programa de Integração Nacional (PIN), focado na criação de rodovias que interligam as regiões Norte e Nordeste, buscando a

facilitação do comércio. Rodovias, como a BR-153 (Belém-Brasília), foram construídas nesse período. Após o PIN, também foi lançado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER II), implantado nas proximidades das primeiras plantações de soja. O PROCEDER teve como principal objetivo o aumento da oferta de produtos agrícolas, principalmente a soja, a partir de um acordo entre Brasil e Japão. Ambos os países criaram uma *holding* para a implementação do programa (Favareto, 2019).

A região do cerrado surgiu como uma possibilidade real e privilegiada, dada a sua localização geográfica e suas características físicas, como clima, chuvas definidas e regulares e terrenos planos. Aliada a tais fatores, a opção pelo cerrado esteve condicionada também pelo fato de que órgãos governamentais de planejamento viam-no como alternativa à ocupação da Amazônia, que naquela época já encontrava clamores nos discursos ambientalistas nacionais e internacionais (Pires, 2000, p. 112).

De acordo com Hosono (2017), ainda que o país enfrentasse a crise econômica de 2008, o PROCEDER levou a soja à região do Matopiba, viabilizando a instalação de empresas internacionais, como a Cargill e a Bunge, que atuam até hoje no território. O início do projeto atraiu agricultores do sul e do sudeste do país.

Donos de terra e produtores de grande e médio porte foram os principais beneficiados pelos programas e incentivos governamentais, muitos deles da região Sul do Brasil que viram a oportunidade no Cerrado, tanto pelos incentivos quanto pela disponibilidade de terras à baixo custo e boa disponibilidade de água para o plantio, favorecendo os sistemas de irrigação, assim, “[...] o empreendedorismo sulista encontrou a mão invisível; não a do mercado, mas a do Estado, e, também, condições naturais para se traduzir em um exemplo de sucesso” (Favareto, 2019, p.71).

Outra situação comumente vivenciada durante o mesmo período (e atualmente) foi o processo de grilagem de terras: pessoas apresentavam-se como proprietários de terra e as vendiam ilegalmente para interessados de outras localidades. Além disso, muitas vezes a grilagem de terras associa-se a violentos conflitos entre os grileiros e os reais proprietários da terra (Favareto, 2019). Tanto o processo de “modernização conservadora”, com os financiamentos e incentivos, quanto os processos violentos no campo, tiveram como consequência a exclusão de diversas comunidades e suas formas de viver em suas terras.

O termo agronegócio começou a ser utilizado nos anos 1990, para traduzir *agrobusiness*: um modelo moderno e de grande escala de agricultura, alinhado ao sistema capitalista e suas transações comerciais, “uma associação de diferentes etapas da produção (produção, processamento, armazenamento e distribuição), ou seja, a um processo de

integração horizontal” (Sauer, 2008, p. 15). Sendo assim, no Brasil, o agronegócio é associado aos processos econômicos fundamentados na produção e exportação de *commodities*.

A modernização da agricultura e as transformações da sociedade brasileira, efetivadas nas últimas décadas, demandaram importantes mudanças na organização e representação de interesses de grandes proprietários de terra, empresários rurais e agroindustriais e na conformação de uma nova retórica de classe: há uma renovação, ampliação e diversificação dos espaços de representação patronal rural e agroindustrial; vemos o aparecimento de novos grupos e personagens políticos e novos adversários “da classe”; assistimos também à diversificação e redefinição de novos interesses, alianças e disputas internas pelo poder e pelo controle da hegemonia (Bruno, 2015, p. 2).

O caso brasileiro intensificou-se principalmente a partir da década de 1980, tanto pelos resultados da Revolução Verde quanto pela crise ocorrida no período, o que resultou no fortalecimento das exportações do setor rural devido às respostas positivas na balança comercial (Sauer; Leite, 2012). Com isso, as fronteiras agrícolas do país começaram a se ampliar nas regiões do Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia, dentre outros (Sauer; Leite, 2012).

Ye *et al.* (2019) destacam, neste contexto, a situação do Cerrado, que era tratado como um local inóspito e atualmente passou a representar 50% da produção de grãos, ainda que ocupe apenas 25% do território nacional, resultado de intensa mecanização das terras produtivas e investimento para seu maior rendimento.

O cenário observado da estrutura fundiária brasileira, portanto, não se caracteriza apenas pela herança histórica descrita, de um contexto excludente e voltado ao privado em detrimento do público; ele é também simbolizado pela tendência global de aquisições de terra por agentes múltiplos e internacionais. Estes, impulsionados pelo retorno financeiro e ameaças de crises de abastecimento, voltaram suas atenções e investimentos ao extrativismo em países que outrora foram colonizados, modelo que, para além da prática de extração de materiais, baseia-se em diversos elementos sociopolíticos para a sua manutenção, como as interações internacionais e, sobretudo, na concentração de renda e produtos a pequenos detentores dos meios de produção (Ye *et al.*, 2019).

O panorama histórico apresentado até o momento é um plano de fundo para a compreensão da criação do Matopiba, tendo como atores principais o próprio Estado brasileiro, empresas internacionais e discursos produtivistas e desenvolvimentistas, como a concepção do agronegócio, deixando de lado as possíveis (e as já ocasionadas) consequências sociais e ambientais atreladas ao modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. No caso do Cerrado, ao ser comparado com biomas como a Amazônia, que carrega o entendimento da necessidade de ser protegida, sua degradação pode ser entendida como uma

zona de sacrifício, pois os ganhos justificariam sua exploração. Ainda que carregue 5% da biodiversidade do mundo, mais de 50% da cobertura vegetal do Cerrado já foi perdida devido à sua exploração massiva (Favareto, 2019).

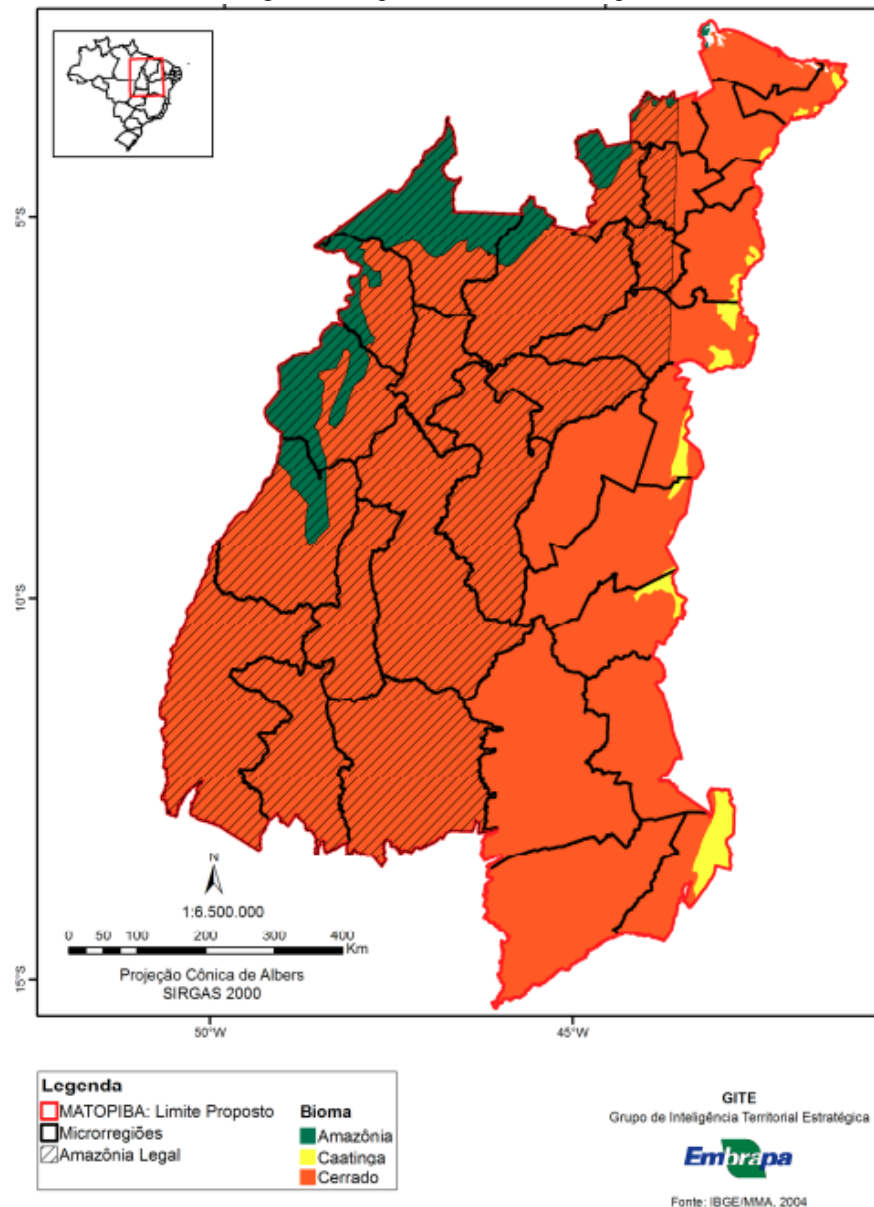
A ação do Estado na capitalização da região beneficiou setores ligados ao mercado, oportunizando o incremento da produção e produtividade agrícolas. Provocou, conseqüentemente, mudanças na estrutura fundiária e produtiva na região, a partir de uma especialização em alguns produtos agrícolas, especialmente grãos e pecuária intensiva, e mudanças nas relações de trabalho, em que a mão-de-obra temporária passou a predominar (Pires, 2000, p. 116).

Em 2015, um decreto presidencial formalizou o Matopiba, com delimitação determinada pelo Grupo de Inteligência Territorial e Estratégica da Embrapa (Gite, 2015), sob coordenação do agrônomo Evaristo Miranda. A delimitação partiu de dados estratégicos, como índices socioeconômicos e presença do Cerrado nos quatro estados. Um dos referenciais utilizados para a delimitação do território refere-se ao alto potencial produtivo da área, bem como seu aparente dinamismo. A atenção do governo federal fez-se presente para a efetividade da fronteira agrícola desde sua delimitação, apoiada em ideais desenvolvimentistas, por meio de incentivos fiscais, crédito, construção de infraestrutura e pesquisas agropecuárias (Favareto, 2019). De acordo com Miranda (2014, p.9), tem sido um processo “[...] geograficamente coerente com a dinâmica de expansão da agricultura moderna”.

A partir do decreto, a região, que já era alvo de especulações pelas suas características físicas e climáticas, foi legitimada como território de investimentos em terras e monocultura. Entretanto, há anos, os reflexos da ocupação da região foram agudamente percebidos, tanto pela transformação do uso do solo, quanto pelos impactos socioeconômicos causados pela exploração do território (Nepomoceno; Carniatto, 2022, p. 97).

Essa fronteira agrícola é composta por parte significativa do Cerrado (91%), além de incluir os biomas da Amazônia (7%) e um pouco da Caatinga (1,7%), abrangendo os estados do Tocantins (100% de sua área), Maranhão (72%), Piauí (32%) e Bahia (23%), e é formada por 337 municípios, em 31 microrregiões do IBGE. O Matopiba, atualmente (Figura 2), é a nova fronteira de expansão agrícola do Brasil, ampliando a ocupação do Cerrado, que começou nos anos 1970.

Figura 2: Mapa de biomas do Matopiba



Fonte: Embrapa, 2014, p. 6.

A ocupação da região ocorreu principalmente nas chapadas, pois suas características propiciaram o desmatamento e monocultivos extensivos. Em contrapartida, as regiões de baixões², especialmente devido ao relevo acidentado, impróprio para a mecanização intensiva, restaram aos povos locais. Ainda que os baixões não possuam expressivas plantações de soja

² De acordo com Favareto (2019, p. 38), o cenário geográfico do Matopiba é categorizado pelas áreas de chapadas/chapadões: locais altos, predominantemente produtivos (lavouras de soja, milho), e também pelas chamadas áreas de baixões, onde a produção de soja não está tão presente, pelas condições não propícias de solo e relevo do ambiente. Enquanto as chapadas foram ocupadas pelos heróis “pioneiros gaúchos”, as regiões mais baixas restaram às comunidades antigas, tradicionais, quilombolas e agricultores familiares. Nas áreas de baixões resistem parcialmente ao agronegócio, tanto as populações quanto a vegetação nativa do local, que ainda “não foram tão afetadas pelo desmatamento”.

e grãos, as consequências negativas desses cultivos também atingem suas áreas e sua população (Favareto *et al.*, 2019). Segundo Bolfe *et al.*, (2016, p. 40), há terras e territórios destinados no Matopiba, pois:

Dentro das terras legalmente atribuídas se destacam aproximadamente 170 mil hectares de áreas quilombolas (AQs); 3,3 milhões de hectares de assentamentos rurais (ARs); 4,1 milhões de hectares de terras indígenas (TIs); 6,4 milhões de hectares com unidades de conservação federais (UCsF); e 8 milhões de hectares com unidades de conservação estaduais (UCsE) de proteção integral e de uso sustentável. As AQs representam cerca de 0,25 % da região; os ARs, 4,5 %; as TIs, 5,6 %; e as UCsF e UCsE, 19%.

A partir dos anos 2000, a expansão da fronteira agrícola cresceu de forma considerável, concomitantemente ao crescimento de empresas multinacionais que atuam na área, ocasionada principalmente pelo baixo valor das terras. Elias (2013) conceitua o fenômeno como agronegócio globalizado, tendo como principais agentes as grandes empresas e seu capital financeiro, incluindo no território técnicas e capital voltados ao aumento de produtividade (Gonzaga, 2020).

A gênese do Matopiba é fortemente marcada, para além da atuação do Estado, pela atuação e discurso político a favor da expansão da fronteira agrícola. Após o decreto de 2015, no ano seguinte, ocorreu o evento “Diálogo Brasil-Japão”, em que estiveram presentes os governadores do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, além de outros atores políticos, como a ex-ministra Kátia Abreu, que durante seu discurso, chamou o Brasil de “[...] terra de oportunidades, e um destino confiável para o capital estrangeiro”. E ainda, deu “especial destaque ao potencial de investimento em infraestrutura e logística em nosso país, e, em especial, na região do Matopiba” (Mapa, 2016).

No espectro político, as discussões e falas no Congresso Nacional sobre o Matopiba iniciaram-se em 2009, deixando claro seu viés neoliberal e produtivista. Como exemplo, o deputado federal Paes Landim (PTB-PI), que em seu discurso já abordava a região como a “nova e última grande fronteira do Brasil” (Landim, Câmara dos Deputados, 2009). Já em 2011, a fronteira agrícola foi citada pelo deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) como uma alternativa ecológica. No mesmo ano, em audiência pública, outro deputado, Homero Pereira (PR-MT), discursou sobre a migração da produção agrícola para a região do Matopiba, que antes ocorria no estado do Mato Grosso (Gonzaga, 2020).

Apesar do aparelhamento estatal para a efetivação da fronteira, é notória a compreensão de quem realmente controla o espaço da fronteira agrícola: as grandes empresas atuantes no território, sendo o Estado um agente secundário do Matopiba. A crise fiscal ocorrida na segunda metade dos anos 80 retirou o protagonismo estatal de financiar o

processo produtivo agrícola no país, papel assumido pelas grandes empresas do agronegócio (Salomon, 2020).

Politicamente, o marco da construção social do Matopiba foi o Decreto Presidencial n.º 8.447, sancionado em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, em parceria com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Esta, ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e atual presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), tem suas raízes políticas, além de empresas de criação de gado e soja, na região. O decreto, que estabeleceu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba), também anunciou a criação de uma agência de desenvolvimento para a região; entretanto, o Plano somente foi efetivado em novembro de 2023, a partir da publicação do Decreto n.º 11.767.

Portanto, é notório que a criação do Matopiba não foi repentina, o que evidencia um processo longínquo de expansão agrícola ao interior nacional, com participações diretas do Estado e multinacionais, a fim de assegurar os interesses do grande mercado, submetendo os recursos naturais à lógicas mercadológicas em nome do projeto desenvolvimentista que, declarando os biomas como inóspitos e improdutivos, avançam suas áreas de plantações e pastos por meio de desmatamentos e deslocamentos populacionais em massa.

1.3 EXPANSÃO DA FRONTEIRA, DESENVOLVIMENTO E ACÚMULO DE RIQUEZA

Os países da América Latina, incluindo o Brasil, permanecem e reproduzem ciclos de exportações de *commodities* naturais em modelos semelhantes à colonização. O capitalismo em sua forma atual tece suas maneiras de acumulação baseadas nestes ciclos produtivos globais. Para Marx (1976), estes processos e forças produtivas carregam mudanças nos territórios, bem como a própria essência dos agentes produtivos. Portanto, a extração de alimentos e *commodities* de regiões como o Sul global para alimentar a classe de produtores globais, favorece sistemicamente o modelo de acumulação capitalista.

De acordo com Arboleda (2017), o capitalismo contemporâneo não se resume à relação entre países centrais e periféricos, mas também envolve dinâmicas complexas onde a exploração da classe trabalhadora e a produção de matérias-primas ocorrem em uma dependência global. No contexto do sistema capitalista atual, ocorrem mudanças nas relações geopolíticas, pois estas não se restringem às fronteiras entre os Estados, e a atuação internacional ocorre de maneira cada vez mais conectada, fortalecendo interdependências globais entre os múltiplos vetores, incluindo, além dos Estados nacionais, multinacionais e

empresas privadas de nível nacional, regional e local (Gago; Mezzadra, 2015). Neste sentido, compreender como a questão da terra se relaciona com o sistema capitalista e, conseqüentemente, com seus métodos de acumulação, é fundamental para a análise do caso de Campos Lindos - TO, uma vez que este está inserido nessa dinâmica nacional e global.

A privação do uso da terra por parte de pequenos produtores é observada há séculos e perpassa pelos conflitos entre camponeses e senhores de terra em períodos feudais, até entre pequenos produtores e grandes empresas do agronegócio nos dias atuais. A acumulação capitalista via capital possui como uma de suas condições a ocupação geográfica de terras físicas (Harvey, 2003), uma vez que ela garante vantagem espacial e locais para produção. Ao longo dos séculos, com o avanço do modo de produção capitalista e as recentes ideologias neoliberais, os grandes proprietários orientaram as produções nas terras baseadas na geração de lucro via exploração da força de trabalho. Neste sentido, Chris Williams (2010) aponta que o capitalismo desenvolve métodos para que a força de trabalho submeta a natureza em função dos interesses de lucros aos grandes proprietários, extraindo ao máximo seus recursos materiais e energéticos.

No entanto, as relações internacionais moldadas em meio aos processos de colonização firmaram restrições econômicas para as nações colonizadas, de forma que, dentro do contexto comercial observado no século XX e XXI, são estas que possuem a maior parte de seus recursos naturais extraídos para a produção de mercadorias (Svampa, 2019). Foi a partir desta conjuntura que, de acordo com Maristella Svampa (2019), o método extrativista foi solidificado entre os países latinos como modo de participação no comércio internacional, chegando ao seu formato neoextrativista no século XXI.

Em sua obra “As fronteiras do neoextrativismo na América Latina”, Svampa (2019) analisa em perspectiva histórica o conceito de (neo)extrativismo, dialogando com diversas frentes a respeito do conceito (e da prática) e a maneira com que ele foi apropriado ao longo do século XX e XXI, além analisar sua implementação por parte de governos latino-americanos, inclusive pelos de caráter progressista. De acordo com a autora, no início do século XXI, a economia dos países da América Latina foi favorecida pelos altos preços de *commodities* no mercado internacional. Para exaltar esse período altamente lucrativo, os governos destes países deram foco às vantagens econômicas da exportação de matérias-primas, enquanto desconsideraram os impactos sociais e ambientais gerados por esse imaginário desenvolvimentista, como a destruição da biodiversidade, de terras e aumento da

grilagem. Remontando ao período de colonização dos países latino-americanos, o conceito de neoextrativismo pode ser aplicado ao recente “*boom das commodities*”. Esta transformação pode ser representada pelo que Svampa (2013) entende como um deslocamento do Consenso de Washington para o Consenso de *commodities*, em que a exportação de bens primários atinge escalas globais e altos valores financeiros.

O novo extrativismo visto no século XXI, portanto, abrange uma quantidade elevada de processos, atores envolvidos, resistências e narrativas relacionadas à terra, ao território e à natureza, por exemplo. Neste sentido, Svampa (2019, p. 28) sugere que o neoextrativismo está no centro da acumulação contemporânea e representa uma janela privilegiada de análise para a situação geopolítica.

Isto demonstra-se perceptível no avanço do extrativismo no território brasileiro nos últimos anos. A partir de Sauer e Oliveira (2021), é notório que os governos da última década não contribuíram para a diminuição de desmatamentos, grilagens ou expulsão de populações rurais de suas terras. Além disso, os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) aumentaram a influência de grandes proprietários de terra, legalizando processos de grilagem e incentivando a entrada de capital estrangeiro (2021).

Dessa forma, os reais interesses – que sustentam o extrativismo predatório e a (re)produção do capital, não somente no Matopiba –, podem ser analisados a partir da relação entre ser humano e natureza. O método histórico-dialético permite a interpretação da realidade, prática e subjetiva, bem como as transformações históricas que compreendem as sociedades modernas (Sousa, 2022). Marx e Engels explicam a relação dialética entre o corpo social e ambiental,³ de modo que o movimento de um necessariamente influencia o outro. Dessa forma, o pensamento marxista indica que o meio ambiente não deve ser submisso ao ser humano, nem ao sistema capitalista e seu entendimento de desenvolvimento (Williams, 2010). James O'Connor (2001), também em perspectiva marxista, ademais sugere que a exploração da natureza enquadra-se em uma segunda contradição do capitalismo, em razão das suas diferenças fundamentais com aquela implicada na relação capital/trabalho.

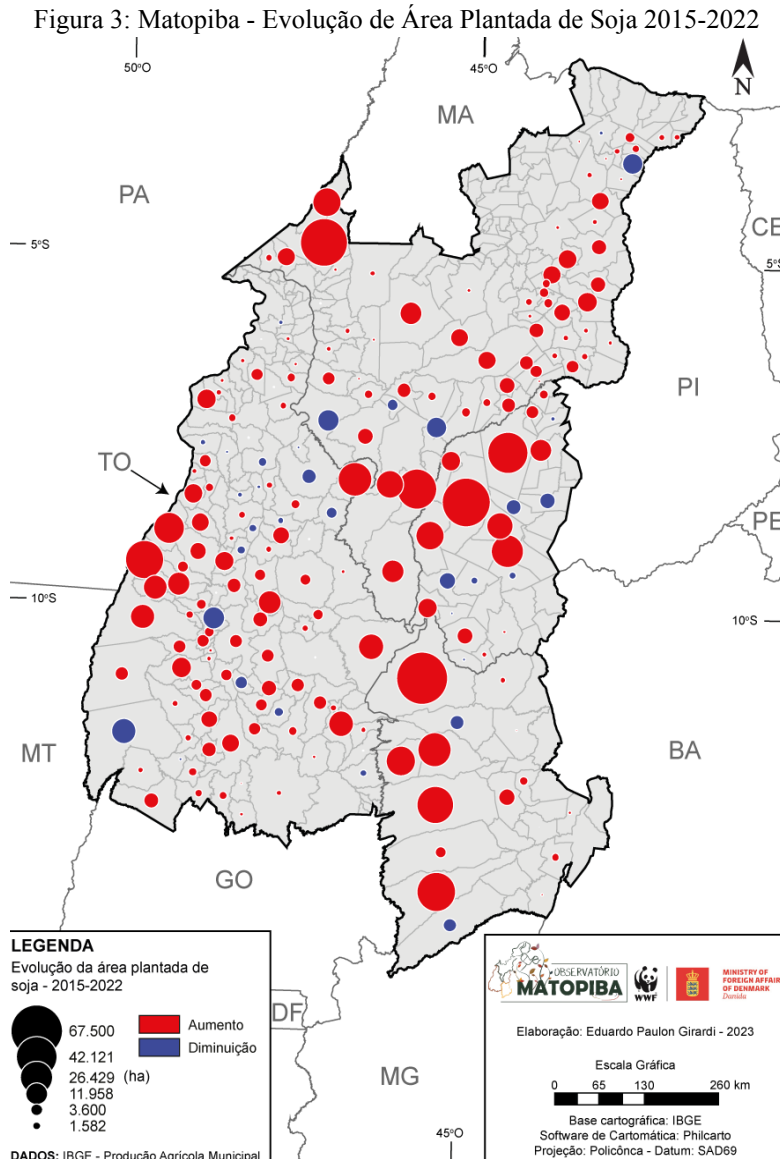
Em 2010, o Banco Mundial publicou um relatório sobre uma acelerada e mundial demanda por terras. Tal publicação apontou três fatores que influenciaram as expansões da produção e da demanda por terras (e suas transações), sendo eles: 1) carência de alimentos, ração, celulose e demais insumos industriais; 2) necessidade de matérias prima para

³ Uma das considerações fundamentais de Marx define o ser social: um ser que sua socialização transpassa limitações do meio ambiente, e é fruto da interação direta com o trabalho (Marx, 2017).

biocombustíveis e; 3) mudança da produção de *commodities* para locais com terras fartas, mais barata e com previsões maiores de aumento da produtividade (Banco Mundial, 2010).

A junção das crises alimentar, ambiental (representada principalmente pelas mudanças climáticas), financeira (em 2008) e energética, considerando os impactos e individualidades de cada uma, foram bases para o crescimento da demanda por *commodities* agrícolas, resultando em investimentos no setor e também na expansão da fronteira agrícola (Leite, 2024).

Ainda que no período entre 1991 e 2011, a produtividade de soja no Matopiba já tenha aumentado, passando de menos de uma tonelada para três toneladas por hectare (Embrapa, 2017), a expansão da fronteira começou a crescer de maneira exorbitante entre 2000 e 2014, com a área de produção aumentada de 1 milhão para 3,4 milhões de toneladas, representando um crescimento de 253% em 14 anos. Grande parte da expansão ocorreu sobre a vegetação nativa, sendo 68% (0,78 milhão de hectares) entre 2000 e 2007, e 62% (1,3 milhão de hectares) entre 2007 e 2014. A expansão deu-se principalmente nos estados do Maranhão e Piauí: em direção ao movimento da fronteira do Matopiba (Carneiro Filho; Costa, 2016).

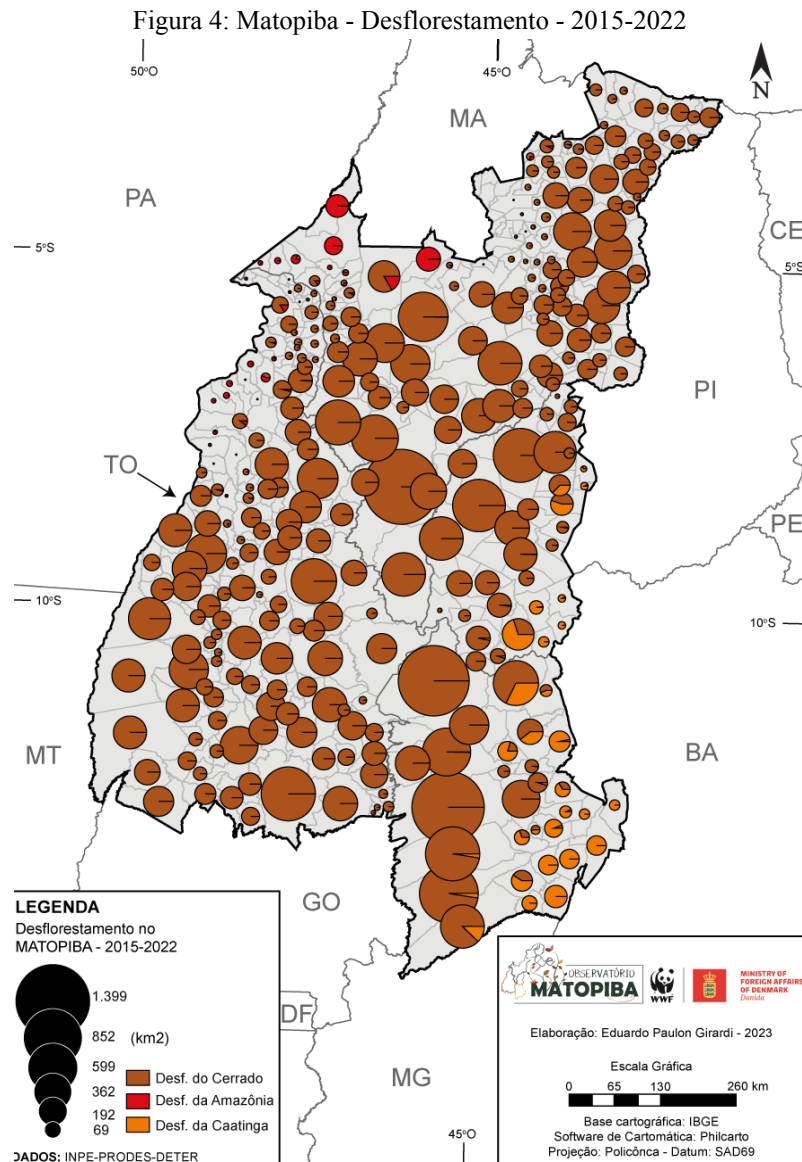


Fonte: Observatório Matopiba, 2024, p. 23.

A partir da Figura 3 é possível visualizar a expansão da fronteira do Matopiba, baseada na evolução das áreas plantadas de soja, considerando que os círculos em vermelho representam o aumento da plantação, e quanto maior o círculo, mais expressivo é o aumento. Como explicitado por Carneiro Filho e Costa (2016), os estados com maior crescimento são Maranhão, Piauí e Bahia, onde a expansão da fronteira se fez mais presente durante o período retratado.

De acordo com Favareto (2019), a expansão também levou a incorporação a um ritmo acelerado. Apenas no período de 2013 a 2015, 18.9 mil km² da cobertura do Cerrado foi subtraída, principalmente na extensão do Matopiba: “isso significa que, a cada dois meses, desapareceu o equivalente à área da cidade de São Paulo em vegetação nativa” (Favareto, 2019, p. 21). É possível verificar a extensão da fronteira também no mapa do Matopiba

(Figura 4), que territorializa o desflorestamento dos biomas, majoritariamente do Cerrado, de 2015 a 2022.



Fonte: Observatório Matopiba, 2024, p. 24.

A partir das Figuras 3 e 4 é possível analisar que as áreas em que ocorreram a expansão da fronteira agrícola, a partir da evolução da área plantada de soja, coincidem com as áreas desflorestadas, ambas no mesmo período de tempo, de 2015 a 2022. Portanto, é possível inferir a direta relação entre a expansão do Matopiba e o aumento do desflorestamento no mesmo território.

Segundo análises de O'Connor (2001), há uma nova dinâmica observada no capitalismo contemporâneo; elas, porém, abordam o acúmulo de riquezas baseada na exploração da natureza e do indivíduo em contextos que ultrapassam as questões estudadas

por Karl Marx, uma vez que este estava concentrado nos períodos de “transição para o capitalismo”, enquanto recentemente os estudos estão centrados na “acumulação dentro do capitalismo” (Gago; Mezzadra, 2015; Svampa, 2019). Assim, frente ao diagnóstico difundido de neoextrativismo, que sugere uma nova forma de dependência e primarização da economia na região latino-americana, é necessário radicalizar a noção de extrativismo: entender sua relação orgânica com as finanças e ampliar seu conceito além das matérias-primas. A ampliação do conceito de extração pode ajudar a definir de maneira mais sistemática os traços fundamentais da lógica do capitalismo atual (Gago; Mezzadra, 2015). Deste modo, Gago e Mezzadra (2015) apontam para o processo recente de financeirização da prática, por esta não se limitar à mercadoria por matéria-prima, tal como nos princípios do capitalismo. Os autores compreendem que elementos antes não-financeirizados passaram a ser incorporados nos últimos tempos, como créditos e direitos sociais, sendo observados também em ambientes virtuais, como jogos *online*.

O aspecto da financeirização das terras é fundamental, pois representa a expansão do capitalismo e sua vertente neoliberal em esferas antes não tão exploradas pelo mercado. Este ponto converge, portanto, com a análise de Svampa (2019) sobre a instauração do neoextrativismo, ao apontar para a especulação gerada sobre as *commodities* e a necessidade de expansão da fronteira agrícola (Santos *et al*, 2022), porém ultrapassando aspectos materiais.

É possível entender as finanças como um setor extrativo propriamente dito, ainda que se refira a uma extração a partir de relações que não são estritamente materiais, isto é, relações exclusivamente financeiras que, muitas vezes, não extrapolam as contas bancárias (Santos *et al*, 2022, p. 12).

Além disso, existem fatores políticos e sociais recentes que são significativos para o entendimento da questão da terra, como as constantes crises relacionadas ao modo de produção capitalista, como a crise econômica de 2007/8, política e democrática, com a ascensão da extrema direita, além de crises de subjetividades também antecipadas por Marx no século XIX (Paniago, 2009). Porém, as preocupações com a crise alimentar ganharam novos horizontes em meio às discussões de mudanças climáticas, somando-se as preocupações unicamente estatais e penetrando na esfera civil (Borras Jr.; Sauer, 2016).

Neste contexto, cresce a chamada “corrida mundial por terras” (Banco Mundial, 2010), influenciada tanto pela apreensão da crise, quanto pela necessidade de articulação entre elementos naturais (como disponibilidade de água, minerais e terras férteis) com os de outras esferas, como apropriação e estrangeirização sobre as terras, transações nacionais e

internacionais, e a criação de instrumentos financeiros nesse setor, em um processo compreendido como *land grabbing* (Sauer, Borras Jr., 2016).

As transformações do espaço agrário foram pautadas principalmente por essa corrida por terras, sendo que a

[...] “corrida mundial por terras” é conceitualizada como uma reavaliação dramática da propriedade fundiária após o surto no preço das *commodities* agrícolas em 2007-2008. Este surto tem levado atores transnacionais e domésticos com grande poder econômico a buscar terras supostamente “vazias” que possam servir como local para produção de combustíveis e alimentos no evento de novos saltos nos preços desses produtos (Borras *et al.*, 2011, p. 209).

Para Sauer e Borras Jr. (2016), o conceito de *land grabbing*, não obstante as disputas em volta de seu significado, denota a apropriação e acúmulo do controle de terras por meios de procedimentos legais - distanciando a limitação de grilagem -, ilegais ou não-legítimas, em meio a crises alimentares e energéticas, inserindo temáticas verdes em ferramentas financeiras (financeirização) por agentes antes não associados à temática, como fundos de investimentos e capital imobiliário. Com isso, torna-se evidente a forma relacional e interconectada assumida pela apropriação de terras (Fairhead; Leach; Scoones, 2012).

Este destaque recebido pela apropriação de terras contribuiu para ressaltar outro método constituinte da acumulação capitalista, que é a acumulação via espoliação. De acordo com Harvey (2003), este tipo de acumulação é verificada a partir da aquisição de terras por meios violentos que resultam na expulsão de povos originários de suas terras, seja a partir da desapropriação ou extermínio destes (Guéneau; Diniz; Passos, 2020). Este processo de desterritorialização, além de culminar na retirada das comunidades de suas terras, também incentivou grande parte desses grupos a resistir contra os avanços agrário, porém deparando-se cada vez mais com a necessidade de atender aos interesses comerciais da terra e vender sua força de trabalho (Pereira, 2019).

Sauer e Tubino (2007) apontam que o problema da concentração fundiária no Brasil é originário desde o período colonial, sendo reforçado a partir da década de 60 com a Revolução Verde, culminando na modernização nas grandes extensões de terra e no Estatuto da Terra, de 1964. O primeiro evento marcou profundas mudanças na prática agrária em razão da artificialização e inserção de tecnologias no campo (Belastre; Sauer, 2009, p. 9):

A implantação do modelo agropecuário e do pacote tecnológico foi realizada ainda com a criação de uma rede pública e oferta de assistência técnica e extensão rural, a instalação, destinação de recursos e promoção de pesquisas e ensino (criação de cursos universitários e técnicos nas universidades públicas e escolas técnicas). Todos os recursos públicos estavam voltados para o financiamento de pesquisas e a disseminação do pacote tecnológico

baseado na lógica da produção monocultora em grandes extensões de terra, excluindo a esmagadora maioria dos pequenos produtores.

Estes investimentos públicos contribuíram não somente para o fortalecimento do setor ruralista que, com a crise econômica da década de 80, atingiu maior destaque por conta do seu *superávit* com as exportações de agroprocessados, como também fortaleceu a concentração fundiária, restringindo o acesso às terras de população que vivem por meio do trabalho no campo (Sauer; Leite, 2012).

O Estatuto da Terra, por sua vez, serviu de instrumento jurídico para a desapropriação de terras e implantação de projetos coloniais pela distribuição de terras nas regiões Centro-Oeste e Amazônia; porém, logo nos anos 70, a repressão militar passou a utilizar de repressões violentas para este fim (Sauer; Tubino, 2007). Em meio a este processo, subsídios e incentivos fiscais eram destinados a empresários urbanos para compras de extensões de terra em direção à Região Norte (Sauer; Tubino, 2007).

No entanto, o cenário da estrutura fundiária brasileira não se caracteriza apenas pela herança histórica de um contexto excludente e voltado ao privado em detrimento do público, pois, além do país ter promovido apropriações desse tipo⁴, ele também é simbolizado pela tendência global de aquisições de terra por agentes múltiplos e internacionais. Estes, impulsionados pelo retorno financeiro e ameaças de crises de abastecimento, voltaram suas atenções e investimentos ao extrativismo em países que outrora foram colonizados, modelo que, para além da prática de extração de materiais, baseia-se em diversos elementos sociopolíticos para a sua manutenção, como as interações internacionais e, sobretudo, a concentração de renda e produtos a pequenos detentores de meios de produção (Ye *et al.*, 2019).

Lopes *et al.* (2021) afirmam que os desmatamentos e a desterritorialização de povos são constantemente justificados pelos defensores da expansão agrícola pelos benefícios econômicos gerados em meio a terras consideradas inóspitas e improdutivas. Esta contradição entre os malefícios sociais e crescimentos econômicos, portanto, é o que os autores entendem por mau desenvolvimento (Lopes *et al.*, 2021), ocasionado pelo entendimento de que crescimento e desenvolvimento econômicos são sinônimos (Favareto *et al.*, 2015).

⁴ Diversos estudos apontam o avanço de terras promovidos pelo Brasil frente a outras nações como Paraguai (Galeano, 2012), Bolívia (Urioste, 2012) e países na África (Borras *et al.*, 2011).

O paradigma sobre a concepção de mau desenvolvimento⁵ neste trabalho, aplicado aos casos do Matopiba e Cerrado, baseia-se, portanto, na má distribuição das riquezas (contradição e desigualdade) provenientes do modelo econômico estabelecido nos territórios (Lopes *et al.*, 2021). O mau desenvolvimento, para além da relação inversa apresentada entre bem-estar social e desenvolvimento econômico, também está amparado em discursos sustentáveis e inclusivos, em especial pela ideia de incluir países e povos tradicionais considerados ainda subdesenvolvidos (Lopes *et al.*, 2021).

Com isso, a propaganda sustentável e inclusiva demonstra-se presente tanto na temática de *land grabbing*, a partir do contexto de crises de produção e abastecimento de alimentar, quanto no mau desenvolvimento, dessa vez com a ideia de que terras classificadas como improdutivas serão englobadas em meio ao desenvolvimento econômico proporcionado pelo agronegócio.

Além do componente da terra, a expansão da fronteira agrícola, incluindo o Cerrado, que beneficia uma competitiva demanda global de *commodities*, também se apoia no fator humano em razão da demanda por empregos e renda dos trabalhadores locais e migrantes. Estes, ao buscar oportunidades de trabalho e melhores condições financeiras, têm sua mão de obra explorada. Assim, as transformações ocorridas no Matopiba reproduzem a exploração capitalista, provocando “[...] mudanças nas relações de como o trabalho é gasto, extraído e distribuído” (Li, 2011, p. 282, tradução nossa).

Neste ponto, Arboleda (2017) reforça o papel do *obrero colectivo* para a reprodução dessa nova configuração do modo de produção capitalista. Conceito este introduzido por Postone (1993), o *obrero colectivo* refere-se à polarização da classe trabalhadora causada pela introdução das novas tecnologias no campo, em que uma minoria é altamente qualificada, enquanto a maioria é precarizada. Esta categoria também pode ser associada a uma espécie de “descampesinização global”, que contribui para o enfraquecimento da resistência trabalhista em razão da exclusão condicionada pela especialização.

Dessa forma, o Matopiba expressa a reorganização do sistema produtivo atrelado ao processo de urbanização global tal como expresso por Arboleda (2017). De acordo com o autor, zonas de produção em áreas rurais estão gradativamente recebendo tecnologias que criam relações dialéticas de interdependência com o espaço físico, de modo que, para além do aumento de produção, a subsunção da natureza esteja associada cada vez mais como parte do

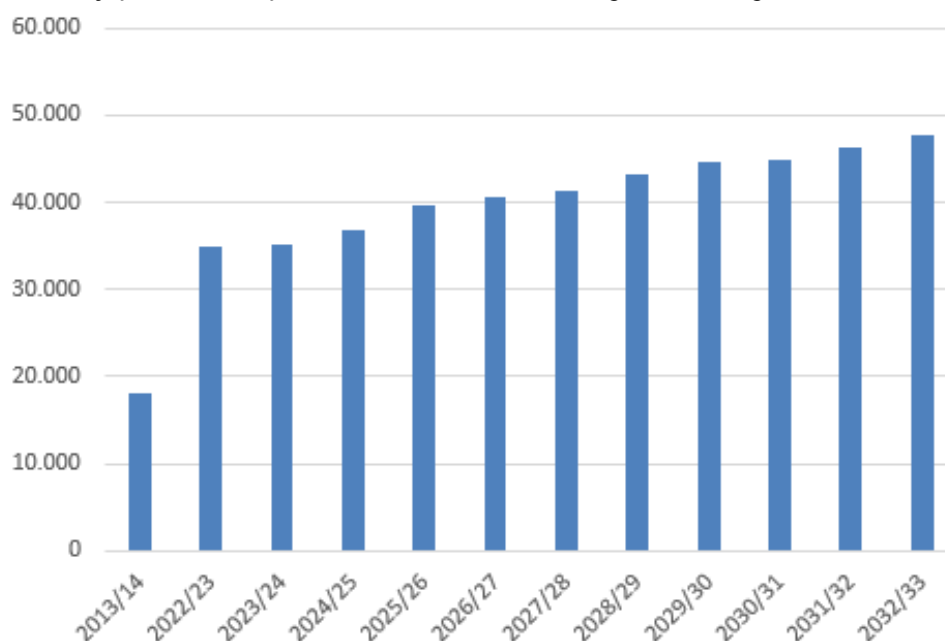
⁵ “Enquanto concentra riqueza e bem-estar nas mãos de uma elite privilegiada, o mau desenvolvimento rapidamente e com frequência acarreta a piora das condições sociais e materiais de grandes camadas da população, cujas atividades tradicionais são arruinadas pela competição com o setor moderno, incapaz de absorver o trabalho assim deslocado” (Sachs, 1979, p. 635).

modo de produção, mobilizando elementos dos três setores da economia e expandindo a extração de mais-valia e desapropriação de terras a níveis globais.

Por medio de estos aparatajes técnicos e institucionales, la naturaleza misma pasa a ser una modalidad en que el capital afirma su existencia, pues trasciende su condición de mero objeto de apropiación y se convierte en un elemento activo en la valorización de la plusvalía (Arboleda, 2017, p. 154).

Araújo (2024) analisa a convergência do caso do Matopiba para este cenário ao destacar o aumento da tecnologização do campo, assim como a diminuição da população rural em 27 das 31 microrregiões na área. O aumento da produção⁶ (Figura 5) também não está acompanhado de melhorias nos índices de concentração de terras, renda e desigualdade social, sendo, na realidade, um problema para a região (Araújo, 2024).

Figura 5: Projeções de Produção anual em toneladas do Matopiba entre os períodos de 2013 a 2033



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária, Projeções do Agronegócio, 2022.

A dinâmica de crescimento de produção e área plantada no Matopiba ocorre em passos largos em relação ao país. Pode-se observar, a partir da Figura 5, que a produção de grãos aumentou expressivamente, quase chegando a dobrar, de 2013 a 2023. Além disso, a previsão é de que a fronteira atinja uma produção de grãos de 36 milhões de toneladas e 9,3 milhões de hectares até a safra de 2030/31. Ainda que o *boom* da primeira década seja notório, propiciado por um contexto de *land rush*, o crescimento se mantém no passar das décadas.

⁶ Trata-se de uma projeção gerada a partir de séries históricas, podendo não ser atingidas de acordo com os números previstos.

O crescimento da ocupação do Matopiba tem-se realizado por meio de lavouras e pastagens com alto uso de insumos químicos. De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE⁷, foram utilizados números crescentes de agrotóxicos nos quatro estados que compõem a fronteira agrícola. O Tocantins, a partir de 2012, superou os níveis nacionais do uso de fertilizantes (Belik, 2022).

A partir do panorama realizado no capítulo, é possível analisar o desencadeamento dos fatos que culminaram na oficialização do Matopiba em 2015. Tal análise explicita a incidência e a movimentação estratégica do Estado para a efetivação e eficiência da fronteira agrícola como motor da economia gerada pela agricultura desde os governos militares. Os conceitos de território, de *land grabbing* e extrativismo (e neoextrativismo) subsidiam todo o processo de gênese e manutenção da fronteira agrícola da forma como ela se estabelece: desigual.

As reflexões teóricas permeiam as características dialéticas do Matopiba, que por um lado produz riqueza e desenvolvimento, compreendido somente pelo viés produtivista; e por outro lado, também reflete a extrema desigualdade social, econômica e ambiental entre os municípios pólos e os demais que não foram inseridos na rota de riqueza da fronteira.

Ainda, as reflexões realizadas nesta seção podem ser evidenciadas a partir do campo realizado no município de Campos Lindos - TO, entre o final de agosto e início de setembro de 2024. Em meio às entrevistas e observações ao longo da pesquisa, pode-se destacar a fala de um dos produtores familiares da região que, ao ser questionado sobre o destino das riquezas geradas no município, relata: “A riqueza passa toda por essa estrada. Passa toda hora aí uma carreta carregada de riqueza” (Entrevistado 1, 2024), referindo-se à rodovia MA-140, que passa em frente à sua residência. Durante a conversa foi possível confirmar a fala do entrevistado, pois caminhões carregados de soja escoados do município passaram com frequência.

⁷ Dados até 2014, a década do *boom* da produção.

CAPÍTULO 2: A DESIGUALDADE E A FOME NA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Para introduzir este capítulo, é necessário diferenciar os conceitos de fome e insegurança alimentar. A FAO adota a definição de fome como “sinônimo de desnutrição crônica” (FAO, 2023, p. 248), indicando uma perspectiva técnica e objetiva, pois a falta de calorias por longo período de tempo é suficiente para englobar diversos casos pelo globo. A segurança alimentar, por sua vez,

[...] se define como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. As políticas e ações de garantia desse direito deverão respeitar as dimensões ambientais, culturais, regionais e sociais. Sendo o direito à alimentação parte dos direitos civis básicos da população e um meio de alcançar a cidadania plena, de acordo com o Instituto Cidadania (Yuyama *et al.*, 2008, p. 55).

Dessa forma, a insegurança alimentar expande seus critérios de categorização para além do fator do fator quantitativo, referindo-se à qualidade nutricional dos alimentos, além de considerar elementos sociais e culturais; atualmente, o Brasil utiliza 7 indicadores, classificados pela FAO desde a década de 70 (Alencar, 2001) para averiguar o nível de segurança alimentar:

[...] relações entre estoques e demanda globais, entre estoques finais e vendas, modificações na produção de três grupos de países e movimentos de preço internacionais, todos esses indicadores referindo-se a cereais. Utiliza-se também um índice domiciliar agregado por país e um monitoramento de tendências e fatores de vulnerabilidade em nível nacional, bem como uma série de outros dados e medições auxiliares cada vez mais sofisticados (Alencar, 2001, p. 141).

A partir destas considerações, este trabalho compreende que os problemas alimentares oriundos do processo de expansão agrícola perpassam por diversas esferas para além da mera falta de alimentos, e pretende focalizar a análise da fome como dimensão de insegurança alimentar, aprofundando as discussões em temas sociais, culturais e políticos para o desenvolvimento do argumento.

Este segundo capítulo é dividido em quatro seções. Na primeira, é abordado o contexto histórico de pós-guerra que culminou na conceitualização de segurança alimentar, quando diversos países do norte global tiveram seu abastecimento alimentar prejudicado durante os períodos de conflito, portanto, buscaram medidas para sanar o problema da fome de maneira integral com os demais países. A segunda seção, “A Segurança Alimentar no Brasil”, tem como foco a participação do Brasil nos contextos de discussão sobre a segurança

alimentar e suas políticas alimentares desenvolvidas a partir da realidade estrutural do país que, desde sua colonização, sofre com o problema da fome.

A terceira seção busca, a partir das conceitualizações de segurança e insegurança alimentar, relacionar as análises já abordadas, a ocorrência da fome e outras desigualdades na fronteira agrícola do Matopiba, ainda que o território seja marcado com recordes de produção de *commodities* em detrimento à produção de alimentos.

A última seção, “A desigualdade no estado do Tocantins”, pretende focalizar as análises com base nas desigualdades presentes no estado do Tocantins, explorando estatísticas de acesso a serviços públicos, renda, saúde, educação e demais dados que possibilitam a compreensão sobre o bem-estar da população.

2.1 DEFINIÇÃO POLÍTICA E CONCEITUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A Segurança Alimentar compreende uma proposta de garantia ao direito à alimentação, tendo o Estado como ferramenta de sua efetivação, com seus instrumentos legais e institucionais para a atuação contra a fome e diferentes níveis de insegurança alimentar (Hoyos; D’Agostini, 2017). O entendimento da Segurança Alimentar iniciou em um contexto pós 1ª Guerra Mundial, quando notou-se que a demanda alimentar nos países que participaram ativamente e passivamente da guerra significava o domínio, ou não, sobre as demais nações. Caso o país dependesse da importação de comida para abastecer a demanda interna, estaria “um passo atrás” daqueles autossuficientes, que sua produção bastava para alimentar seu povo.

A noção do alimento como poderosa arma política entre os países surgiu pela primeira vez naquele pós-guerra, frente aos riscos ocasionados pela destruição em massa de campos de produção de alimentos. A alimentação adquiriu um significado estratégico de segurança nacional, impondo a necessidade a cada país de assegurar por conta própria o suprimento da maior parte dos alimentos que sua população consome, inaugurando um conjunto de políticas específicas, entre as quais a formação de estoques de alimentos (Takagi, 2006, p. 12).

Este viés produtivo dificilmente não se relaciona à questão da Segurança Alimentar desde suas primeiras considerações. Em 1974, num contexto de Revolução Verde e Terceiro Regime Alimentar, marcado pela neoliberalização da agricultura e pelo controle corporativo da produção e distribuição de alimentos (Bernstein, 2011), que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) promoveu a 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar (CMA), ano em que diversos países, principalmente europeus,

preocupavam-se com seus baixos estoques de comida devido à dificuldade produtiva enfrentada por aqueles que comumente obtinham altos níveis de produção agrícola (Maluf *et al.*, 2000).

A segurança alimentar foi definida como estratégia com propósitos específicos, e durante a CMA (1974), foi aprovada a Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD), documento que tratou sobre a fome dos países “em desenvolvimento” e reconheceu a fome como um problema global, propondo um "Sistema Mundial de Segurança Alimentar" que garantiria alimentos suficientes e a preços baixos, independentemente de crises econômicas ou climáticas (Hoyos; D’Agostini, 2017).

O bem-estar de todos os povos do mundo depende em grande parte da produção e distribuição adequadas de alimentos, bem como do estabelecimento de um sistema mundial de segurança alimentar que garanta a disponibilidade de alimentos suficientes a preços razoáveis em todos os momentos, independentemente das flutuações e caprichos periódicos do clima e sem qualquer pressão política ou econômica, facilitando assim, entre outras coisas, o processo de desenvolvimento dos países no processo de alcançá-lo [...] (CMA, 1974, tradução nossa).

Neste contexto, a questão agrícola e produtiva passa a justificar a existência, ou não, de Segurança Alimentar nos territórios. Essa narrativa permanece vigente e eficiente nos principais polos produtivos do planeta. Projetos tidos como desenvolvimentistas, como os de fronteiras agrícolas, facilmente se estabelecem em situações de crises alimentares, assim como em um contexto pós-guerra.

O conceito de segurança alimentar⁸, definido ou adotado pela FAO, em 1996 (comentário I), estabeleceu que:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurar este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (FAO, 1996).

Diante ao exposto, de maneira lógica, o país que possuir um sistema agrícola de produção satisfatório teria sanado seus problemas alimentares: se não há baixa produtividade, não há insegurança alimentar ou fome, subentende-se. Entretanto, a realidade observa que a

⁸ Para Cataño Hoyos e D’Agostini (2017), por exemplo, “a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar são propostas que respondem a interesses historicamente antagônicos. A Soberania Alimentar é a proposta dos trabalhadores do campo e da cidade; já a Segurança Alimentar é a proposta dos Organismos Multilaterais” (p. 1). Não obstante a visão particular destes autores (representativa de uma vertente de análise bastante difundida nos estudos sobre desenvolvimento agrário e sociologia rural), há vasta literatura utilizando o termo “segurança alimentar” em análises alinhadas com os pontos de vista e interesses de camponeses, agricultores familiares e consumidores de baixa renda residentes no meio urbano.

Segurança Alimentar não se alinha tão somente à capacidade produtiva, mas, paralelamente, se interliga a elementos sociais, econômicos, culturais, ambientais e, especialmente, políticos.

O acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que estejam adequados às preferências individuais definem os dois primeiros aspectos principais de garantia de Segurança Alimentar (FAO, 1996). O conceito de sustentabilidade também é discutido, pois investimentos em produção e distribuição de alimentos de maneira insustentável comprometeria a manutenção da Segurança Alimentar por longos prazos.

A segurança alimentar, a partir desse ponto, passou a estar associada ao controle corporativo internacional da produção de alimentos, com ênfase na capacidade de compra de alimentos por parte dos países e indivíduos, e nas características nutricionais dos produtos. A CMA também incentivou reformas internas nos países, como reforma agrária, políticas de crédito, promoção de cooperativas e apoio a pequenos agricultores e pescadores (Hoyos; D'Agostini, 2017).

Durante os anos 1960, a Revolução Verde corroborou ainda mais com a narrativa que conecta a Segurança Alimentar diretamente à produção agrícola; narrativa esta que foi legitimada e utilizada para basear a DUEFD. Foi propagado que o uso de insumos químicos (e técnicas mecânicas e genéticas) alavancaria a produtividade nos países, sanando a crise alimentar mundial enfrentada durante a década (Silva, 1981). O Brasil, que em 1964 entrou em período ditatorial, foi um dos países que apostou seus investimentos na Revolução Verde por meio de estímulos a inovações tecnológicas e de infraestrutura, inclusive com subsídio do Estado.

O regime militar, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, alocou grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando elevados investimentos em máquinas e insumos (sementes, fertilizantes, inseticidas etc.). este pacote tecnológico foi implantado através de crédito subsidiado, associado com as ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados no âmbito do ensino universitário ou técnico (Sauer; Balestro, 2009, p. 9).

Desde os anos 1970, com o aumento da produção de soja, o espaço agrícola tem se transformado em consonância às mudanças do modo de produção capitalista e interesses neoliberais internacionais, que refletem em impactos tanto na esfera econômica quanto nas sociais, ambientais e culturais. O chamado “Segundo Regime Alimentar Internacional” entrou em colapso no início da década de 1970. Esse colapso foi causado por uma escassez repentina e aumentos inéditos nos preços no mercado global de grãos (Bernstein, 2011).

Ainda na década de 70, a produção agrícola mundial foi restabelecida e, ao contrário do esperado, sinais de insegurança alimentar, como fome e desnutrição, permaneceram, alcançando uma parcela significativa da população de forma grave. Além disso, a preocupação da maior parte dos governantes ainda era voltada quase exclusivamente para as políticas públicas alimentares de caráter assistencialista, deixando de lado estudos sobre suas possíveis causas; tal pensamento perdurou até o início da década de 80, quando Amartya Sen (1982) introduziu o conceito de intitlamento, referindo-se não apenas ao objetivo de maior estoque de alimentos entre as nações, como também a melhores meios de acesso a eles pela população. Importante ressaltar que as contribuições de Sen influenciaram a 8ª Sessão do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, que dedicou maior atenção às qualidades dos alimentos, não focando apenas na quantidade.

A DUEFD (1974) informa que a crise alimentar dos anos 1970 serviu como uma justificativa para promover e fortalecer a indústria agroalimentar a nível internacional. Esse cenário favoreceu a expansão da Revolução Verde, impulsionada por financiamentos da ONU, e integrou as economias por meio de uma nova ordem econômica internacional, permitindo a participação dos chamados países em desenvolvimento a partir da eliminação de barreiras alfandegárias e não alfandegárias sobre produtos de interesse destes, o que aumentaria o acesso ao mercado de países ainda não desenvolvidos (Hoyos; D'Agostini, 2017).

Para Maxwell e Slater (2003), a noção predominante nos anos 1970 e 1980 estava mais ligada ao conceito de política alimentar, ou mais propriamente, política de assistência alimentar, com ênfase nos aspectos ligados à oferta de alimentos e menos à demanda (ou à sua interdependência) e precede a disseminação do conceito de segurança alimentar (Takagi, 2006).

Em 1985, a FAO regional da América Latina e Caribe consultou técnicos e pesquisadores da Segurança Alimentar nos territórios, a fim de analisar o contexto de fome e insegurança alimentar enfrentados na década de 70. De acordo com os consultados, a crise alimentar proveio do processo de urbanização intenso e tardio dos países latinos, bem como a falta de incentivos ao trabalho no campo (Gomes Júnior, 2015).

Somente nos anos 90, duas décadas após a DUEFD, essas proposições tornaram-se efetivas. Promoveu-se a Cúpula Mundial Sobre Alimentação, já que o cenário dos anos 1970 se intensificou, com níveis de pobreza e fome ainda mais elevados. O plano de ação e propósito de Segurança Alimentar durante a cúpula foi a redução de 50% das pessoas desnutridas até 2015. Os esforços deveriam ser concentrados na produção de alimentos básicos e na cooperação internacional (Hoyos; D'Agostini, 2017).

Existe Segurança Alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas

necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e sadia (Cúpula Mundial da Alimentação, 1996, tradução nossa).

No contexto da Cúpula Mundial da Alimentação⁹, não foram debatidas apenas questões coletivas em relação ao combate à Insegurança Alimentar ligadas à supressão de alimentos, como fome e subnutrição, que são as formas mais pungentes, e em prol do abastecimento das nações;, mas também predileções pessoais, quando cada pessoa consegue optar por alimentos que lhe satisfaz, por paladar, restrições de saúde ou ideológicas, e relativos a culturas e crenças. Portanto, a garantia da Segurança Alimentar deve incluir a reserva das culturas alimentares, considerando a dimensão do patrimônio cultural que está intrínseco às escolhas alimentares dos grupos e suas práticas, preparações e modo de consumo (Maluf; Marques; Menezes, 2000).

Além disso, no ano 2000, a FAO criou uma instituição, a Relatoria Especial sobre o Direito à Alimentação na Comissão de Direitos Humanos, sendo criada para monitorar o cumprimento dos direitos humanos da ONU, com uma das relatorias sendo sobre alimentação, chamado “O Direito à uma Alimentação Adequada”. A iniciativa agregou a noção de segurança alimentar como um direito nato e de todos, e não uma política compensatória.

Além do acesso, de acordo com a FAO (1945), a Segurança Alimentar também compreende hábitos alimentares saudáveis, como maior consumo de insumos *in natura* e menor ingestão de ultraprocessados. Isso significa que o conceito de Segurança Alimentar abrange também que toda a população tenha acesso a alimentos de boa qualidade nutricional, sem elementos que possam ser nocivos à higidez humana, como o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Cinco anos depois, na segunda Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em 2002, o objetivo da cúpula anterior não foi alcançado; ao contrário, o número de pessoas com fome, de acordo com Hoyos e D’Agostini (2017), havia crescido significativamente. Diante disso, o mesmo objetivo específico foi retomado, com a promessa de intensificar o plano de ação anterior. Segundo a Cúpula, o problema estava na falta de disseminação e força na execução do plano, e não na adoção de uma estratégia equivocada.

Em 2007/8, o planeta deparou-se com uma grande crise alimentar, enfrentada tanto pela falta quanto pelo alto preço da comida. As causas e origens desta crise dividiram opiniões entre pesquisadores, movimentos sociais e órgãos globais (Hoyos; D’Agostini, 2017). De acordo com Olivier De Schutter, relator da FAO durante o período, a crise

⁹ A Cúpula foi realizada em Roma, em 1996, que contou com a presença de representantes de 185 países e da Comunidade Europeia. Na ocasião, foram assumidos compromissos para a garantia da segurança alimentar; dentre eles, o objetivo de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que sofrem com fome no mundo.

originou-se pelo alto consumo e desperdício de alimentos, e analisou que o contexto favorecia a competitividade e produtividade aos pequenos produtores.

Movimentos sociais, como a Vila Campesina (2008), compreenderam a crise como uma consequência histórica e “[...] parte de uma crise geral no coração do sistema capitalista, a qual integra a crise climática, a crise energética e a crise financeira” (Hoyos; D’Agostini, 2017, p. 176). Portanto, essa crise evidenciou a incapacidade das empresas multinacionais, especialmente as agroindustriais e de comercialização de produtos alimentares, de sanarem os problemas relacionados à alimentação.

McMichael e Schneider (2011) analisam a crise alimentar de 2008 como sinalizadora do modelo agrícola industrial global, centrada no acúmulo de capital. Para os autores, as respostas à crise dadas pelas organizações, como a FAO, aprofundariam ainda mais o domínio capitalista industrial sobre a produção de alimentos, pois as perspectivas permanecem focadas no mercado e na agricultura como cadeia de valor. Para os autores, a origem se deu com o chamado “terceiro Regime Alimentar”, que surgiu no final dos anos 1980, relacionando a agricultura às empresas multinacionais e ao mercado de *commodities*.

Países com disponibilidade de recursos financeiros e com pouca disponibilidade de recursos naturais, para assegurar a segurança alimentar de sua população, tem adotado a prática de realizar investimentos diretos na produção agrícola em outros países, ao lado dos investimentos movidos por interesses apenas comerciais, e simultaneamente, realizando a compra de grandes extensões de terras agricultáveis em outros países (Cifuentes, 2013, p. 46).

Por décadas, a segurança alimentar foi tratada como uma política de armazenamento de alimentos, e não focada no ser humano. Essa visão apenas foi alterada a partir do aumento da produção, e ainda assim, o problema da fome não foi sanado. Desta forma, a fome e a insegurança alimentar passaram a ser tratadas como um problema de acesso à comida, não tão somente à “pouca” produção. Diante de tal situação, a segurança alimentar passou a ser tratada como um direito humano básico, a ser garantido por políticas públicas (Maniglia, 2009).

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE E FOME NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Linhares (1979), a fome e a miséria têm registros desde o período colonial. As análises pioneiras a respeito da segurança alimentar foram protagonizadas e iniciadas através das obras e atuação de Josué de Castro, primeiro presidente do Conselho da FAO (1952), que desde 1930 discutia o assunto. Entretanto, apenas em 1986,

a segurança alimentar foi priorizada pelo Estado, quando, pela primeira vez, tornou-se objetivo do Ministério da Agricultura entre as propostas e políticas de abastecimento. Porém, a proposta pouco foi efetiva, já que o entendimento de segurança alimentar usado para sua construção foi focado na “auto-suficiência produtiva nacional” (Maluf, 1996).

As questões agroalimentares e de segurança alimentar tornaram-se pautas efetivamente prioritárias durante o Governo Itamar Franco, que em 1993 instalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Apesar de ser instaurado neste ano, ainda em 1991 o chamado “Governo Paralelo”¹⁰ divulgou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, que foi base para a constituição do CONSEA. Para o Governo Paralelo, a insegurança alimentar no Brasil advinha de problemas relacionados à pobreza e ao desemprego, evidenciadas pela recessão dos anos 80, por isso, seu foco na retomada e crescimento da economia (Maluf, 1996).

Tornada um objetivo estratégico de governo, a segurança alimentar nuclearia as políticas de produção agroalimentar (políticas agrária, de produção agrícola e agroindustrial), comercialização, distribuição e consumo de alimentos, com uma perspectiva de descentralização e diferenciação regional. Em paralelo, ocorreriam as ações emergenciais contra a fome. Fariam parte, ainda, as ações governamentais de controle da qualidade dos alimentos e estímulo a práticas alimentares saudáveis. A ampliação do conceito de segurança alimentar, incorporando a garantia de acesso a alimento seguro (controle de qualidade dos alimentos) e em condições adequadas a seu aproveitamento (Maluf, 1996, p. 3).

A partir da implementação do CONSEA (Decreto n.º 807, de 24/04/1993), foi elaborado o primeiro Mapa da Fome, que durante a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994), apresentou o dado de que 21,9% do povo brasileiro vivia abaixo da linha da indigência (Peliano, 1993). Tratou-se a indigência pelo critério da estrutura de consumo, aquela população que não tinha renda suficiente para comprar uma cesta alimentar. A equipe do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) foi fundamental tanto por elaborar o Mapa da Fome quanto pela elaboração do Plano de Combate à Fome e à Miséria, que visava enfrentar as origens da fome e miséria por meio de ações políticas, sociais, de infraestrutura e ordenamento territorial, imediatas e de forma integrada (Takagi, 2006).

Ainda que 49 ações de organismos tenham resultado do Plano, a coordenação das ações foi realizada de forma ineficiente, “acreditava-se que, com o tempo, o que em um primeiro momento não passava de uma agenda de intenções de um determinado ministério poderia transformar-se, efetivamente, em estratégias, programas e/ou ações de combate à fome e à miséria” (Resende, 2000, p.10). A visão de Resende (2000) é reiterada pelo

¹⁰ Proposto pelo Partido dos Trabalhadores em 1990 para gerar propostas alternativas ao governo.

sociólogo Betinho, coordenador da Ação Cidadania, que acreditava que a fome e a insegurança alimentar deveriam ser combatidas pela sociedade civil, a partir de ações solidárias (Takagi, 2006).

As prioridades do CONSEA consistiram na geração de emprego e renda, democratização da terra, combate à desnutrição materno-infantil, fortalecimento e descentralização do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a utilização dos estoques públicos para programas alimentares (Takagi, 2006). O principal avanço desde a implementação do CONSEA, de acordo com Takagi (2006), foi o caráter participativo com representantes da sociedade civil nas discussões e decisões, desta forma, tornando o Conselho uma função executiva, ausente de instituições executoras.

Outro resultado que pode ser atribuído à atuação do Consea, mas com maior protagonismo do Ministério do Trabalho foi a abertura de linhas de crédito com recursos do FAT no valor equivalente a US\$500 milhões, destinados a pequenas e médias empresas, visando a geração de empregos de baixo custo. As principais dificuldades de alcançar um público maior dos programas criados foram a falta de recursos no orçamento, ou a falta de liberação no momento certo, ou a falta de compromisso de ministérios parceiros. A despeito disto, o Consea foi fundamental na gestão que fez junto ao Congresso para inclusão de recursos para programas (Takagi, 2006, p. 43).

A extinção do CONSEA ocorreu em 1995, com a posse do governo de Fernando Henrique Cardoso, e foi substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária, que pretendia associar os programas alimentares às demais ações sociais, como moradia, saúde e educação. Ainda que essa fosse a premissa do Conselho, sua aplicação ocorreu de maneira localizada, em municípios selecionados por índices de pobreza. Demandas maiores que as ofertas, repasse de recurso com atraso, processos burocráticos e desaparecimento das instituições públicas foram algumas das limitações enfrentadas para a efetivação do Conselho da Comunidade Solidária. Diferentemente do CONSEA, o conselho havia deixado as questões alimentares como secundárias e focado na pobreza (Takagi, 2006). Já em 1998, com foco em discutir a fome, diversas entidades civis reuniram-se no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN).

Por meio de uma Medida Provisória, ainda no primeiro mês do Governo Lula I, foi recriado o CONSEA¹¹, e também instituiu-se o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), sob o comando de José Graziano da Silva, idealizador do Projeto Fome Zero. O programa foi instituído a partir de três eixos fundamentais: ações estruturais para as causas mais extremas da fome e pobreza, ações específicas para atender

¹¹ Movimentos sociais e entidades da sociedade civil defensoras dos direitos humanos possibilitaram a restituição do CONSEA, após ser extinto no governo FHC.

diretamente às famílias que não se alimentavam adequadamente e ações locais implantadas pelas prefeituras municipais e pela sociedade civil (Maniglia, 2009).

O governo estabeleceu o Projeto Fome Zero como uma política de segurança alimentar. A meta, conjuntamente à mobilização social, era atingir três refeições diárias nas regiões de pobreza extrema. No primeiro momento, distribuindo um cartão para complementação de renda, com um auxílio de R\$50,00 para famílias que recebiam menos da metade de um salário-mínimo. O programa atingiu principalmente famílias do meio rural, que representaram 46,1% dos atingidos pelo Fome Zero (Maniglia, 2009).

Ainda em 2003, o CONSEA formulou a proposta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi lançado no mesmo ano pela Presidência da República, que fortaleceu a articulação entre políticas públicas e segurança alimentar ao adquirir alimentos oriundos da agricultura familiar (Salgado *et al.*, 2020). Foram também criados os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), que se diferenciaram dos demais programas institucionalizados até então por sua abordagem territorial. A concepção principal que direcionou a operação dos CONSADs foi a percepção de que existem diversidades regionais, que não se configuram como os limites geográficos dos municípios. Portanto, a resolução destes problemas seria mais viável se considerasse a união de diferentes grupos municipais, com análogos laços culturais, econômicos, sociais ou ambientais. A idealização do programa deu-se a partir da ideia de que um município sozinho teria maior dificuldade de enfrentamento de suas dificuldades do que se aliasse a outros municípios com um mesmo propósito de desenvolvimento, tanto na promoção da Segurança Alimentar, quanto no fortalecimento das cadeias produtivas sub-regionais, possibilitando a criação de um ciclo de trabalho, renda e consumo de produtos provenientes da Agricultura Familiar (Polastrini; Pereira, 2018).

Entretanto, apesar do diferencial positivo do programa, ele apresentou determinados entraves desde sua implementação, que ocorreu simultaneamente ao calendário eleitoral de 2004. Com isso, a identificação e análise dos territórios, assim como a apresentação do projeto, foi agilizada para que cumprisse com curtos prazos, comprometendo seu planejamento e ação de forma criteriosa. Além disso, outros obstáculos relevantes foram observados durante a agência dos CONSADs, como a definição dos territórios, que em suas definições geográficas apresentavam diferentes formas de desigualdades (Milani, 2008).

Apesar da importância do lançamento destes programas para uma maior visibilidade e políticas destinadas à segurança alimentar, o cenário agrícola permaneceu sob domínio de grandes empresas exportadoras, assim como o PRONAF (Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar) Mais Alimentos, instaurado em 2008, que no ano de 2014 teve 68% de seus recursos destinados ao custeio de *commodities*, enquanto somente 17% foi investido na produção de alimentos básicos (Aquino; Schneider, 2015; Teixeira, 2011, 2012; Weid, 2010).

Em 2013, com a agroecologia adentrando no discurso político, foi concebido o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que visava a promoção de ações para maximizar e fortalecer a produção agrícola orgânica, tendo como base concepções agroecológicas e sustentáveis (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021). Compreendia-se que as práticas agroecológicas demandavam assistência de políticas públicas mais estruturantes, como crédito rural específico, principalmente para agricultores familiares, e contando com a participação destes na elaboração e no acompanhamento do projeto, reconhecendo também mulheres e jovens como atores protagonistas (Moura, 2016).

O diferencial apresentado pelo PLANAPO, em síntese, foi a inovação no estabelecimento de iniciativas mais práticas com o objetivo de minimizar as contradições tanto sociais quanto ambientais do PRONAF, como também impor um padrão de agricultura familiar de bases ecológicas. Contudo, em termos concretos, sua aplicação não se mostrou efetiva (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021), a quantidade de financiamento para produção agrícola orgânica e com bases agroecológicas e os recursos aplicados se mostraram tímidos, com pouca eficiência na incorporação de um número mais expressivo de mulheres nas políticas de créditos rurais.

Porém, apesar das tentativas pouco eficientes dos programas citados, a sequência dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) acabaram por extinguir ou desmontar boa parte deles. Temer, em 2016, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o incorporou ao Ministério do Desenvolvimento Social, resultando em um desmonte e paralisação de ações públicas que estavam sendo implementadas até então com participação dos sindicatos rurais, que passaram a ter uma atuação inexpressiva (Mattei, 2018). O desmonte das políticas públicas voltadas para o meio rural familiar e abastecimento sustentável não afetou exclusivamente a classe dos trabalhadores do campo, mas toda a estrutura alimentar do país (Cunha, 2017).

Bolsonaro, em seu primeiro dia de mandato em 2019, extinguiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF) (Sauer; Leite; Tubino, 2020; Fernandes *et al.*, 2020), intensificando o processo de mercantilização dos patrimônios nacionais. Além disso, uma das ações mais simbólicas do desmonte às políticas públicas de incentivo à Segurança Alimentar no governo foi exercida por meio da MP 870, também alterada no primeiro dia do governo de

Bolsonaro, que encerrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que integrou ativamente agendas em prol da SAN no Brasil, desde sua criação em 2010 (Castro, 2019).

Além disso, a partir do final de fevereiro de 2020, com o primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil, as precárias condições sanitárias, de renda e trabalho de todas as regiões foram agravadas. Com a redução significativa de investimentos destinados à segurança social desde 2014, a partir de 2013 os índices de Insegurança Alimentar Grave cresceram 8% ao ano até 2018, enquanto a Segurança Alimentar decresceu significativamente (POF, 2017-2018). Entre 2018 e 2020, a Insegurança Alimentar Grave teve aumento de 27,6% de ano a ano (IBGE 2018; VIGISAN, 2020).

A partir de uma amostra representativa da população geral, por meio de entrevistas domiciliares com margem de erro máximo de 2,1 pontos percentuais para mais ou para menos em seus resultados obtidos, o inquérito VIGISAN, utilizando a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), constatou o efeito negativo da pandemia do Coronavírus sobre a Segurança Alimentar das famílias nas cinco regiões, embora ainda houvesse desigualdades entre elas (VIGISAN, 2020). Os indicadores expressaram que a maior parte do Brasil vive em insegurança alimentar (54,2%), enquanto 9% indicaram ocorrência de fome, com casos mais expressivos em áreas rurais do país.

2.3 RECORDES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, DESIGUALDADE E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CAMPO NO MATOPIBA

A expansão da fronteira agrícola é justificada constantemente pela ideia de que, com o aumento da produção, problemas de fome e insegurança alimentar serão solucionados. Esta constatação, no entanto, restringe a temática à lógica produtivista, descartando as desigualdades identificadas no cenário global, como a concentração de renda, acesso à terra, à moradia e aos alimentos. Sauer (2024) ressalta que os temas climáticos e alimentares não podem ser dissociados do modo de produção, o que é reforçado no campo, ambiente dos mais afetados por essas crises.

Desse modo, compreender o contexto dos recordes de produção do Matopiba demanda observar as consequências em âmbito social e econômico na população, ampliando os horizontes limitados às estatísticas de produção e lucro para abranger as desigualdades estruturais potencializadas por esse sistema.

Bem como a atuação do Estado, diversas figuras políticas atuaram para a expansão da fronteira agrícola do Matopiba, assim como suas ideias e promessas de desenvolvimento econômico e social para a área. Os recordes produtivos também corroboram com a narrativa da fronteira como uma oportunidade de crescimento e solução dos problemas alimentares, como o estudo “Projeções do Agronegócio, Brasil 2022/23 a 2032/33”¹², elaborado pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e pela Embrapa, que revelou o aumento de 92% na produção de grãos no Matopiba nos últimos 10 anos, além de uma projeção de 37,1% até 2033.

Ainda que o discurso do agronegócio se justifique por “sanar os problemas da fome”, a realidade mostra-se de forma distinta. Atualmente, os recordes produtivos advindos do agronegócio são da produção de *commodities* para o mercado internacional, como soja, milho e algodão, não necessariamente alimentos.

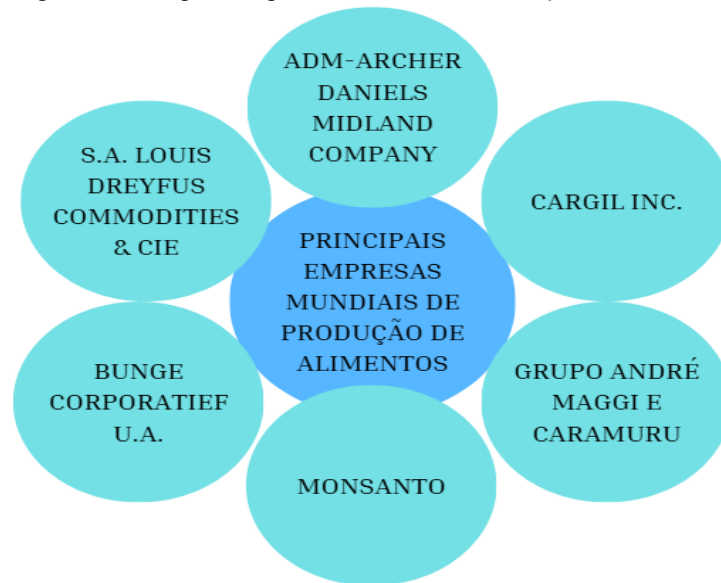
De acordo com Bombardi (2016) o agro, de agronegócio, não pertence a um projeto de soberania alimentar, enquanto negócio deixa claro que a produção é destinada ao mercado, e não às pessoas. Portanto, é possível analisar a contradição envolvida no processo do capital: as produções são expressivas enquanto ainda há fome e insegurança alimentar, revelando o interesse do mercado não em alimentar, mas sim na ampliação de seus monopólios, latifúndios e capital (Sousa; Silva, 2020)

De acordo com Sousa e Silva (2020), ao compreender que os recordes alimentam tão somente o mercado mundial, a produção de alimentos, bem como seu valor, deixa de ser estabelecida pelos processos produtivos e passa a ser definida pelos *Players*, jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores (Sousa; Silva, 2020, p. 9). Assim, os atores que mecanizam o sistema capitalista acabam responsáveis pela produção mundial de alimentos, da forma que lhes for conveniente. É possível verificar tal contexto a partir do gráfico a seguir (Figura 6), que demonstra os principais produtores de alimentos, que também são as empresas mais produtoras de grãos mundialmente.

¹² Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-aponta-incremento-de-37-na-producao-de-graos-no-matopiba-em-dez-anos>.

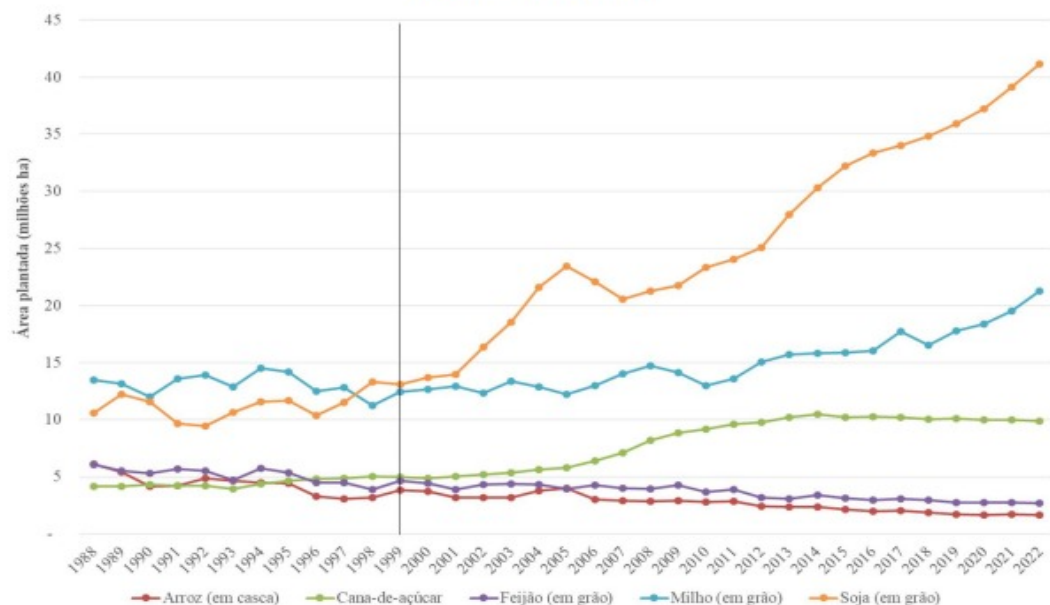
Figura 6: Principais Empresas Mundiais de Produção de Alimentos



Fonte: Oliveira, 2012. Elaboração própria.

A partir das análises de Sousa e Silva (2020), é possível identificar o declínio dos interesses e foco na alimentação quando a produção de alimento é principalmente voltada ao mercado internacional. Como as áreas que poderiam produzir alimentos são latifúndios de sojeiros, os produtores de *commodities*, trazem como consequência também o aumento dos preços de alimentos básicos, como arroz e feijão, e outros necessários para as necessidades humanas. A soja é considerada por Zafalon (2016) como o ouro verde do país, por seus recordes de produção e estimativas cada vez mais crescentes. No entanto, as previsões para produção do arroz e do feijão decaem ano a ano, como é possível verificar na figura a seguir.

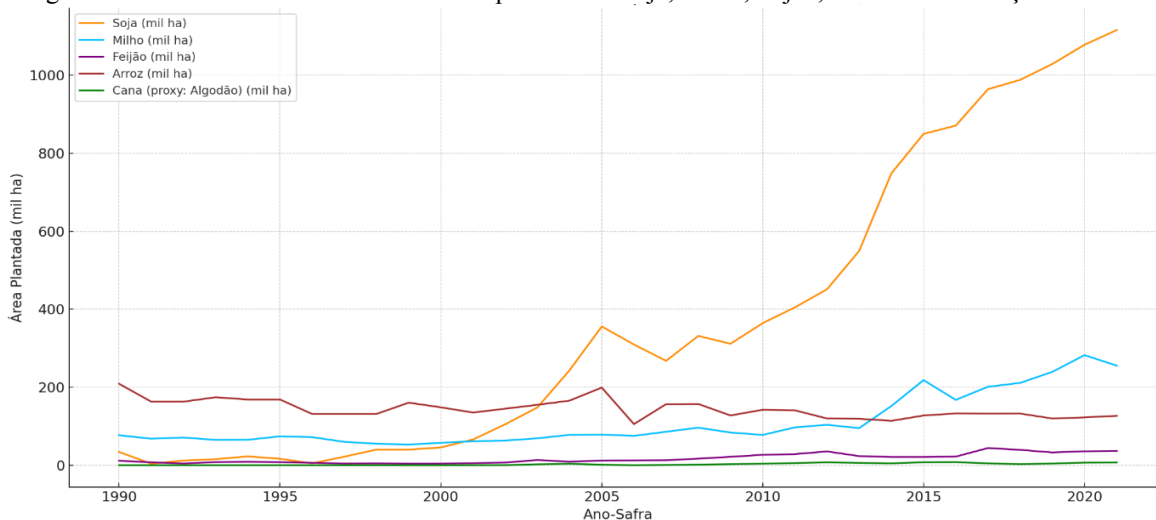
Figura 7: Brasil - Série histórica de área plantada de soja, milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar 1998 a 2022



Fonte: IBGE/PAM, 2024. Elaborado por Leite, 2024, p. 17.

O Tocantins, estado central de análise desta pesquisa, possui dados semelhantes aos analisados do país, com o crescimento expressivo da área plantada de soja, porém com números decrescentes ou inalterados para a área plantada de alimentos, como o arroz e o feijão.

Figura 8: Tocantins - Série histórica de área plantada de soja, milho, feijão, arroz e cana de açúcar 1990-2021



Fonte: Seplan, 2021. Elaboração própria.

A partir dessas análises, pode-se inferir sobre a lógica das grandes multinacionais em controlar os sistemas produtivos, incentivando a monocultura e as *commodities*, principalmente de grãos. Enquanto isso, são sacrificadas as pequenas produções, como de agricultores familiares, pouco mecanizadas e que não fazem o uso de venenos. “[...] Percebe-se que o caminho que o Brasil está seguindo centrado no agronegócio não é o de produzir alimentos para a população, mas de produzir fome, e isso está completamente na contramão da soberania alimentar” (Sousa; Silva, 2020, p. 15).

De acordo com Maluf e Menezes (2000), a segurança alimentar constitui-se em três pilares: qualidade nutricional da comida (incluindo a não utilização de venenos); os hábitos e culturas ligados à alimentação e, por fim, a sustentabilidade do sistema agroalimentar (continuidade na produção de alimentos). Os autores corroboram com a noção contraditória entre os recordes de produção atingidos a cada ano na fronteira agrícola do Matopiba, que diante dos três pontos elencados, não são capazes de sanar os problemas relacionados à alimentação, tanto na esfera nacional quanto em âmbito internacional.

No que concerne ao terceiro pilar, da sustentabilidade alimentar, as lavouras de soja e demais *commodities* também a comprometem desde os pequenos agricultores. No caso de

Campos Lindos-TO, 58,33% dos entrevistados são pequenos produtores e agricultores familiares. O que relatam em comum sobre a água: moram perto de riachos, que muitas vezes cortam sua propriedade, mas entendem que aquela água não é própria para o consumo, nem para beber, nem para os animais e nem para irrigar suas plantações. São comuns falas como “antigamente deixava meus filhos banharem no rio, hoje não dá mais, saem se coçando porque a água está cheia de veneno que vem da Serra do Centro” (Entrevistado 1, entrevista realizada em 02/09/2024) e “Já foi própria para o consumo, quando eu era jovem, criança, hoje não mais” (Entrevistado 2, entrevista realizada em 01/09/2024). Serra do Centro são as regiões de chapada, com solos mais agricultáveis, onde a maioria das grandes produções se encontram. Também houve relatos quanto às mudanças de aparência da água: “tem uma nata que fica por cima da água assim, parecendo um óleo quando cai na água”. É notório que apenas exista segurança alimentar quando também houver a existência da segurança hídrica para as comunidades.

Diante da contextualização, percebe-se que vários Matopibas dividem a área delimitada pelo Gite. Ainda que a fronteira abarque 337 municípios, apenas 14 deles possuem uma alta produtividade de soja, localizados sobretudo ao oeste Maranhense e ao norte do Tocantins (Favareto, 2019). Esses diferentes Matopibas também podem se verificar a partir de índices socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em que os níveis se diferem em cada região que compõe a fronteira agrícola; até os anos 2000, 88% dos municípios possuíam o IDHM muito baixo, e nos anos 2010, passou a 48% os municípios com baixo IDHM (Salomon, 2020).

Nos dados do Atlas da Vulnerabilidade Social dos Municípios (IVC), a redução da vulnerabilidade social, ainda que 40% dos 337, 35 municípios do Matopiba se encontrassem na faixa de vulnerabilidade muito alta em 2010, sobretudo no Maranhão. O indicador reflete o desempenho dos municípios em três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho. Em 2000, 316 municípios do Matopiba _ quase 94% _ se encontravam na faixa de alta vulnerabilidade (Salomon, 2020, p. 35).

Em estudo realizado por Porcionato e coautores (2018), o Atlas da Vulnerabilidade Social dos Municípios (IVC) também analisa o indicador de “prosperidade social”, em que seu índice mais alto abarcava apenas 21 municípios do Matopiba (6% da fronteira); enquanto isso, ainda em 2010, 294 (74%) municípios estavam nos mais baixos índices de prosperidade social.

A partir do estudo realizado por Favareto *et al.* (2019), que analisou a (re)produção da riqueza em mais de 70 municípios, é possível visualizar a discrepância entre os indicadores sociais no Matopiba. Os indicadores puderam dividir os municípios analisados em quatro

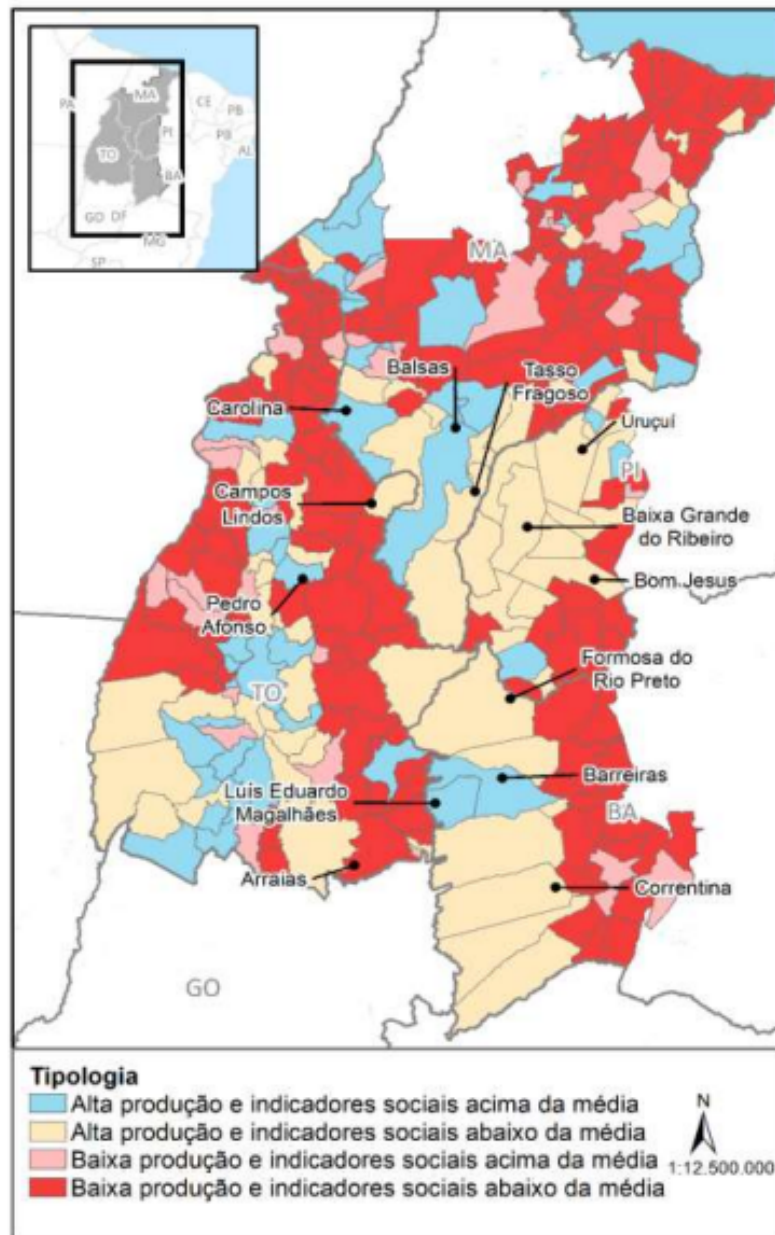
grupos: A (ricos), com indicadores sociais acima da média e alta produção; B (injustos), com alta produção agrícola e indicadores sociais abaixo da média; grupo C (saudáveis), com baixa produção e altos indicadores sociais, e por último; grupo D (pobres), representado pelos municípios com baixa produção e indicadores abaixo da média. Os dados da Tabela 1 revelam a quantidade de municípios em cada um dos grupos, e a distribuição territorial pode ser visualizada na Figura 9:

Tabela 1: Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar

Tipo	Matopiba	Tocantins	Maranhão	Piauí	Bahia
A – Ricos	45	21	19	3	2
B – Injustos	67	27	18	15	7
C – Saudáveis	29	15	10	1	3
D – Pobres	196	76	88	14	18
Total de municípios	337	139	135	33	30

Fonte: Favareto *et al.*, 2019 com base de dados IBGE (2011/2018). Elaboração própria.

Figura 9: Mapa de tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar



Fonte: Favareto *et al.*, 2019, p. 135.

A criação das quatro tipologias (grupos) foi definida a partir de pesquisas estatísticas municipais, analisando o que podem ser compreendidos como pontos benéficos da expansão das lavouras, a partir de indicadores de dinamismo econômico; mas também foram analisados os indicadores sociais, que mostraram-se negativos na maioria dos municípios analisados. O tratamento e análise dos dados partiu do pressuposto que a alta produtividade (agrícola e de riqueza) e o bem-estar (medido a partir de indicadores sociais) não estão diretamente relacionados, já que o dinamismo produzido pela expansão da fronteira agrícola demonstra-se extremamente concentrado (Favareto, 2019).

As análises partiram de nove indicadores municipais, sendo eles: demografia; PIB; emprego e ocupação; mortalidade infantil; esperança de vida; taxa líquida de matrícula no ensino médio de jovens; taxa de população em condição de pobreza; renda per capita; e desigualdade de renda. Favareto e coautores (2019) compreenderam a lacuna de referenciais que pudessem subsidiar dados relacionados à sustentabilidade nos municípios, já que não apresentavam dados estatísticos e também secundários sobre suas dimensões ambientais.

Tais considerações apresentadas auxiliam na compreensão das contradições entre as ideias de crescimento econômico e desenvolvimento, como defendido por Sá *et al.* (2015) e por Furtado (1974). Enquanto o primeiro termo representaria unicamente maiores números de produção e lucro, o segundo entende que tal aumento deveria ser acompanhado de melhores indicadores sociais, como qualidade de vida e distribuição de renda (Lobo, 2023). O sucesso do sobre acúmulo de riquezas obtido no Matopiba baseia-se também em um significativo declínio de preços dos insumos, principalmente dos recursos naturais no território (Sauer; Borras Jr., 2016).

Favareto *et al.* (2019) também apontam sobre a concentração de renda e produção em determinadas regiões, ao examinar que locais que mais dependem de programas sociais, vulneráveis à pobreza e desigualdade, são aqueles que mais sofrem as consequências do modo de produção do Matopiba. Os autores também analisam que o dinamismo e crescimento econômico, baseados em um modelo desigual, serão temporários, visto que não propiciam um desenvolvimento que valorizem o consumo local, “dinâmica típica de regiões de economia especializada e concentrada” (Favareto *et al.*, 2019, p. 29).

Desse modo, é perceptível que os recordes de produção no Matopiba não estão direcionados à alimentação da população ou à melhora dos índices de Segurança Alimentar, mas sim à maximização de lucros pela exploração da terra, cujos beneficiários são os agentes do agronegócio e grandes empresários do capital, brasileiros e internacionais, sob a tutela do Estado brasileiro que, não obstante a maior presença de políticas públicas redistributivas no século XXI, reforçam a estrutura desigual no país observada há séculos.

2.4 DESIGUALDADE E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DO TOCANTINS

Sendo o único estado com 100% de seu território pertencente à área do Matopiba, o Tocantins demanda estudos aprofundados a respeito de sua situação econômica, social e política. Devido às pesquisas de maior amplitude terem sido realizadas antes do decreto de

2015, como IBGE, IPEA etc., a comparação de indicadores sociais de antes e depois da inserção do Matopiba na região torna-se complexa.

Desde antes da formação do estado do Tocantins, em 1989, a região contava com dados precários de bem-estar social. De acordo com Marques (2019), quando a área ainda pertencia ao norte do Goiás, mais de 90% da população local não possuía água encanada, e mais de 80% não tinha acesso à energia elétrica. Com a intenção de atrair novos investimentos para as regiões mais pobres, a cidade de Palmas, que se tornaria capital do estado, fortaleceu o processo de urbanização na região, característica essa restrita, na época, às margens da rodovia Belém-Brasília (Marques, 2019).

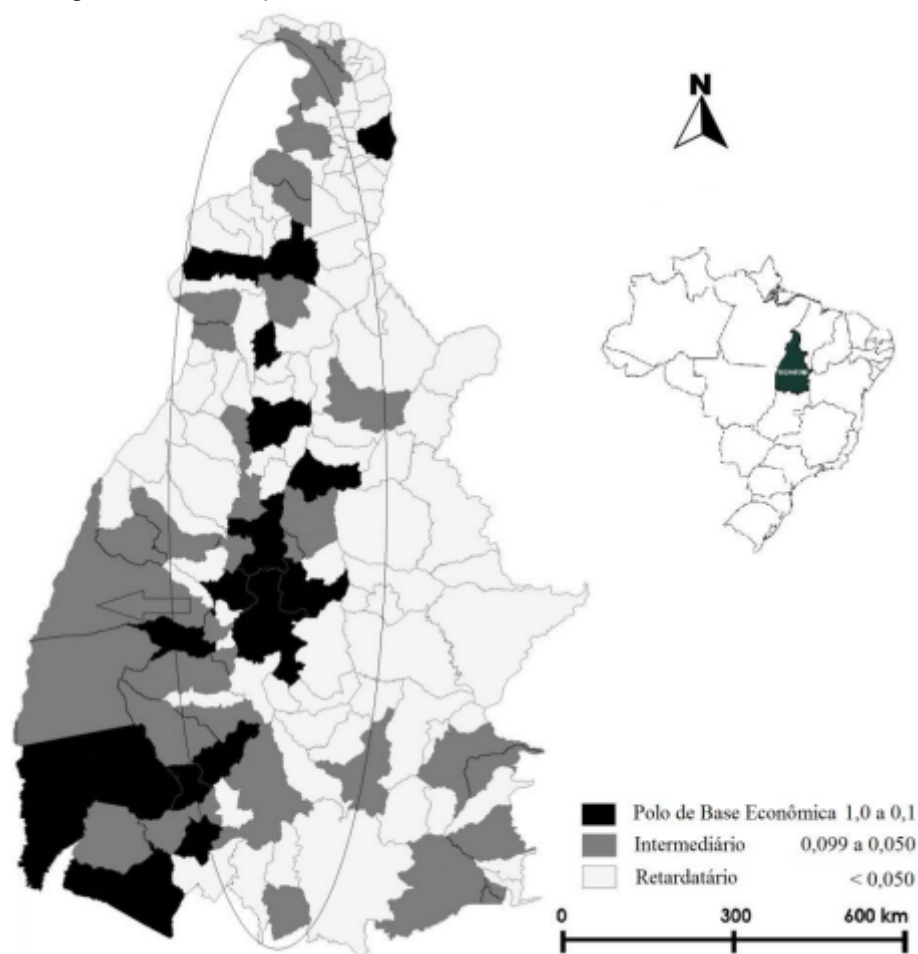
A urbanização no estado de fato pode ser identificada; de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, entre 1991 e 2010 houve um aumento de aproximadamente 176% no número de municípios no Tocantins, de 79 para 139. Além disso, a população urbana cresceu de 530.636, em 1990, para 1.090.106, em 2010; enquanto isso, a população rural decaiu de 389.227 para 293.339 no mesmo período. Em 2022, o Censo Demográfico indicou que mais de 80% da população tocantinense habitava em zonas urbanas.

No entanto, Oliveira e Piffer (2016) também ressaltam o distanciamento de realidades entre os municípios, reforçando que, com exceção de Palmas, Araguaína e Gurupi, a desigualdade social e econômica é notória no estado. Com isso, para identificar os fatores que expressam esta desigualdade, serão apresentados dados que evidenciam discrepâncias entre as regiões, assim como dentro delas.

Esta diferença entre os municípios pode ser observada pela referência da BR-153 (Belém-Brasília), o eixo central, em que a maior parte das chamadas “cidades-polo”¹³, equipadas de maior infraestrutura, estão localizadas próximas a esta rodovia (Oliveira; Piffer, 2016), que pode ser verificado no mapa com base no Censo Demográfico de 2010 (Figura 10).

¹³ Marques (2019) utiliza a classificação proposta por Gualda (1995) em que, a partir de indicadores na áreas sociais e econômicas, os municípios são classificados dentro de uma escala de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de 0, pior é o dado e vice-versa. Neste método os municípios com os melhores índices são as “cidades-polos”, aqueles com os piores são “retardatários”, e entre ambos estão os “intermediários”.

Figura 10: Distribuição do indicador social no território do Tocantins em 2000

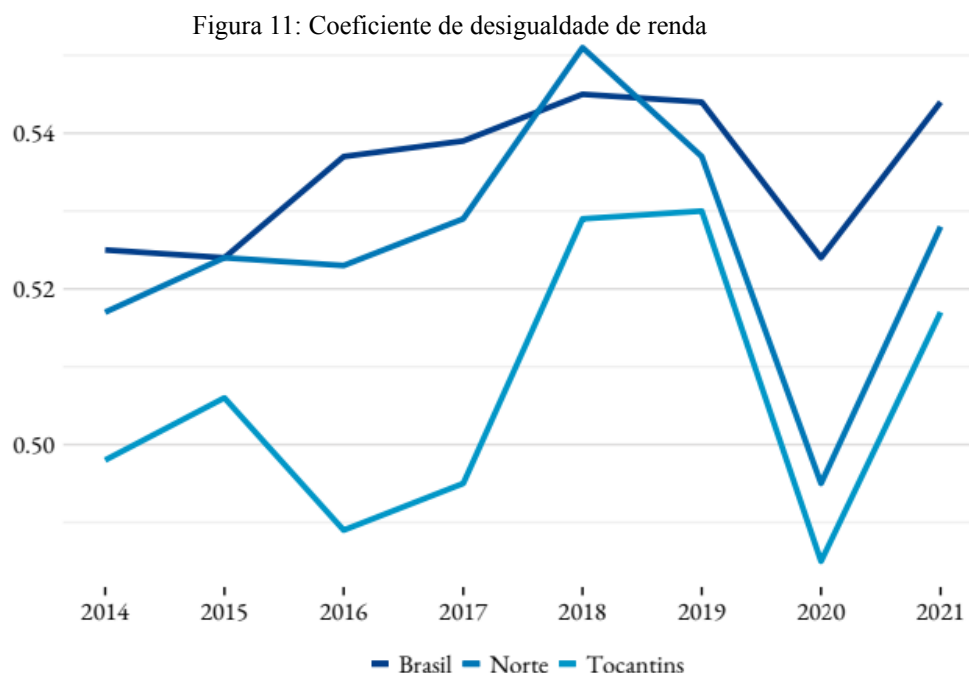


Fonte: Marques, 2019, p. 122.

O mapa acima utiliza como padrão o método Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), consistindo em 3 tipos de classificações para os municípios: polo de base econômica, intermediário e retardatário; com o primeiro representando o maior nível de desenvolvimento e o último, o pior. Desse modo, Marques (2019) analisa que, pelos indicadores econômicos, o número de municípios caracterizados como “polo” caiu de quatro para três entre 1990 e 2010 - sendo eles Palmas, Araguaína e Gurupi -, e os retardatários aumentaram de 69 para 133, ainda que o PIB do estado tenha apresentado um dos maiores crescimentos entre 2000 e 2010.

O Índice de Gini, um dos principais indicadores de desigualdade utilizados no país, aponta que o estado do Tocantins pontuou durante quase 20 anos a partir de sua formação, mais que 0,6 no seu coeficiente de desigualdade de renda (DATASUS), com 0,633 em 1991, 0,655 em 2000 e 0,609 em 2010. A partir deste ano, este coeficiente demonstrou-se instável, com quedas e elevações expressivas em curtos períodos, como observado no gráfico abaixo (Figura 11).

A Figura 11 apresenta o desenvolvimento do Índice de Gini em anos mais recentes, demonstrando ainda altos níveis de desigualdade de renda que, apesar da brusca queda observada em 2020, voltou a se agravar em razão dos efeitos da pandemia da COVID-19. Com isso, ainda que tenham sido realizados investimentos elevados no estado, a esfera social e econômica não alcançou estabilidade ou um desenvolvimento igualitário.



Fonte: Boletim de Conjuntura Econômica do Estado do Tocantins com base no IBGE, 2022, p. 3.

Desta forma, é notório que o estado ainda enfrenta um cenário de alta instabilidade neste quesito, de modo que uma conclusão sobre o tema carece de dados mais sólidos e de maior duração. Além disso, a desigualdade no Tocantins pode ser observada a partir de pesquisas realizadas em diversos setores na região, saúde, emprego e infraestrutura.

Carloto e Santos (2022), em análise sobre a desigualdade no uso dos territórios do estado, apresentam que regiões como Cantão, Bico do Papagaio e Amor Perfeito, todas compostas por mais de 13 municípios, possuem apenas 1 hospital regional para atendimento da população, evidenciando a infraestrutura precária nestes locais; já regiões como Capim Dourado, onde situa-se Palmas, abrange 10 municípios e conta com 2 hospitais regionais.

Ribeiro e Paixão (2021) constataram que durante a pandemia da Covid-19, o estado manifestou padrões no período a depender dos municípios, de modo que, naqueles em que o índice de desigualdade era maior, foram observados retornos às atividades comerciais mais precocemente em razão da necessidade de renda, ampliando a exposição da população ao

vírus. Em 2022, 45% dos médicos distribuídos no Tocantins estavam concentrados em Palmas (CFM, 2023), destacando que, apesar do aumento do número destes profissionais no estado, a capital ainda foi a principal beneficiada (Martins *et al.*, 2023).

A educação também demonstra-se relevante para a situação do estado, pois, como observado pelo Censo Demográfico de 2022, cerca de 47,3% da população não possui ensino médio completo, sendo que 33,2% não possui sequer ensino fundamental; em âmbito superior, menos de 17% da população.

Outro dado significativo apresentado por Carlos e Santos (2022) é o da localização de empresas ativas e indústrias contidas no estado. A partir de dados disponibilizados pela FIETO (Federação das Indústrias do Estado do Tocantins) e pelo Portal do Estado do Tocantins, os autores constataram que aproximadamente metade (49,75%) das empresas ativas no Tocantins eram localizadas somente em Palmas, Araguaína e Gurupi. Além disso, dentre as 20 cidades com o maior número de indústrias no estado, as 3 citadas agrupam mais de 60% do total.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) contribui para a verificação de desigualdades entre os municípios ao apontar para os diferentes níveis de desenvolvimento no estado, tendo em vista três campos principais: educação, saúde e emprego e renda. Realizado pela última vez em 2016, o estudo evidencia que Palmas foi o único município com alto desenvolvimento em Tocantins, com outros 96 com desenvolvimento moderado e 37 com desenvolvimento regular (Silva, 2021). Apesar da educação e saúde terem apresentado melhoras entre 2005 e 2016, com a maior parte dos municípios com desenvolvimento moderado ou alto, emprego e renda demonstraram piora, tendo majoritariamente municípios com desenvolvimento regular ou baixo, e nenhum com alto (Silva, 2021).

Porém, para além das discrepâncias entre os municípios, pode-se identificar elementos estruturais de desigualdade no estado que também são encontrados a nível nacional. A concentração fundiária é ilustrada a partir da tabela abaixo (Tabela 2), com dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Os dados indicam que, apesar de 69,5% dos estabelecimentos agropecuários serem menores que 100 hectares, mais de 89,3% da área do total é ocupada pelos estabelecimentos de mais de 100 hectares, sendo que aqueles com mais de 1000 hectares ocupam 56,2%, mesmo representando apenas 4,8% do número de estabelecimentos.

Tabela 2: Percentuais de estabelecimentos e suas áreas na região Norte e estado do Tocantins

Grupos de área (ha)	% Número de estabelecimentos				% Área dos estabelecimentos			
	2006		2017		2006		2017	
	Região Norte	Tocantins	Região Norte	Tocantins	Região Norte	Tocantins	Região Norte	Tocantins
0-10	28,5	12,4	35,3	10,6	0,7	0,2	0,9	0,2
10-50	33,7	39,1	31,9	42,2	7,3	4,5	7,6	5,5
50-100	17,9	15,7	15,4	16,7	9,6	4,4	9,2	5,1
100-1000	18,1	27,7	15,7	25,8	34,2	33,5	33,8	33,1
>1000	1,9	5,2	1,7	4,8	48,3	57,4	48,4	56,2

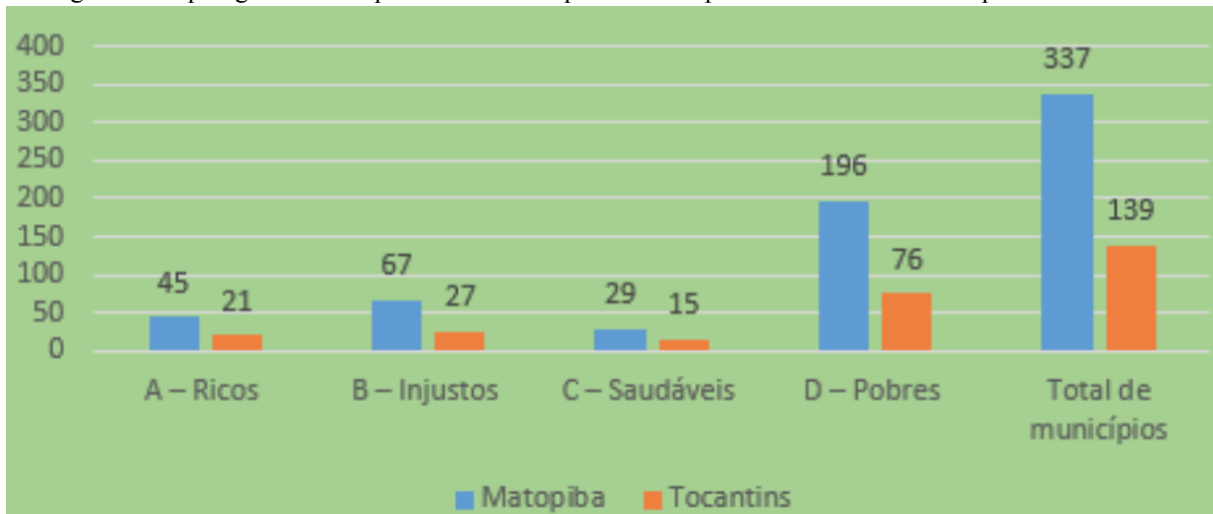
Fonte: Silva, 2021, p. 86.

Apesar do setor primário possuir o menor percentual de empregos no Tocantins, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sinaliza que entre 2001 e 2019, essa percentagem aumentou de 5% a 8%, enquanto os setores secundário e primário apresentaram queda de 2% e 1%, respectivamente (de 12% para 10% e de 83% para 82%), ainda que registrem as maiores percentuais de empregos.

A Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) também contribui para a percepção da desigualdade no estado. Souza *et al.* (2024) indicam que, a partir dos dados do IBGE (2020), quase 38% dos domicílios no país possuem algum nível de ISAN; porém, no Tocantins esse número chega a mais de 45%, atingindo mais da metade da população e ultrapassando as médias nacionais. De acordo com Braga *et al.* (2020), as comunidades quilombolas são as mais afetadas pela insegurança alimentar e saúde bucal precária em razão de baixo nível socioeconômico, o que também evidencia discrepância entre certos grupos sociais.

Considerando a tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e bem-estar desenvolvida por Favareto (2019), o Tocantins é o estado que mais concentra riqueza (municípios ricos, que mais produzem e tem indicadores sociais mais altos), sendo quase a metade de todos os municípios ricos, enquanto também é o estado que mais possui os municípios injustos (aqueles que têm alta produção e indicadores sociais abaixo da média), explicitando ainda mais a concentração de riqueza e desigualdade ocorridas no estado.

Figura 12: Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e bem-estar



Fonte: Favareto (2019), elaboração própria.

Desse modo, ainda que os dados expressivos de crescimento do PIB de Tocantins, especialmente entre 2002 e 2010, com elevação de 74%, o dobro da média nacional de 37% no mesmo período (IBGE, 2010), é perceptível que os investimentos e despesas no estado foram direcionados a regiões específicas, resultando em níveis de desigualdade significativos entre os municípios. Ainda, acessos a serviços básicos, como saúde e educação, estão focados em regiões específicas, assim como o foco das atividades econômicas do estado. Como afirmado por Melo, Freire e Freire (2019), está “[...] óbvio o fato de a implantação deste ente jurídico e político não haver suplantado as distorções sociais herdadas do antigo Norte goiano em absoluto” (2019, p. 52).

CAPÍTULO 3: O CASO DE CAMPOS LINDOS, TOCANTINS: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA FRONTEIRA

Utilizando-se das análises realizadas nos primeiros capítulos, o capítulo três focaliza a discussão no estudo de caso realizado no município de Campos Lindos, no estado do Tocantins, como um caso emblemático das contradições ocorridas no território do Matopiba. O Tocantins, assim como o Matopiba, revela diversas heterogeneidades, entretanto, é possível observar, em grande parte dos municípios, que a realidade do “macro”, divulgados como terras ricas e desenvolvidas, não podem ser observadas em dinâmicas territoriais como as analisadas em Campos Lindos.

Através da metodologia que combina dados quantitativos, análise documental e relatos de entrevistas semiestruturadas, o capítulo visa explorar como a expansão do agronegócio, especialmente da soja, molda as dinâmicas socioeconômica e ambiental do município.

A primeira seção discute a criação do município de Campos Lindos e o processo de desapropriação promovido pelo Projeto Agrícola Campos Lindos, instituído por decreto em 1997. Este processo, marcado pela transferência de terras para o agronegócio, resultou na expulsão de populações locais e na reconfiguração fundiária, estabelecendo as bases para a concentração de terras e a exclusão social que caracteriza a região.

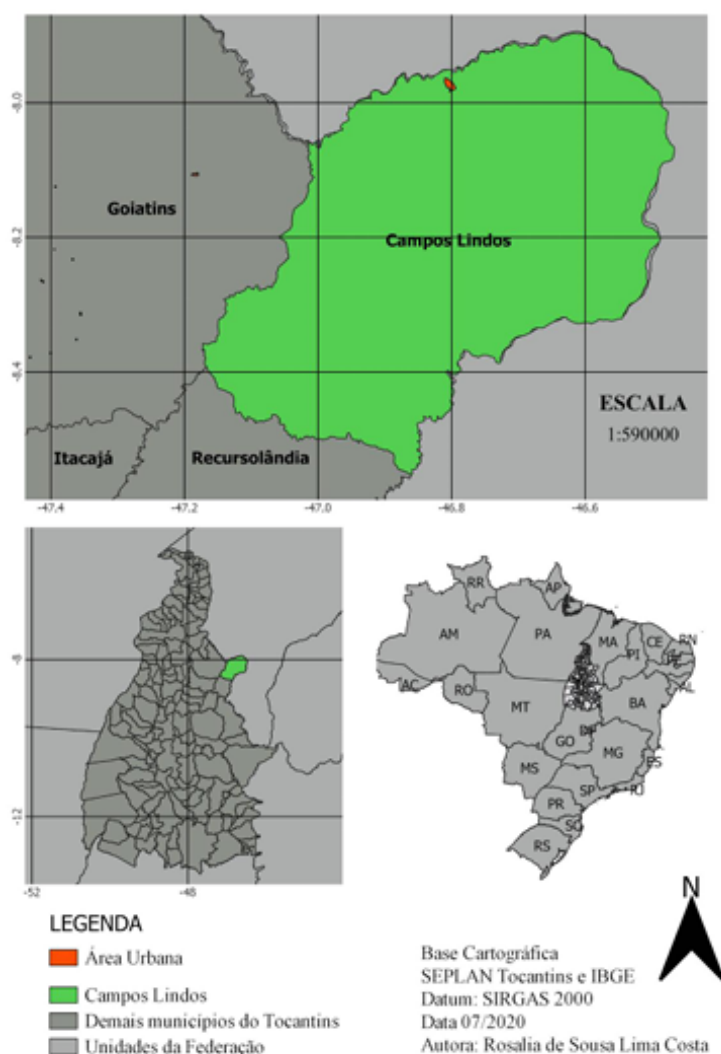
A segunda seção analisa o crescimento econômico de Campos Lindos, que se destaca como a quarta maior economia agrícola do Tocantins, impulsionada pela expansão dos monocultivos de grãos. A seção reúne os números de produção, os investimentos de empresas nacionais e internacionais e a integração do município ao mercado global de *commodities*, destacando como o desenvolvimento econômico não se traduziu em benefícios homogêneos para a população.

A última seção aborda as desigualdades socioeconômicas e a fome em Campos Lindos, evidenciando o paradoxo entre a alta produtividade agrícola e os baixos indicadores de bem-estar social. A partir de relatos de pequenos produtores, trabalhadores e representantes locais, são analisados os impactos do agronegócio, como a perda de terras, o uso intensivo de agrotóxicos e a ausência de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, reforçando a invisibilidade das populações locais frente ao modelo agroexportador.

3.1 A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO E A “DESAPROPRIAÇÃO”: PROJETO AGRÍCOLA CAMPOS LINDOS

O município de Campos Lindos foi fundado em 1992, oficializado pela Lei Estadual n.º 498, de 21 de dezembro de 1992. Possui extensão territorial de 3255,7 km² e uma população de 9917 pessoas, de acordo com informações da Prefeitura Municipal (2024). Campos Lindos faz parte da região norte/nordeste do estado do Tocantins, e sua área anteriormente pertencia ao município de Goiatins - TO, o qual faz divisa a Oeste, ao Norte e Leste com o estado do Maranhão e a Sul com outro município do estado, Recursolândia.

Figura 13: Localização de Campos Lindos no Tocantins e Brasil - 2020



Fonte: Lima Costa, 2020, p. 23.

Ainda que a historiografia não possua uma data (dia ou mês) específica, a fundação do município foi realizada pelo primeiro governador do estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos (PSDB, 1989–1991, 1995–2003, 2011–2014)¹⁴. De acordo com pesquisa realizada por Cifuentes (2013), a fundação foi marcada por relatos de que o governador delimitou o município sobrevoando a área, “desenhando” o que planejava, como ruas e avenidas.

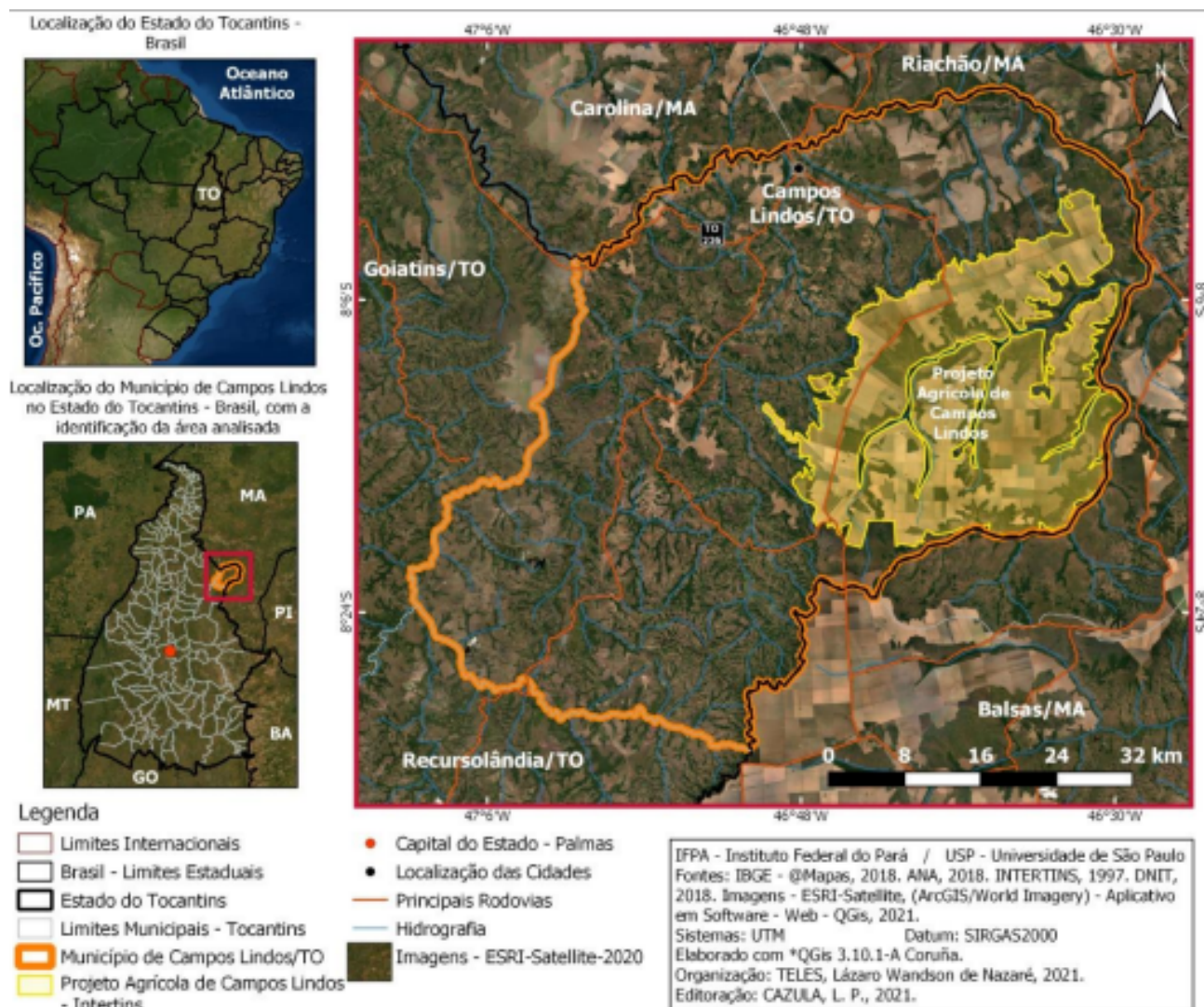
O governador Siqueira Campos optou por, após uma simples obra para “nivelar” o terreno, por meio da retirada da cobertura vegetal do Cerrado, doar lotes aos interessados em ocupar o município. Também como forma de incentivo, realizou a doação de cestas básicas a essas famílias que fossem ali residir. Entretanto, o município seguiu sem estruturas básicas, como equipamentos urbanos essenciais (Cifuentes, 2013).

O local onde implantou-se a sede municipal era conhecido como Porto Cordeiro. Em 1991, foram recenseadas pelo IBGE 3276 pessoas no território, sendo que 22 moravam na região de Porto Cordeiro e as demais na área rural. Dessa data até 1996, o município teve um crescimento populacional de 9,26% ao ano, passando para 5102 habitantes (IBGE, 1996), ainda que o município permanecesse sem infraestrutura urbana. Da criação do município até meados de 1997, o governo federal e estadual tornaram-se ausentes em Campos Lindos, manifestando-se apenas pela construção de uma escola e uma rede inacabada de água encanada (Cifuentes, 2013).

Em oito de maio de 1996, o Estado do Tocantins implementou o “Projeto Agrícola Campos Lindos”, registrado no Diário Oficial n.º 597/97. O projeto se realizaria por meio da expropriação de 105 mil hectares do território do município, no chamado Loteamento Santa Catarina.

¹⁴ Siqueira Campos foi eleito em 1995 e reeleito em 1999, totalizando 4 mandatos como governador do Estado de Tocantins.

Figura 14: Localização do Município e do Projeto Agrícola Campos Lindos



Fonte: Teles, 2023, p 108.

Expedido pelo Decreto n.º 436/97, o Projeto Agrícola Campos Lindos declarou a desapropriação de uma área há 25 km da sede municipal. O intuito do projeto seria expandir as áreas destinadas à agricultura, principalmente a produção de grãos, e também carregava promessas de infraestrutura para o município, como a criação de rodovias e uma hidrelétrica. A mídia do estado do Tocantins noticiava o projeto como “um oásis para a agricultura capitalista” (Teles, 2023, p. 109).

CONSIDERANDO que o Decreto nº 315, de 30 de agosto de 1996 declarou de utilidade pública três áreas de terras, todas localizadas no Loteamento Fazenda Santa Catarina, situado no Município de Campos Lindos, neste Estado, destinando-as para dar continuidade ao Subprograma de Promoção e Diversificação da Produção Vegetal e Animal no Estado do Tocantins, que tem por finalidade processar a implantação do Pólo de Produção de Grãos e Frutas de forma cooperativa, visando a atingir os mercados nacional,

internacional e estrangeiro, tornando terras consideradas improdutivas em produtivas;

CONSIDERANDO, ainda, que se faz necessário ampliar as atividades do mencionado Subprograma, de forma a permitir não só o aumento da produção de grãos do Estado, mas, também, a implantação de agroindústrias, ampliando a possibilidade de introdução, de novas tecnologias e do aprimoramento das condições de vida da população;

CONSIDERANDO, finalmente, que contiguamente às áreas de terras de que trata aquele o Decreto existe, ainda, uma outra, bastante propícia às necessidades anteriormente mencionadas, e que, embora agricultável, encontra-se ociosa (Tocantins, 1997.).

Cifuentes (2013) ressalta que não foram encontrados estudos, mesmo que preliminares, de nenhum órgão, que analisassem consequências sociais e ambientais do Projeto Agrícola Campos Lindos, ainda que estes estudos sejam exigidos pela legislação ambiental em programas e projetos de reassentamento. As incertezas ligadas ao licenciamento ambiental, impactos, falta de audiências públicas e programa de acompanhamento do projeto, levaram à instauração de um Inquérito pelo Ministério Público (n.º 08127.000074/97-8), a fim de identificar os cumprimentos legais relacionados ao Projeto Agrícola Campos Lindos (Teles, 2023).

Um dos inúmeros aspectos que prendem a atenção durante a pesquisa, refere-se à indenização paga aos posseiros que residiam no Loteamento Santa Catarina. A Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, com aval do Juiz da Comarca (Goiatins), estabeleceu o pagamento de US\$9,21¹⁵ por hectare a apenas 26 proprietários, ainda que, de acordo com a pesquisa de Cifuentes¹⁶ (2013), baseada nos índices demográficos do IBGE, ali residiam 126 famílias; em média, 630 pessoas foram expropriadas, 500 delas sem indenização.

Quando expulsas, essas famílias ofereceram resistência e se opuseram, mesmo ao sofrerem pressões e ameaças e ainda que vivessem ali há 40 anos, e ainda assim, tiveram que deixar suas terras. Deixaram suas residências, muitas que também eram suas produções e meio de sobrevivência. Essas famílias, de acordo com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos Lindos, não foram sequer informadas sobre o Projeto: “foram tratados como se fossem simplesmente animais do Cerrado” (Cifuentes, 2013, p. 88).

É importante ressaltar que existiram e ainda existem formas de resistência, ainda que simbólicas e posteriores às expulsões, como notas públicas e o próprio inquérito aberto pelo Ministério Público. Em 1998, famílias expulsas e moradores que se solidarizaram à causa,

¹⁵ O valor convertido em real brasileiro equivale à R\$52,09, com o câmbio comercial de maio de 2025, US\$1=R\$5,656.

¹⁶ De acordo com Cifuentes (2013, p.88) “Um levantamento feito pela Federação dos Trabalhadores do Estado do Tocantins- FETAET, fez o levantamento de 126 famílias expropriadas. Considerando o tamanho médio familiar de 5 pessoas por família a estimativa com base na informação demográfica coincide com o levantamento da FETAET, $126 \times 5 = 630$ pessoas”.

além do Bispo de Miracema de Tocantins, assinaram uma nota pública que denunciava a expropriação. A nota repercutiu e recebeu uma resposta do Estado do Tocantins, que publicou o “Esclarecimento sobre a desapropriação de terras para a implantação do “Polo de fronteira de Campos Lindos”:

Para implantar o Polo Agroindustrial de Fronteira de Campos Lindos, o Governo do Estado desapropriou uma área de 105 mil hectares, para evitar a ação de especuladores, de fora do Estado, que adquiriram as terras irregularmente ao Idago, de Goiás, antes da criação do Estado do Tocantins, sem considerar a existência de posseiros sofrendo os efeitos perversos da exclusão social.

As informações distorcidas dadas dentro e fora do Estado partiram de pessoas desinformadas, algumas estrangeiras, há pouco chegadas ao Tocantins, que não tiveram o cuidado de procurar o órgão de terras do Governo para saberem das intenções e dos objetivos que se procura atingir com o Projeto Campos Lindos, integrante do PROGRAMA POLOS DE FRONTEIRAS.

O Governo pretende titular as terras para os posseiros e proprietários e apoiar a instalação de uma cooperativa para organizar a área, respeitando os direitos de todos, dando-lhes a oportunidade de participarem de um MODERNO PROCESSO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL com elevados benefícios para as suas famílias, o Estado e o País.

Os posseiros, ocupantes de posses, mansas e pacíficas há mais de 30 (trinta) anos, estão sendo informados de tudo que está sendo feito. Eles serão os primeiros beneficiários com o Projeto criado em razão da situação de abandono e de injustiça a que estão relegados. Não há qualquer financiamento externo ou interno, concedido ou pleiteado, para a área de Campos Lindos onde o Governo está instalando o PROJETO CAMPOS LINDOS, nada tendo a ver com o PRODECER III, PERTINS, MALHA VIÁRIA, etc.

Com a desapropriação da área o Governo assume o comando das ações, exatamente para dar garantia às famílias que há decênios moram na área para ensejar uma correta parceria de posseiros, proprietários não especuladores e investidores, não estando em cogitação financiamentos internacionais, ou mesmo nacionais, a não ser de crédito agrícola que cada proprietário rural, suas associações e cooperativas venham a pleitear. Palmas, 30 de março de 1998. Secretário de Comunicação (Jornal Folha de São Paulo, 2001).

De acordo com Cifuentes (2013, p. 90), a nota do governo visou transmitir a preocupação com a situação dos posseiros, quando na verdade o propósito foi “ludibriar a opinião pública”. O projeto foi nomeado de diferentes formas, no Decreto n.º 315, no n.º 436, na nota de esclarecimentos e também no relatório da empresa CAMSERVICE, contratada pelo governo do Tocantins, onde foi chamado de “Projeto do polo produtivo de grãos e de industrialização de carnes”.

Em 1999, o governo do estado do Tocantins designou a escolha da distribuição das terras expropriadas para a então presidente da FAET (Federação da Agricultura do Estado do Tocantins), Kátia Abreu, que também fora deputada federal e senadora do Tocantins, além de Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil durante o segundo governo de

Dilma Rousseff (2015-2016). Os nome selecionados, além da própria Kátia Abreu e seu irmão Luiz Alfredo de Feresin Abreu - proprietário de uma fazenda fiscalizada em 2013 pela ocorrência de trabalho análogo à escravidão¹⁷ -, incluiu também diversos políticos e figuras do círculo pessoal do então Governador do Tocantins (Cifuentes, 2013).

Tabela 3: Campos Lindos, relação de beneficiários com as terras expropriadas

Beneficiário	Lote	Área total (ha)	Residência (Município/UF)
1 Kátia Abreu	01	1.268,8435	Palmas/TO
2 Luiz Alfredo Feresin Abreu	02	1.275,9606	Não indicado
3 Eurípedes Tobias	03	1.372,4549	Paracatu/MG
4 Rômulo Chaves Molina	05	1.289,3925	Balsas/MA
5 João Carlos Di Domenico	06	1.605,8488	Campos Novos/SC
6 Luis Otávio Dalpasquale	08	1.703,2628	Florianópolis/SC
7 Dejandir Dalpasquale	09	1.695,7496	Florianópolis/SC
8 Fernando Antônio Caldas Pereira (português)	11	1.287,5695	Santarém/PA
9 João Benício Cardoso	12	1.751,2839	Paracatu/MG
10 Bruno Alberto Cardoso	13	622,4010	Paracatu/MG
11 Eduardo M. Drumond de Oliveira e Souza	14	1.147,8036	Portugal
12 Jorge Correa Pereira Clara Travassos	15	1.461,5364	Portugal
13 Bárbara Sanny Vaz Eduardo	16	1.917,9226	Não indicado
14 Jorge José Clara Travassos Lopes (português)	17	1.423,1105	Santarém/PA
15 Gerson Muller	18	1.118,2659	Não indicado
16 José Rander Lopes	19	1.519,9685	Uberlândia/MG
17 Vilibaldo Erich Schmid	20	1.461,5364	Ibicaré/SC
18 Eduardo Danzberg Paim	21A	662,8643	Palmas/TO
19 Jim Costa Vilela	21B	662,8616	Gurupi/TO
20 Lucas Costa Guide	22	868,8821	Araguaína /TO
21 Jonas Demito	23	1.642,0276	Não indicado
22 Jair Alves Ferreira Jr	24A	583,5899	Não indicado

¹⁷ Reporter Brasil, 2013.

23 Elói Amélio Bernardon	24B	583,5903	Não indicado
24 Ricardo Pinho	25	1.395,3060	Não indicado
25 Carlos Alberto de Sá	26	1.812,5615	Brasília/DF
26 Emiliano Lima Pádua	27A	586,8204	Paraíso/TO
27 Roberto Ribeiro de Lima	27B	586,8196	Alvorada/TO
28 Daniel Clemente de Oliveira	28		Balsas/MA
29 Adyr da Silva	29	1.541,2815	Balsas/MA
30 Carlos Frederico Nascimento Valadão	30	NI	Não indicado
31 Mauro Ferreira de Freitas	31	1.055,5257	Formoso do Araguaia
32 Vandeir Sebastião Ferreira	32	1.300,4983	Não indicado
33 Vicente Rodrigues Fernandes	33	900,8058	Bebedouro/SP
34 Enéas Clemente de Oliveira	34	1.147,2793	Balsas/MA
35 André Ricardo de Castro	35	942,2104	Gurupi/TO
36 Célio Rodrigues de Brito	36	980,8987	Formoso do Araguaia
37 Assuero Doca Veronez	37	997,8397	Não indicado
38 Gilberto Antenor Appelt	38	1.550,3579	Não indicado
39 Jairo Clemente de Oliveira	39	1.666,7759	Bebedouro/SP
40 Valter Yoshio Koba	40	1.255,5968	Taiacu/SP
41 Antônio José de Souza Jr.	41	1.352,6112	Bebedouro/SP
42 Wellington Martins Belarmino	42A	773,7989	Não indicado
43 Ulisses Moreira Milhomen Jr.	42B	773,7990	Não indicado
44 Getúlio Dorneles Vargas	43	1.711,5160	Não indicado
45 João Branquinho de Oliveira		1.791,8227	Não indicado
46 Emiliano Pereira Botelho		1.731,8079	Não indicado

Fonte: Procuradoria da República no Tocantins, 2013.¹⁸

A partir da listagem dos escolhidos, o Itertins (Instituto de Terras do Estado do Tocantins) realizou o repasse das terras por meio de Licenças para Ocupação e Exploração de Terras Públicas. Poucos antigos posseiros foram indenizados, e outros moveram ações que

¹⁸ Processo Administrativo 08127.000074/97-82. Documento presente nos anexos da Tese Cifuentes (2013). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15568>.

cobravam o pagamento justo por suas terras expropriadas. Reforçando a dimensão jurídica-legislativa, o governo do Estado do Tocantins foi condenado a indenizar 26 proprietários, comprometendo-se a realizar os pagamentos em 10 parcelas. De acordo com Cifuentes (2013), os valores deveriam ser repassados dos beneficiários de terras ao Estado, entretanto, os pagamentos não foram realizados, significando que as indenizações foram pagas por meio do orçamento público. Os posseiros que tinham na terra seu meio de sobrevivência moveram diversas ações, mas nenhuma delas teve continuidade (Cifuentes, 2013).

O Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Federal Mário Lúcio Avelar, instaurou o Procedimento Administrativo n.º 08127.000074/97-82, com o intuito de identificar os cumprimentos ambientais legais no Projeto Agrícola Campos Lindos, pelos beneficiários e pelo Governo do Tocantins. O procedimento foi iniciado, de acordo com o Procurador, a partir de constantes denúncias e omissões do Estado. O IBAMA foi acionado, e de acordo com seu relatório de acompanhamento, o desmatamento e queimada ilegais já haviam ocorrido. Em 2000, os laudos já indicavam a ocorrência de sete infrações ambientais graves (Teles, 2021).

Dentre as constatações do relatório de acompanhamento, uma era de que o Projeto Agrícola era formado por ao menos três grupos distintos: Grupo do ex-ministro da Agricultura, Dejandir Dalpasquale, do qual faziam parte quatro portugueses, também beneficiários do Projeto; Grupo dos Paulistas liderado pelo presidente da CAMPO, Emiliano Pereira Botelho; E o grupo da Kátia Abreu, que era composto por produtores de Formoso do Araguaia, por Barbara Vaz, filha do ex-deputado estadual do Tocantins, e outros. O relatório de acompanhamento, constatou o que já era de conhecimento do próprio MPF, o projeto foi implantado sem estudo prévio e em total desrespeito às normas ambientais. O que de fato importava era a mudança técnica naquela região, mesmo que para isso o cerrado fosse ao chão, a preocupação era garantir a reprodução do capital, visando exclusivamente a produção de grãos (Teles, 2021, p. 133).

Já em 2020, foi emitido outro relatório pelo Ministério Público Estadual (MPE/TO), onde foram previstas probabilidade de danos irreversíveis ao solo pela erosão e contaminação, desmatamento e assoreamento. A responsabilidade pelas ações de mitigação ficou a cargo dos beneficiários de terra, que já a utilizavam majoritariamente para o plantio de soja.

De acordo com Oliveira (2005), o que ocorre no campo brasileiro há décadas são as lutas, conflitos que têm raiz numa estrutura econômica do país, em sua própria noção de desenvolvimento capitalista. A posse como forma de propriedade subverte por si só os modos capitalistas, trazendo o fator social da terra, seu uso como forma de vivência. De acordo com

o Censo Agropecuário de 1960/70 e 1975, a quantidade de posseiros aumentou com o passar dos anos.

É possível identificar os conflitos no campo a partir da fala de um entrevistado, onde pode-se constatar o modo capitalista monopolista e, nesse caso, em Campos Lindos, também baseado nos monocultivos:

Em 1998, parece, já começaram a chegar os fazendeiros, e aí...Acho que morreu gente, não cheguei a presenciar, mas é a história que morreu... Por terra, né? E a gente começou a sofrer consequências. Teve um senhor lá que foi lá em casa um dia, nós estávamos para a roça, e ele subiu nos pés de frutos, tirou as laranjas e tudo, e disse que nós tínhamos que ir embora. Eu fiquei muito revoltado. Aí, vem as perseguições.

Daí, o Siqueira Campos, quando foi eleito, que dividiu o estado, criou o estado do Tocantins, ele entrou com um processo de desapropriação e deu 50 hectares, que era na época, direito que as pessoas tinham, né? Então, minha mãe ficou em cima de 70, nós somos oito e ficamos em cima de 70 hectares. Mas aí ficou muito apertado, e tinha mais espaço, nós fomos conquistando. Mas aí já tinha passado a medição e a gente tenta resgatar essas terras até hoje. Estamos numa situação não muito boa. Lá no baixão, lá onde nós moramos, aí, o fazendeiro foi tirar a área pra eles, eles dizem que é dele, a gente ficou limitado.

Entraram com a ação contra os posseiros para despejar, e nós entramos para nós continuar ficando lá. E eu entendo, assim, que a questão do agronegócio é uma coisa boa para o Brasil. Mas entendo que eles poderiam também deixar a gente em paz, deixar a gente viver da forma que a gente quer, a nossa cultura, a nossa forma de viver. Aí então, aí gera um conflito, né? Nós preservamos, o outro destroi. Hoje estamos sofrendo consequências.

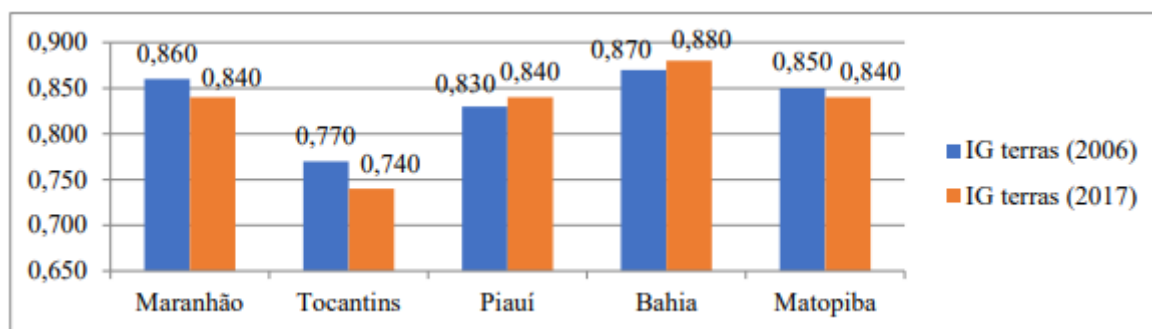
E eu acho que no meu alcance, no meu pouco conhecimento, tá muito difícil. Cada dia que passa, elas empurram mais uma pedra, empurram mais, e eu não estou aqui para ser inimigo deles, mas eu acho que está demais, para mim tinha que ter um limite. Nós preservamos porque a gente não derruba, né? Nós plantamos pouco para sobreviver.

E eles, nada dá, tem que derrubar tudo.” (Entrevistado 3, entrevista realizada em 29/08/2024).

A partir da alta concentração fundiária, muitos pequenos produtores, lavradores ou posseiros perderam seu principal meio de trabalho e vivência para grandes empresas nacionais ou multinacionais, que respondem aos interesses do capitalismo monopolista, com apoio do Estado. Muitas destas lutas e processos de expropriação não são divulgados, não sendo de conhecimento da população, o que resulta numa falsa sensação de “paz” no campo brasileiro (Oliveira, 2005).

Ainda que a expropriação tenha sido um dos mecanismos de concentração fundiária, não foi a única observada no estado. A Figura 15 apresenta a alta concentração de terras em alguns dos territórios do Matopiba; ainda que Tocantins apresente a menor porcentagem em relação aos outros estados, o mesmo expressa um coeficiente elevado (acima de 0,7), além de demonstrar pouca mudança de cenário entre 2006 e 2017.

Figura 15: Índice de Gini Terras entre 2006 e 2017



Fonte: Santos, 2023, p. 48.

Dessa forma, é possível compreender diversas formas de violência além da física, como a psicológica nas “visitas” feitas pelos fazendeiros, como o exemplo do interlocutor citado, que teve suas frutas roubadas como forma de coação. Portanto, ainda que todas essas violências tenham ocorrido, e ainda ocorram, não são divulgadas ao público, tendo sua história apagada em meio a estatísticas de produção e recordes de lucro.

3.2 A QUARTA MAIOR ECONOMIA E A EXPANSÃO DOS MONOCULTIVOS

Nas últimas décadas, a soja tem sido a principal *commodity* econômica do país, com crescimento contínuo tanto de área plantada quanto de produtividade. Tal cenário é diretamente resultado das articulações (políticas e não políticas) em detrimento aos interesses (públicos e privados), somados à “frouxidão da questão fundiária e da política agrária, que objetiva concretizar as agroestratégias de acumulação capitalista das empresas globais” (Santos, 2019, p. 34), sucedendo em uma apropriação rural desordenada pelo mercado capitalista. Na ocasião da criação e das políticas e estratégias atuais adotadas no Matopiba, é notável a importância ofertada ao cultivo de soja, dada sua fácil viabilidade de expansão no Cerrado.

Com a chegada dos considerados “pioneiros” sojeiros em Campos Lindos, fortemente incentivados pelas promessas de sucesso arraigadas ao Projeto Agrícola Campos Lindos, incitaram-se fortes mudanças fundiárias no município. A terra na região, principalmente na Serra do Centro, tornou-se extremamente visada, ainda que anteriormente, sob pertence do Estado, fosse considerada “sem valor” (Sá *et al.*, 2017).

Ainda que tenha atingido números excepcionais de desenvolvimento, o plantio de soja é recente em Campos Lindos. De acordo com o IBGE (2014), em 1997, ano de criação do Projeto Agrícola, a área plantada da soja ocupava, em comparativo aos números atuais,

tão-somente 450 hectares no município. Entretanto, 15 anos depois, a área destinada ao cultivo de soja já tenha se elevado para 6.700 hectares; já a produção se ampliou de 945 para 213.570 toneladas no mesmo período. Tal expansão é sustentada pelo “desenvolvimento do agronegócio”, a partir da utilização de maquinários, tecnificação, insumos agrícolas, além de um alto investimento em terras e capital (Sá *et al.*, 2017).

Desde 2013 e até 2023, de acordo com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), o município de Campos Lindos produziu 228.090 toneladas de grãos, tornando suas lavouras de soja e outros grãos, os mais expressivos do estado do Tocantins. O PIB da atividade econômica agropecuária já ocupa o segundo lugar no estado, de acordo com a série revisada (IBGE, 2021).

Os efeitos do Projeto Agrícola e dos investimentos de empresas nacionais e internacionais podem ser verificados nos números de produtos diversos em Campos Lindos. A Figura 16 evidencia o aumento considerável da produção e áreas plantadas ao projetar quase o triplo de produção em 2032/33 em relação a 2013/14, ainda que a área plantada não cresça na mesma proporção. Além do município ser o maior produtor de soja do Tocantins, também pode-se destacar a presença do milho, que apresenta mais de 21 mil hectares de plantio na região (Conab, 2022). Há também níveis elevados de lavouras permanentes, com valor de produção de R\$101.000,00 em 5 hectares de áreas destinadas à colheita (IBGE, 2023). Em lavouras temporárias, esse valor de produção chegou a R\$745.048,00 em mais de 150 mil hectares de áreas plantadas e colhidas (IBGE, 2023). Neste caso, faz-se importante destacar as culturas agrícolas de curta duração, como os plantios de *commodities*.

Figura 16: Campos Lindos - TO: Produção (Mil toneladas) e Área Plantada (Hectares) 2013/14 - 2032/33¹⁹

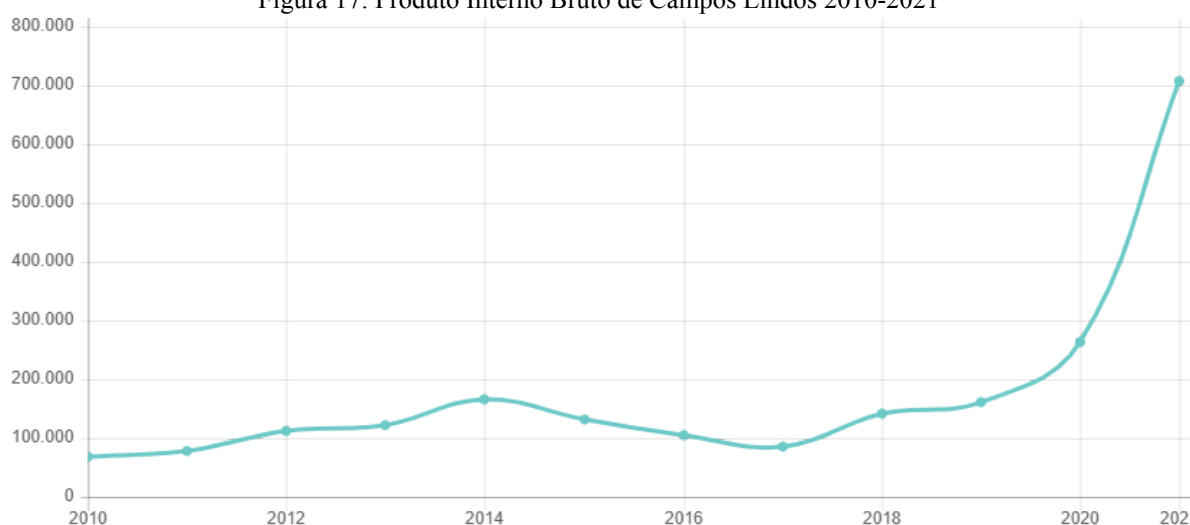


Fonte: CGPOP/DAE/SPA/MAPA e SUEST/SMAE/Embrapa.

¹⁹ Trata-se de uma projeção gerada a partir de séries históricas, podendo não ser atingidas de acordo com os números previstos.

O PIB do município, analisado a partir da Figura 17, obteve um crescimento exponencial devido, principalmente, à produção de *commodities* para a exportação. Além disso, também é composto por impostos líquidos de subsídios sobre produtos, entretanto, o terceiro setor e gastos da população com bens e serviços incide pouquíssimo sobre a composição do PIB de Campos Lindos.

Figura 17: Produto Interno Bruto de Campos Lindos 2010-2021



Fonte: IBGE Cidades, 2021. Elaboração própria.

Apesar do município estar afastado de outros centros pequenos ou regionais, nos últimos anos têm sido propostas pavimentações que contribuem para o melhor escoamento de produtos para outras cidades, como o asfaltamento da MA-007 até o povoado Batavo, no sul de Balsas - MA (Sodré, 2024). Além disso, Campos Lindos possui interações em âmbito internacional por conta das multinacionais da região, exportando produtos e seguindo normas e bolsas de valores do mercado mundial (Sodré, 2024).

De acordo com Sodré (2024), esta inserção do município no cenário internacional pode ser verificada com a instalação de empresas estrangeiras na região, como a Cargill, desde 2002 - ano em que iniciaram as exportações -, e a Bunge Alimentos, desde 2003. Além disso, outras empresas nacionais como o grupo Algar Agro e Ceagro também contribuíram para essa expansão no mercado. Em 2015, 13 países já importavam produtos de Campos Lindos. A expectativa que o agronegócio gerou para o município incentivou cidades vizinhas, como Balsas, Araguaína e Palmas, a instalarem empresas na região. Dois exemplos são as concessionárias Uniggel Máquinas e Lavronorte, ambas com sedes em Balsas e Palmas, que

comercializam equipamentos e máquinas das companhias CASE IH e John Deere, respectivamente (Sodré, 2024).

Figura 18: Armazém da empresa Cargill em Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 19: Silos da empresa Agi em Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Estas novas dinâmicas proporcionadas pelo agronegócio, portanto, contribuíram para a maior integração de Campos Lindos na esfera econômica da região, especialmente em razão

de investimentos e instalação de novas empresas. No entanto, ainda que as produções e exportações tenham aumentado expressivamente, o município ainda apresenta déficits sociais e de bem-estar consideráveis, como veremos a seguir.

3.3 PRECARIEDADE, DESIGUALDADE E FOME EM CAMPOS LINDOS

O município de Campos Lindos não pode ser acessado por meios de transportes oficiais, como ônibus interestaduais ou intermunicipais. O caminho mais “fácil”, sem um carro próprio, caso venha de outro estado, é um ônibus até Araguaína - TO, há 244km, e após, tomar uma van local que chega até Campos Lindos; essa van faz todos os dias o trajeto de ida, pela manhã, e volta, no final da tarde. Na entrada do município já pode-se observar na rotatória um letreiro: “Eu amo Campos Lindos” e “Terra da Soja”.

Figura 20: Rotatória TO - 226 de Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

É notório que a temática do município gira em torno das lavouras de soja, expressivas desde o caminho percorrido até o local. Todos os anos ocorre a “Festa da Soja”, com atrações musicais garantidas pelo governo local. Além do entusiasmo narrado pelos representantes da prefeitura entrevistados (“era um cerrado que não produzia nada, hoje produz muita coisa grande, se não fosse a Serra²⁰”), Campos Lindos não era o que é. Porém, a visão se difere de outro entrevistado, pequeno produtor da região, que reforça a dimensão do impacto socioambiental do Matopiba:

O que tinha no Cerrado acabou. As frutas do Cerrado que nós comíamos, frutas do Cerrado como o puçá, o pequi, o bacuri, a fruta muito gostosa, a mangaba, uma fruta deliciosa a mangaba. Mas o bacuri ainda é mais, uma fruta linda, uma fruta grande, bem amarela, muito cheirosa. E muitas outras frutas que não tem mais no cerrado. As abelhas, as tiubas, muitas abelhas. Esse cerrado tinha abelhas demais. Essas abelhas foram juntadas com esses paus e derrubaram, tocaram fogo e acabaram com elas.

²⁰ Serra do Centro é a região de chapada do município, onde foi primeiramente ocupada pelas lavouras de soja.

Cabou, cabou, cabou as abelhas e cabou o Cerrado.

O que tinha no Cerrado, o Cerrado é vida, porque lá tinha muito caju e de lá, você extrai a lenha, você tira de casa para fazer remédio.

Aqui no mato nós sabemos fazer remédio.

Ao ver o povo pensa que o sertão deles não sabe fazer remédio. Sabe, nós sabemos fazer remédio aqui no mato. Nós fazemos remédio aqui pra toda doença. Nós sabemos fazer remédio. Tudo é natural.

Foi o desenvolvimento da região que acabou com o Cerrado. (Entrevistado 1, entrevista realizada em: 02/09/2024)

Os prédios públicos, como a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal, então localizados lado a lado, também são ilustrados com figuras que remetem ao agronegócio. Em comparação às demais estruturas estatais, a Câmara possui a infraestrutura mais preservada, ainda não “envelhecida” pelo passar do tempo e falta de manutenção. Em sua fachada estão representados os maquinários agrícolas, utilizados nas fazendas locais. É visível a importância dada pelos aparelhos políticos, no caso, pelo poder legislativo, ao “desenvolvimento” ocasionado pelos monocultivos da região.

Figura 21: Fachada principal da Câmara Municipal de Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

A infraestrutura e os serviços básicos ofertados pelo governo permanecem precários, havendo pouco avanço desde a criação da cidade, em 1991. Como o asfaltamento, que permanece restrito às vias principais, no centro da cidade. O aparato de saúde se resume à apenas uma Unidade Básica de Saúde, contando com uma van de apoio. Um exemplo simbólico da defasagem na saúde ocorre no âmbito da natalidade: não são realizados partos em Campos Lindos, as gestantes em trabalho de parto são encaminhadas a polos de saúde próximos, como em Balsas ou Araguaína, em hospitais ligados às Secretarias de Saúde dos estados, que realizam exames, consultas e cirurgias, serviços que não são oferecidos no município.

Figura 22: Unidade Básica de Saúde de Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Em relação à educação, Campos Lindos conta somente com a oferta de educação básica (Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos). Ainda que, de acordo com a Lei Orgânica de Campos Lindos, artigo 58, determine que “a educação [...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Campos Lindos, 1993, p. 41). A primeira escola foi criada a partir de uma doação de terra pela família Folha Larga, em 1979, quando tão somente foi possível a construção da Escola Municipal Manoel Alves Grande, que permanece sendo a unidade educacional de referência no município (Costa, 2020).

No que concerne à oferta de serviços e comércio, a cidade se desenvolve em passos lentos. De acordo com os comerciantes entrevistados (uma família proprietária de loja de vestuário, da única academia de Campos Lindos e de um mercado local e outra família proprietária de um hotel), aqueles que “têm dinheiro” não consomem produtos e serviços do município, pois geralmente são proprietários de fazendas que não residem ali, e somente visitam suas fazendas ocasionalmente (Entrevistada 4, entrevista realizada em 02/09/2024). Atualmente, Campos Lindos conta com três hotéis, de estrutura simples e lotação reduzida, que, de acordo com a família proprietária, recebe principalmente representantes de empresas e trabalhadores que prestam serviços temporários nas plantações de soja. O município conta com pontos de atendimento bancários, mas não possui agências; serviços como saques, empréstimos, transferências e abertura de contas não são realizados ali, e são encaminhados comumente a cidades como Araguaína.

Uma das promessas relacionadas ao Projeto Agrícola Campos Lindos trata sobre a criação de novos empregos. O vereador e o secretário entrevistados confirmam essa previsão, afirmando que os monocultivos de grãos da região garantem empregos suficientes para toda a população. Durante a entrevista realizada em 29 de agosto de 2024, foi dito que “em Campos Lindos só não trabalha quem não quer”. Essa visão também é relatada pelos produtores entrevistados; muitos, pela idade avançada, trabalham somente em suas pequenas produções, para o autoconsumo ou venda na comunidade, entretanto, reiteram que seus filhos e/ou netos são empregados nas grandes fazendas (Entrevistado 5, entrevista realizada em 30/08/24; Entrevistado 2, entrevista realizada em 01/09/24), ainda que grande parte dos serviços nos monocultivos seja realizado de forma altamente mecanizada, principalmente por máquinas agrícolas.

Alguns trabalhadores são “fichados”, e possuem vínculos trabalhistas com os empregadores, e outros, representando a maioria, são contratados temporariamente, nas épocas de plantio e colheita. Em 2022, de acordo com o IBGE, apenas 10,69% da população do município estava ocupada. A concentração de renda e a extrema discrepância entre os lucros gerados pelo município pode ser vista pelo salário e pela renda per capita: de acordo com o IBGE (2022), a remuneração média era de 1,7 salários-mínimos, no entanto, o PIB per capita, em 2021, era de R\$ 95.662,12.

Ainda que os serviços realizados nas fazendas sejam precários e incertos, sem a garantia de direitos trabalhistas ou estabilidade, a comunidade alega estar satisfeita com essa realidade. A visão de que os proprietários dos monocultivos são “heróis” pioneiros que trouxeram desenvolvimento ao município, ainda paira no imaginário de grande parte da

população. Durante as entrevistas, realizadas entre 29 de agosto e 4 de setembro de 2024, os interlocutores relatam que, na época de colheita, os trabalhadores recebem uma porcentagem da venda dos grãos, além de seus salários estabelecidos, gerando uma sensação de “participação” nos lucros gerados pelas toneladas ali produzidas e comercializadas.

Para além das narrativas que auxiliam na sustentação e manutenção do agronegócio na região, estão os indicadores socioeconômicos, que revelam a grande contradição Campo Lindense: paradoxalmente, enquanto possui os melhores índices de produção e produtividade de soja de todo o Tocantins, também registra indicadores sociais inferiores à média do estado, como é possível visualizar na Tabela 4²¹.

Tabela 4: Indicadores socioeconômicos selecionados para Campos Lindos e Tocantins (2010)

Indicador	Campos Lindos	Tocantins
Renda per capita mensal	R\$ 292	R\$ 584
Gini da renda	0,67	0,60
Extrema pobreza	31%	10%
Água e saneamento	3%	8%
Mortalidade infantil	28,9	19,5

Fonte: IBGE (2011). Elaboração própria.

Os dados corroboram com a tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e bem-estar, desenvolvido por Favareto (2019), a qual caracteriza Campos Lindos como um dos municípios “injustos”, dado seus altos indicadores de dinamismo econômico, opostos aos seus baixos índices sociais, o que revela a inexistência de uma relação direta entre a riqueza gerada pela soja e a melhora de vida das populações que residem no município.

Analisando o contexto de criação do município, o processo de “grilagem estatal” e os progressos econômicos obtidos a partir do agronegócio na região, é possível verificar o papel central ocupado pela terra na região, tanto pelo “sucesso” daqueles que a obtêm, quanto pelo empobrecimento e vulnerabilidade daqueles que perderam suas terras e que enfrentam dificuldades para reavê-las. O índice de Gini da terra possibilita referenciar a concentração fundiária e a desigual distribuição de terras no município. De acordo com o indicador, o valor

²¹ A inexistência de dados mais recentes evidencia o déficit de estudos e pesquisas que tratem sobre os indicadores sociais em grande parte dos municípios que compõem o território do Matopiba.

instrumento métrico de segurança alimentar no país, não apresenta dados do município pois não possui domicílios campo-lindenses em sua amostra. O déficit de dados e de estudos, ainda que preliminares, sobre a esfera alimentar no município, demonstra a defasagem na agência pública sobre os problemas relacionados à fome.

A natureza normativa e técnica das políticas públicas está diretamente subordinada ao que se compreende como o “ciclo das políticas públicas”, sendo o processo racional de ação do Estado (Costa, 2016). A concepção das políticas é concebida pela formação das agendas para então seguir para a implementação, monitoramento e avaliação. Tanto a falta de dados estatísticos oficiais, quanto a secundarização do problema da fome pelos governantes de Campos Lindos, desfavorecem a possibilidade de ação do Estado por meio das políticas públicas, pois tampouco gera tal demanda e agenda para sanar o problema, causando uma impressão de “desconhecimento” da insegurança alimentar no município.

Apenas em Setembro de 2024 Campos Lindos passou a aderir ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), que tem como objetivo formular e implementar políticas de segurança alimentar. A recente adesão reforça uma defasagem estrutural do município quanto à adoção de medidas para sanar os problemas relacionados à insegurança alimentar enfrentados no território.

Campos Lindos tampouco possui uma feira, ainda que uma parte significativa do município resida em área rural e realize algum tipo de cultivo. Dentre os entrevistados, relatam que em suas roças plantam arroz, feijão, milho, diversas frutas e hortaliças, além da criação de aves, bovinos e suínos; o que minimamente já sustenta a necessidade de uma feira na cidade, tanto para a geração de renda aos produtores com a venda de seus excedentes, quanto seria um local motor para o desenvolvimento da segurança alimentar, pois os alimentos são cultivados grande parte por manejos e técnicas agroecológicas, garantindo a qualidade e sustentabilidade alimentar. Um dos pequenos produtores entrevistados (Entrevistada 6, entrevista realizada em 30/08/2024) recorda do projeto de criação de uma feira para o município, onde foi designado um local pouco antes de 2020, antes da pandemia de Covid-19. Foi construído um grande galpão, coberto e ventilado, entretanto, permanece não utilizado, sem sua inauguração por parte da prefeitura.

Alguns pequenos agricultores vendem seus excedentes para os mercados locais, entretanto, não há nenhum incentivo fiscal para que os empresários adquiram produtos do município, tornando mais vantajosa a compra de produtos vindos de outros locais, como Balsas ou Araguaína. O município também não integrou em sua estrutura as compras institucionais, tampouco aderiu a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como possibilidade de venda aos pequenos produtores da região. A não adesão a tais projetos evidencia a inação do Estado e governantes do município sobre o problema da fome enfrentado no município, que não é tratada como prioridade.

No que concerne à compra de alimentos, em comum, todos os entrevistados citaram o aumento exorbitante dos preços das comidas básicas (arroz, feijão, macarrão, frutas), especialmente a partir de 2020, no período pós-pandemia. Mas, para além do acesso à comida por meio da compra em supermercados, a produção de comida para o autoconsumo também sofreu abruptas mudanças, porém, começaram a mais tempo, desde a instalação das lavouras de soja e pecuária na região. Desde o primeiro até o último locutor(a) entrevistados, citaram as dificuldades ligadas ao uso intensivo de agrotóxicos no município pelas grandes empresas. Relatam o aparecimento de pragas, como a “mosca branca”, que destrói as pequenas mudas plantadas antes que possam se desenvolver; a mosca branca também é um relato em comum a todos os produtores, que relacionam seu aparecimento aos agrotóxicos utilizados na região. Os produtores contam o sentimento de descrença e desânimo, pelas pragas, pelo envelhecimento e pela falta de retorno daquela área que sempre os resultou a garantia de uma alimentação farta e saudável.

Figura 24: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 25: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 26: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 27: Bovinos de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 28: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 29: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 30: Fogão a carvão de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Figura 31: Quintal produtivo de família entrevistada - Campos Lindos



Fonte: Registros de campo, acervo pessoal, 2024.

Com a efetivação e sucesso do Projeto Agrícola Campos Lindos, pode-se compreender a “consumação” do propósito da criação do município em 1991 por Siqueira Campos. A exploração da terra pelo agronegócio até os dias atuais ocorre em conformidade ao ideal de desenvolvimento defendido tanto pelo poder do Estado quanto pelas empresas privadas que investiram em Campos Lindos (assim como ocorre em todo o Matopiba).

Entretanto, a materialidade deste desenvolvimento, ainda que em seus primeiros anos, não ocorreu conforme as promessas e expectativas da população local, que não participou dos benefícios econômicos do projeto. À comunidade, restaram apenas as consequências da exploração e a precarização de seus meios de vida (Sodré, 2024).

CONCLUSÃO

A gênese da fronteira agrícola do Matopiba é altamente marcada pela atuação do Estado; esse, com função clara à promoção de um modelo clássico agroexportador, com a manutenção de suas problemáticas fundiárias, ambientais e sociais. Desde a década de 60, com o início de políticas como a Revolução Verde, o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Procer, atua-se para a transformação do Cerrado, outrora de pouco interesse, em um território produtivo, de acordo com o agronegócio brasileiro. A formalização do Matopiba em 2015, a partir do Decreto Presidencial n.º 8.447, tão somente consolidou um processo de “desenvolvimento” articulado há décadas. Neste ponto, o início do “Milagre do Cerrado” evoluiu para a “Zona de sacrifício”.

Trata-se como “desenvolvimento” um projeto que busca desenvolver especialmente os aspectos econômicos, os records produtivos, comerciais e financeiros, que, por outro lado, não representam a mesma garantia de desenvolvimento aos quesitos humanos e sociais. O “desenvolvimento” do Matopiba foca na geração e acúmulo de riqueza, embora não se proponha a sanar conflitos históricos vivenciados em seu território, como a desigualdade social, a insegurança alimentar, o empobrecimento da população e todas as consequências ambientais, como o desflorestamento, a insegurança hídrica e a expulsão de famílias de suas terras. As populações que tradicionalmente residiam na área delimitada como fronteira agrícola tampouco representam os bons frutos gerados pelo projeto de desenvolvimento ali aplicado, explicitando a contradição paradoxal entre a riqueza e a pobreza encontradas no Matopiba.

Partindo das análises teóricas discutidas ainda na primeira seção, é possível compreender o conceito de fronteira agrícola como um espaço dinâmico, além de politicamente constituído, que de forma explícita transmite os interesses históricos do sistema capitalista. A entrada do Cerrado num mercado global de *commodities* em meio a uma corrida mundial por terras reforça o padrão colonial de exploração econômica e uma dominação simbólica (além de material) sobre as populações do campo brasileiro.

O avanço da produção agrícola na região alimenta a visão de um sucesso no desenvolvimento do Matopiba, entretanto, a partir da análise realizada dos dados primários e secundários, é possível desconstruir tal narrativa; ao contrário, o crescimento da produção de *commodities* no território intensificou o estrutural agravamento das condições de vida da população principalmente rural, mas também urbana.

O caso de Campos Lindos (TO), município emblemático do estudo, preserva em seu território a clareza das tensões que atravessam o Matopiba. Apesar de estar entre os municípios com mais alta produção de *commodities*, sendo o principal do estado do Tocantins, também revela os baixos indicadores sociais. Os dados analisados e os relatos obtidos durante a pesquisa de campo evidenciam a contradição no “desenvolvimento”, a extrema desigualdade estrutural e a insegurança alimentar, ainda que tais realidades não sejam refletidas em dados e estatísticas oficiais do país.

A invisibilidade da realidade vivida em Campos Lindos é evidenciada desde o acesso ao território: não existem linhas oficiais de transporte privado até o município, tampouco existe transporte público na região, ainda que grande parte da população necessite de serviços básicos como educação e saúde em outras cidades e municípios. A pesquisa pretendia responder à pergunta: “por que a alta produtividade do Matopiba não é suficiente para sanar o problema da fome no território?” e, após a pesquisa em campo e a escrita deste trabalho, a resposta se põe claramente: porque o projeto do Matopiba, apesar de apresentar essa premissa, nunca se propôs a sanar o problema da fome. A alta produção não é de comida, e sim de *commodities*, e a exploração fundiária tampouco permitiu que famílias de pequenos produtores rurais não fossem afetados pelo “desenvolvimento” da região.

São notórias as diversas lacunas acerca das consequências do progresso no Matopiba. Um dos pontos conclusivos dessa pesquisa diz respeito à falta de dados e informações colhidas e sistematizadas sobre a fome e a desigualdade em toda a fronteira agrícola. Tal realidade dificulta o entendimento real das dimensões dos problemas citados, reforçando a invisibilidade das populações que não participam do sucesso e desenvolvimento do Matopiba, além de não explicitar demandas e agendas para a ação do Estado sobre as problemáticas e violações de direitos vividas no território. Esclarece-se que, desde a criação da fronteira agrícola (em prática e teoria, com o Decreto de 2015), o Estado optou pela defesa da “sustentabilidade” do Matopiba, e não preocupa-se em temas como a fome.

Grande parte das bibliografias utilizadas para analisar Campos Lindos foram publicadas há mais de uma década, e dados utilizados para medir riqueza e bem estar referem-se ao ano de 2010. Ainda assim, podem facilmente traduzir com propriedade as dinâmicas do município atuais, ainda que não sejam recentes, observadas durante a pesquisa de campo e entrevistas com moradores locais. O Matopiba por si reflete diversos conflitos sociais.

Neste sentido, essa pesquisa tampouco pretende esgotar tais temáticas que necessitam de devida atenção. A mobilização entre desenvolvimento, contradição, desigualdade e fome

segue como um campo de pesquisa em aberto, com a necessidade de visões e contribuições interdisciplinares e de metodologias críticas, sobretudo com a escuta das vivências daqueles que residem nestes territórios. Sendo assim, o próprio conceito de desenvolvimento necessita permanentemente como inacabado e passível de tensões analíticas e teóricas.

As contradições analisadas mostram que o discurso desenvolvimentista ignora grande parte das desigualdades estruturais que permeiam o campo brasileiro, que tendem a ser naturalizadas devido à lógica do capital, da riqueza e da acumulação. A investigação profunda sobre os processos sociais que são diretamente atravessados pelo agronegócio (e suas influências nacionais e internacionais) seguem impactando de forma latente as condições de reprodução de vida das comunidades locais do Matopiba. A própria ocupação dos territórios do Matopiba ocorreram a partir de uma lógica de exploração e desterritorialização (expulsão), que ignorou os modos de vida, os saberes e os direitos básicos civis das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID. **Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Tocantins e Piauí**. São Paulo: ActionAid Brasil, 2017. Disponível em: <https://actionaid.org.br>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- AGUIAR, D.; PORTO, S. I. A expansão da fronteira agrícola e logística nos cerrados e savanas: agroestratégias e resistências no Brasil e Moçambique. In: SAUER, S. (org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul Global**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 105-128.
- ALENCAR, Á. G. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista brasileira de política Internacional**, v. 44, p. 137-144, 2001.
- ARAUJO, C. V. G. **O papel da terra na formação de riqueza no extrativismo agrário no Matopiba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, p. 96. 2024.
- AQUINO, J.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no PRONAF**: Do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. *Revista grifos*, v. 30, n. 51, 2021.
- ARBOLEDA, M. La naturaleza como modo de existencia del capital: organización territorial y disolución del campesinado en el superciclo de materias primas de América Latina. **Anthropologica**, v. 35, n. 38, p. 145-176, 2017.
- BALESTRO, M.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. SAUER, S.; BALESTRO, M. (eds.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: **Expressão Popular**, p. 7-15, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARTH, F. (Ed.). **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. Oslo: Universitetsforlaget, 1969.
- BECKER, B. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: VIEIRA, I. C. G. (Org.). **As Amazonas de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. v. 3, p. 373–410.
- BELIK, W. A expansão da monocultura na região do Matopiba e a segurança alimentar e nutricional. **Cadernos Cebrap Sustentabilidade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 28-35, fev. 2022. Disponível em: <https://cebrap.org.br/publicacao/cadernos-cebrap-sustentabilidade-n-2-2022/>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BERDEGUÉ, J. A.; FAVARETO, A. Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. **2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe**, n. 32. Santiago de Chile. FAO. 18 p. Licencia: CC BY-NC-SA 3.9 IGO, 2019.

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, v. 13, p. 52-81, 2011.

BOLFE, É. L.; MIRANDA, E. E. de; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. de. **Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para a Agropecuária Brasileira: o caso do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2016. 84 p.

BOMBARDI, L. M. **Atlas do Uso de Agrotóxicos no Brasil associa intoxicações ao agronegócio**: Um Atlas de nossa agricultura envenenada. 2016.

BORRAS JUNIOR, S.M.; HALL, R.; SCOONES, I.; WHITE, B.; WOLFORD, W. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011.

BRAGA, K. P.; DIAS, J. G.; OLIVEIRA, S. F.; MELO, A. S.; PAIVA, S. G.; RIBEIRO, P. C. C. Segurança alimentar e saúde bucal: estudos interdisciplinares sobre limitações para garantia da saúde em uma comunidade quilombola do norte do Tocantins. **Amazônica: Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 165–204, 2020.

BRUNO, R. Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista. **Texto de conjuntura**, n. 9, 2015.

CABRAL, L.; SAUER, S.; SHANKLAND, A. Introduction: Reclaiming the Cerrado – A Territorial Account of a Disputed Frontier. **IDS Bulletin**, v. 54, n. 1, 2023.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018.

CARLOTO, D. R.; SANTOS, R. F. B. REFLEXÕES SOBRE OS USOS E DESIGUALDADES TERRITORIAIS NOS MUNICÍPIOS DO TOCANTINS. **Revista Contexto Geográfico**, v. 7, n. 14, p. 16-30, 2022.

CARNEIRO FILHO, A.; COSTA, K. **A Expansão da Soja no Cerrado** – Caminhos para a ocupação territorial, uso do solo e produção sustentável. São Paulo: Input/Agroicone, 2016.

CASTRO, I. R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

CATSOSSA, L. A. Prosavana em Moçambique e Matopiba no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade. **Revista Nera**, n. 47, p. 382-412, 2019.

CIFUENTES, J. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos-Tocantins**. EDUFT, 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Discurso do Deputado Paes Landim**. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 6 abr. 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CARVALHO, L. H. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDeAS**, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

COSTA, R. S. L. **A compreensão da educação de jovens e adultos de Campos Lindos (TO) por meio de indicadores sociais e das narrativas de ex-alunos e dos profissionais da educação.** 2020.

COSTA, Valeriano. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. **Ideias**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 135–166, 2016.

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1996, Roma. **Declaración de Roma: Sobre la seguridad alimentaria mundial y plan de acción.** Roma: ONU, 1996. (WFS/96/3). Disponível em: <https://www.fao.org/4/w3613s/w3613s00.htm> . Acesso em: 21 set. 2024

DE SHUTTER, O. **Mayor Capacidad de Respuesta: un marco de derechos humanos para la seguridad alimentaria y nutricional mundial:** Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2008. (A/HRC/9/23). Disponível em: <http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/or1-a-1-hrc-9-23-08092008-es.pdf> Acesso em: 15 ago. 2024

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

DEPONTI, C. M; FREITAS, T. D. O rural, o urbano, a região e o território: reflexões teóricas para a compreensão do desenvolvimento regional e territorial. *In*: Perafan, M. E. V. (org.). **Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar.** 1 ed. São Leopoldo: Oikos. 2022. p. 19-41.

DOMINGUES, G.; SAUER, S. A grande fronteira: Amazônia ea formação do sistema agroextrativista global. **Revista Katálisis**, v. 24, n. 3, p. 447-458, 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba.** Brasília, Embrapa, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Nota Técnica 5.** Brasília, Embrapa, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1037412>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FAO. **Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action.** World Food Summit, 13-17 nov. 1996, Roma. Roma: FAO, 1996.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. **Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum.** 2023. Rome, FAO.

FAULHABER, P. A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema Priscila Faulhaber. **Revista brasileira da informação bibliográfica em ciências sociais: BIB.**, n. 51-52, 2001.

FAVARETO, A. S.; KLEEB, S.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C.; CARDOSO, R. C.; BUZATO, H.; SEIFER, P.; MORALES, R. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 14–46, 2015.

FAVARETO, A. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado** / Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, Kleeb, Suzana. Editora Ilustre – São Paulo, 2019.

FERNANDES, B. M.; CLEPS JUNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B.; PEREIRA, L. I. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333–362, 2020.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAGO, V; MEZZADRA, S. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. **Nueva sociedad**, n. 255, p. 38-52, 2015.

GOMES JÚNIOR, N. N. **Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas**. 2018.

GUIMARÃES, M. H. S. **A política de alimentação no Brasil de Vargas a Bolsonaro: quando FOME se torna um projeto de governo!** 2022. 63 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

HERSHAW, E.; SAUER, S. Land and investment dynamics along Brazil's 'final' frontier: The financialization of the Matopiba at a political crossroads. **Land Use Policy**, v. 131, p. 106675, 2023.

HOSONO, A. Economic and Social Impacts of Cerrado Agriculture: Transformation for Inclusive Growth through Clusters and Value Chains. In **Economic and Social Impacts of Agricultural Development of the Cerrado**. Conference Volume. Japan International Cooperation Agency (Jica). Toquio. Mai. 2017.

HOYOS, C.; D'AGOSTINI, A. Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Relatório de Gestão 2018**. Brasília: ICMBio, 2019. Disponível em:

https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/Relatorio_de_Gestao_2018.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024

JESUS, J. N. **A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do MATOPIBA**. 2020. 497 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

JOSEPH, H. Prefácio: a pluriversalidade das fronteiras. **Olhares sobre fronteiras**: questões de pesquisa. Macapá: Editora da Unifap, 2023.[5] p., 2023.

LEITE, A. Z. **A agenda da terra do século XXI: alterações legislativas, apropriações e aprofundamento das desigualdades no campo brasileiro**. 2024. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

LI, T. M. Centering labor in the land grab debate. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 281–298, 2011.

LINHARES, M. Y. L. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. BINAGRI Edições, 1979.

LOBO, A. S. Transformações socioeconômicas na região do Matopiba: reflexão a partir da teoria da base de exportação. In: MONTEIRO NETO, A.; COLOMBO, L. A.; ROCHA NETO, J. M. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. p. 303-342.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno segurança alimentar**. Paris: Fhp, p. 1-52, 2000.

MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A.; JOMALINIS, E. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 517-544, 2021.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. 2009.

MARQUES, N. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2019. 214 p. ISBN 978-85-60487-46-2.

MARTINS, F. F.; GONÇALVES, G. O. BRASIL, M. N. F.; GRANADIER, C. S. A Demografia médica no estado do Tocantins no período de 2011 a 2023. **Revista Científica Do Tocantins**, v. 3, n. 1, p. 1–10. 2023.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **O Capital: Uma Crítica da Economia Política**. Nova York: Penguin Books, 1976. v. 1.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor – desmascarando o mito do setor público versus o setor privado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MELO, J. W. R.; FREIRE, J. S. E.; FREIRE, J. C. S. Aspectos da realidade dos/das adolescentes no estado do Tocantins: primeiras aproximações a um objeto de estudo. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 57, p. 412-428, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (TO). **Procedimento Administrativo nº08127.000074/97-82**. Procuradoria da República do município de Araguaína.

MIRANDA, E.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. **Proposta de delimitação territorial do Matopiba**. Nota técnica nº 1. Campinas, SP. Mai. 2014.

MONDARDO, M. L.; AZEVEDO, J. R. N. de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Revista Nera**, n. 47, p. 296 - 320, 2019.

MOURA, I. F. **Agroecologia na Agenda Brasileira**: trajetórias no período de 2003-2014. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, 2016.

NEPOMOCENO, T. A. R.; CARNIATTO, I. A nova fronteira agrícola do Brasil: um ensaio teórico sobre a insustentabilidade na região do Matopiba. **Revista Cerrados** (Unimontes), v. 20, n. 01, p. 95-119, 2022.

OBSERVATÓRIO MATOPIBA. **Mini-Atlas: da Questão Agrária do MATOPIBA** [recurso eletrônico]. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

OLIVEIRA, A. U. Os posseiros e a luta contra o capital: “... a terra é de ninguém”. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 27, p. 9-22, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. 2012.

OLIVEIRA, G.; MCKAY, B.; LIU, J. Beyond land grabs: new insights on land struggles and global agrarian change. **Globalizations**, v. 18, n. 3, p. 321-338, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2020.1843842>. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/7sv1d5wp>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **Desenvolvimento Regional em Debate** (DRd), v. 6, n. 3, p. 32-61, nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1974, Roma. **Declaración Universal Sobre la Erradicación del Hambre y la Malnutrición**. Roma: ONU, 1974. RES 3348 (XXIX). Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/universal-declaration-eradication-hunger-and-malnutrition>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OZOUF-MARIGNIER, M.; RIBEIRO, G. **Território, Geografia e Ciências Sociais**. , [S.l.], n. 2, p. 60-69, jan. 2013. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/18>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PANIAGO, M. C. S. **Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado**. Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, p. 59-80, 2012.

POSTONE, M. **Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PELIANO, A.M.M. (coord.) **O Mapa da Fome: Informações Sobre a Indigência nos Municípios da Federação**. Rio de Janeiro, Ipea, Documento de Política, n. 15, 1993

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131

PLANALTO. **Produção cresce 20% ao ano em Matopiba, a nova fronteira agrícola do Brasil**, 2015. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/producao-cresce-20-aoano-em-matopiba-a-nova-fronteira-agricola-do-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2024.

POLASTRINI, A. C.; PEREIRA, M. W. G. Consads do Brasil: um estudo a partir do Índice De Desenvolvimento Rural e da Análise Fatorial Múltipla. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 20, n. 2, p. 114-133, 2018.

PORCIONATO, G; CASTRO, C; PEREIRA, C. **Aspectos sociais do Matopiba: Análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social**. Textos para discussão, Ipea, Brasília, mai. 2018

QUEIROZ, T. A. N.. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014.

RESENDE, L. F. de L. **Comunidade Solidária: uma Alternativa aos Fundos Sociais**. IPEA, Brasília, Texto para Discussão no. 725, 2000.

REPORTER BRASIL. **Fiscalização flagra trabalho escravo em fazenda de irmão da senadora Kátia Abreu**. 2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/10/fiscalizacao-flagra-trabalho-escravo-em-fazenda-de-irmao-da-senadora-katia-abreu/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

RIBEIRO, M. L.; PAIXÃO, A. N. Análise da desigualdade socioeconômica sobre os casos de COVID-19 no Tocantins. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 8, n. 1, p. 51-61, 2021.

SÁ, H. A.; MORAIS, L.; CAMPOS, C. S. S. Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Economia**. Curitiba, 2015.

SALGADO, R. J. dos S. F., SOUZA, W. J. de, Ferreira, M. A. M., & Santos, L. F. dos. (2020). A natureza teórico-epistemológica das publicações brasileiras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) / The theoretical-epistemological nature of Brazilian publications in the Food Acquisition Program (PAA). **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 9998–10025. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-033>.

SALOMON, M. M. R. **Quem Disputa O Matopiba ? Interesses E Sustentabilidade Na Fronteira Agrícola**. Tese (Doutorado)—Brasília: Universidade de Brasília - UNB, 2020.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, A. B.; GONÇALVES, B. F.; GOMES, C. M. P.; VICENTE, J. S., BARROS JUNIOR, O. A.; LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, W. J. **Financeirização da agricultura e da terra no Brasil: dinâmicas em curso e disputas em jogo**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2022.

SANTOS, V. P. **Mulheres e conflitos socioambientais, saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos–TO**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019

SANTOS, L. F. *et al.* Estrutura fundiária do maranhão, tocantins, piauí e bahia (matopiba): o índice de gini terras nos anos 2000. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 24, p. 42-56, 2023.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. 2008.

SAUER, S.; BORRAS Jr., S.M. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 06-42, 2016.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 503-524, 2012.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. **Agenda política da terra no governo Bolsonaro**. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SAUER, S.; OLIVEIRA, K. R. A. Agrarian extractivism in the Brazilian Cerrado. In: **Agrarian Extractivism in Latin America**. Routledge, 2021. p. 64-84.

SAUER, S. Questão eco-agrária: extrativismo agrário, mudanças climáticas e desmatamento no Brasil. **Revista nera**, v. 27, n. 2, p. e10185, 2024.

SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev/2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN). Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DIGIT). Gerência de Informações

Socioeconômicas (GEFIS). Estado do Tocantins – **Tocantins em Números - Série histórica da Safra de Grãos**. Palmas: SEPLAN/GEFINS, abril/2021. 27p.

SEN, A. The food problem: Theory and policy. **Third World Quarterly**, v. 4, n. 3, p. 447-459, 1982.

SILVA, C. S. **Dinâmicas locacionais dos municípios do estado do Tocantins entre 2001 e 2019**. 2021. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2021.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e estratégias territoriais de implementação**: uma análise do desenho institucional dos CONSADS no Brasil. Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate v.1 n.1, 2015.

SIMMEL, G. Sociologia do espaço. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, pp. 75-112, 2013.

SODRÉ, R. Rede urbana e interações espaciais pensadas a partir do agronegócio em pequenas cidades: um estudo de Campos Lindos-TO. **Revista Formação (Online)**, v. 31, p. e024003-e024003, 2024.

SOUSA, R. A. D.; DA SILVA, I. B. OS COMMODITIES AGRÍCOLAS E A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR. **OKARA: Geografia em Debate**, v. 14, n. 1, 2020.

SOUZA, É. L. P.; BORGES, P. R. D.; SILVA, I. B.; RIBEIRO, M. D. S.; RODRIGUES, W. Considerações sobre a merenda escolar no Tocantins: (in)segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 8, n. 1, p. 44–55, jan./mar. 2024.

SVAMPA, M. “Consenso de las commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar./abr. 2013. Tema central. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-299-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TAKAGI, M. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006.

TEIXEIRA, G. As Dívidas e a Dúvida para a Agricultura Familiar. **MST-Agricultura Camponesa**, v. 28, 2011.

TELES, L.; OLIVEIRA, A. **Território em conflito**: uma análise a partir da expansão da agricultura capitalista em Campos Lindos, Tocantins. 2021.

THE ECONOMIST. **Brazilian Agriculture**: The Miracle of the Cerrado. 2010.

TOCANTINS. **Decreto Estadual 436/1997**. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (TO). Inquérito Civil Público nº 08127.000074/97-8. Procuradoria da República do município de Araguaína.

TRAVASSOS, L. Instrumentos de planejamento territorial e desenvolvimento rural no Brasil: desafios para uma aproximação necessária. *n*: Perafan, M. E. V. (org.). **Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar**. 1 ed. São Leopoldo: Oikos. 2022. p. 42-69.

TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. Henry Holt and Company. New York. 1921; The Project Gutenberg eBook, 2007.

VAN DER PLOEG, J.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**, Trad. Rita Pereira, Porto Alegre, editora da Ufrgs, 2008.

VIA CAMPESINA. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 5, Maputo. **Carta de Maputo: Agricultura Campesina y Soberania Alimentaria Frente a la Crisis Global**. Maputo, Moçambique, 2008. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

WEBB, W. P. **The Great Frontier**. University of Texas Press, 1979.

WEID, J. M. von der. Agricultura familiar: sustentando o insustentável? **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 4-7, jul. 2010

YE, J., PLOEG, J., SCHNEIDER, S., SHANIN, T. The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism, **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n.1, p. 155-183, 2020. DOI: 10.1080/03066150.2018.1559834.

YUYAMA, L. K. O. *et al.* Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 53s-63s, 2008.

ZAFALON, Mauro. Vaivém das Commodities. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/?mobile>. Acesso em: 15 ago. 2024.